

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

ENTRE A CIÊNCIA E A CRENÇA:
discursivizações sobre a AIDS na mídia impressa de São Luís (MA)
na década de 1980

Camila Cutrim Lins de Freitas

Orientadora: Profa. Dra. Ilza do Socorro Galvão Cutrim

São Luís-MA
2020

Camila Cutrim Lins de Freitas

ENTRE A CIÊNCIA E A CRENÇA:
discursivizações sobre a AIDS na mídia impressa de São Luís (MA)
nos anos 1980

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Letras.

Linha de pesquisa: Estudos de linguagens e práticas discursivas

Orientadora: Profa. Dra. Ilza do Socorro Galvão Cutrim

São Luís-MA
2020

TERMO DE APROVAÇÃO

CAMILA CUTRIM LINS DE FREITAS

ENTRE A CIÊNCIA E A CRENÇA: DISCURSIVIZAÇÕES SOBRE A AIDS NA MÍDIA
IMPRESSA DE SÃO LUÍS-MA NA DÉCADA DE 1980

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Letras, na Universidade Federal do Maranhão, pela seguinte banca examinadora.

Profa. Dra. Ilza do Socorro Galvão Cutrim
Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Conceição de Maria Belfort de Carvalho
Professor do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade
Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. José Dino Costa Cavalcante
Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Mônica da Silva Cruz
Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal do Maranhão
(Suplente)

São Luís-MA
2020

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a)
autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Cutrim Lins de Freitas, Camila.

Entre a ciência e a crença : discursivizações sobre a AIDS na mídia impressa de São Luís MA na década de 1980 / Camila Cutrim Lins de Freitas. - 2020.
105 f.

Orientador(a): Ilza do Socorro Galvão Cutrim. Dissertação
(Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Letras/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

1. Acontecimento. 2. AIDS. 3. Análise do discurso.
4. Discurso. 5. Michel Foucault. I. do Socorro Galvão
Cutrim, Ilza. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Tempos difíceis certamente servem para nos moldar e nos fazer refletir sobre coisas importantes e também sobre a desimportância das coisas. Para atravessarmos a neblina de Ewá, dos artistas e dos loucos, muita coisa fica no caminho para que outras, algumas improváveis, possam nos transformar em pessoas melhores e mais resistentes em um estado com uma presidência da República sem prumo e sem rumo e uma pandemia em um país sem estrutura e sem ministério da Saúde. Assim, para que novos ciclos se iniciem, precisamos ir, tal qual defende o poeta português, “além da dor”.

Nesse processo de conquista do mestrado em Letras, iniciado no primeiro semestre de 2018, muitas pessoas foram importantes, algumas não fazem sequer ideia de que, nos menores sinais, fizeram a diferença.

Minha dissertação se iniciou muito antes da ideia de existência que a tornou possível. Em 2011, durante a escrita da monografia, a vontade de entender como a mídia havia tratado a AIDS no Brasil se fortalecia cada vez mais e deixava rabiscado um projeto mais audacioso que se realizou nas páginas dessa dissertação.

À escrita deste trabalho, quero agradecer, antes de mais nada, aos meus orixás, voduns e encantados que me sopram vida e me permitem a beleza do discernimento. Pelo asê que me move e me instiga a viver, meus agradecimentos se dirigem ao meu vodun Toy Borotoy, minha mãe Yemonjá e a Oxóssi, que me permite a fartura e me ampara da descida; meu farrista Zé da Santíssima Trindade Boji Buá e meu guia-mestre de luz José Tupinambá. Ao responsável por me ajudar nos caminhos da vida, meu Babalorixá Airton Gouveia Toy Vodunnon e à casa que me acolheu e me ensinou sobre religiosidade africana, ancestralidade e a importância das coisas miúdas, o Ilê Ashé Ogum Sogbô e toda comunidade a ela pertencente.

À vida e a tudo, os meus mais sinceros agradecimentos à minha família, em especial a minha mãe Nédima Cutrim que é meu alicerce, meu amor, minha âncora, meu espelho e que me ensina todo dia sobre amor incondicional e sem a qual, sem seus apoios e estímulos, eu não teria entendido a importância de estudar e continuar estudando porque o conhecimento é inesgotável. Dentre outras coisas, ter ensinado a mim e a minha irmã que o mundo se faz em conjunto e, por isso, nos livrou do triste fim de nos tornarmos bolsomínions.

Sem esquecê-los, agradeço a minha avó Dinair Campos Cutrim, matriarca da família e maior símbolo de amor e de bondade com o qual eu tive o prazer e o deleite de conviver. Sem a qual os dias não têm cor e a vida não tem graça. Ao amor de minha vida, meu

falecido avô Antônio Augusto Cutrim quem, partindo, levou boa parte do sentido do caminhar, mas que me ilumina de um lugar onde só pessoas boas como ele estão.

Agradeço à minha irmã Pyetra Cutrim Damasceno pelo exemplo e pelo amor que nos dedicamos uma a outra desde sempre e que, mesmo diante dos desentendimentos, nos resguardamos a possibilidade do perdão, pois uma sem a outra não faz muito sentido. Irmã, sem o espelho de Oxum, que te ilumina e onde eu busco te mirar e te reconhecer, a poesia de nossos destinos não seria traçada tão bem com eja e luz. Aproveito para agradecer às tuas individuais/filhas (Nicolly, Sophia e Beatriz), que também são minhas, por todo amor que elas me oferecem todos os dias de graça e nos menores detalhes. Ao meu cunhadinho, Neto Damasceno, meu muito obrigada por tudo: pelas meninas, pelos puxões de orelha e por ser a parte que faltava pra completar nossa família. Ao meu pai, agradeço a preocupação, o amor e o abraço cheio de afeto que desmonta e reconstrói. Ainda, agradeço o senso de justiça e o desprendimento com as coisas. O amor tem uma face linda quando diante da nossa família.

Agradeço ao meu tio-pai Claudio Cutrim que, por mim, faz até o que não faz por ele mesmo e se preocupa todos os dias em nos oferecer o conforto da mesa farta e do amor empregado nos detalhes. À família dele, em especial ao meu amor Claudio Ramos Cutrim, fruto dele que, ao nascer, me trouxe mais vida. Não posso esquecer Nazinha que cuida da sede do amor e nos atura todos os dias fazendo barulho na casa dela. Obrigada, Nazinha, por chegar pra preencher esse lugar em nossa família.

Durante a graduação, meu caminho foi atravessado por alguns seres humanos sem os quais os dias não seriam os mesmos. Em especial, e figura importantíssima no meu trajeto de vida até aqui, para que iniciar o mestrado fosse possível, dirijo meus agradecimentos a Edson Lemos que foi quem me mostrou o processo seletivo e me estimulou a fazer o projeto, mesmo que com pouco tempo. Amigo, a tua luz é direção na vida dos que te amam. Obrigada por tudo.

Preciso agradecer a Rennata Britto por todo amor e apoio dedicados a mim durante quase todo o tempo do mestrado, pela paciência com meus dias lotados e por ter escolhido permanecer, mesmo nos piores momentos quando o cansaço, por conta das demandas de voltar a estudar, e muito, se impunha a mim e refletia diretamente nela. Em resposta, dela recebi impulso e estímulo para continuar.

Na caminhada do mestrado, tive a sorte de ter uma turma repleta de gente maravilhosa. Entre elas, quero agradecer diretamente a Elan Fernando, Letícia Maciel e Marcelo Andrade, sem os quais os dias, as aulas, as viagens, os artigos e a dissertação nunca seriam os mesmos.

Alguns professores não podem ficar de fora, em especial a professora Mônica Cruz que, desde o início se mostrou disponível a ajudar e se fez presente em momentos importantíssimos e dirigiu a mim, e aos meus amigos, atenção, cuidado, fé e estímulos que só uma geminiana como ela poderia fazer. À Mônica, muita vida e muito asè.

Deixo aqui registrado também meus agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão, local de minha ressignificação profissional e humana.

Agradecer agora é pouco, eu preciso muito mais do que isso, do que esse texto de agradecimentos, para explicar a importância e o tamanho da minha gratidão para com minha querida orientadora Ilza Cutrim. Sem Ilza, nada disso aqui seria possível. Agradeço, principalmente, por ela ter acreditado em mim e nas minhas ideias e ter sido esteio desse trabalho, sem desacreditar e sem me deixar esmorecer, mesmo quando o contrário se mostrava quase impossível. Para não esquecer dos percalços do caminho, vivemos, durante o processo de escrita, uma rigorosa e mortal pandemia que entristeceu até a mais forte das mulheres. Ilza, meu mais profundo agradecimento, asè e muito amor na tua vida. Obrigada por ter inserido Michel Foucault na minha história.

Aos meus amigos da vida, que até agora, estão dando apoio para que isso aqui seja possível, quero começar agradecendo a minha irmã-álma-gêmea-amiga Marina Peixoto por todo trabalho que já me deu, por todo amor e respeito que nos dedicamos em tantos anos de amizade. Para que o trio não fique desfocado, clamo para agradecer a Adriana Alves por todo amor, respeito e amizade que atravessam os tempos e o peito. Sem esquecer os sorrisos que me cativam a alma. Amo vocês. Sem vocês, que são meus alicerces, muito de mim seria infeliz e apagado. Somos Vida.

Sem esquecer, é claro, da minha Amiga Jânia Tchubei, que nunca recolheu a mão da minha direção e nunca me deixou desabar sem sua ajuda. A Francisvalda (Valda Lino) por todas as vezes em que sorrir ao lado dela foi meu antidepressivo e que, sem saber, me levantou de diversos momentos difíceis. Ela me ensina todos os dias sobre respeito e amizade. Agradeço também a Gabriela Campos pelo amor que me permitiu construir ao lado dela e de Ana Luiza e que hoje se resume em uma amizade linda que faço questão de tornar poesia e de levar comigo pela pureza que me acalma e me traz paz. Logo, dirijo meu agradecimento a Fernanda Marques pelo ser humano leve que é e que abre o espaço para que Gabriela se expanda cada vez mais e transborde luz. Por último, repleta de luz que me encanta e me faz sorrir de um jeito bobo, mesmo durante o fim desse árduo processo de dissertação, agradeço a Luana Reis pelo estímulo

para chegar ao final, pela beleza dos últimos dias e pela calma em me ajudar a atravessar a ansiedade. Ela colocou, para que fosse possível findar, um cacuriá dentro de mim.

RESUMO

Este trabalho analisa como a mídia impressa, em São Luís (MA), produziu sentidos sobre a AIDS em quatro jornais de grande circulação na década de 1980: Jornal da Cidade, Jornal Pequeno, O Imparcial e O Estado do Maranhão. Por meio de uma pluralidade discursiva, atravessada por discursos de diversos campos do saber, entre eles o saber médico-científico e o saber religioso, a mídia impressa, em São Luís, produziu sentidos sobre a doença e ajudou a construir a história da AIDS na cidade. Adotando os moldes foucaultianos de pesquisa, trataremos a mídia como dispositivo, segundo a noção de Foucault (2000) e de AGAMBEN (2010), porque ela é capaz de originar, em diálogo com vários discursos, como o da medicina, novas formas de subjetividades. Para nossas discussões, além dos postulados de Foucault, resgatamos GREGOLIN (2004) que nos ajudou a entender como a Análise do Discurso Francesa nasce e se perpetua. Para entendermos como a AIDS se torna um acontecimento nos jornais e na vida social e na História Nova, buscamos NORA (1986) e LE GOFF (1996). Para servir como base de nossas análises, utilizamos o jornal O Globo para entendermos melhor como a AIDS foi tratada no Brasil para que, depois, pudéssemos entender melhor no âmbito discursivo ludovicense. No terceiro capítulo, utilizamos PELBART (2007) e as noções sobre poder e biopolítica; BUTLER (2019) e MILANEZ (2007) para entendermos como a biopolítica afeta os corpos doentes. Segundo nossa análise, esses jornais tratam a doença como um mal, uma peste, como a consequência da devassidão moral do país. Mesmo os discursos biomédicos foram tomados por concepções extracientíficas que desvalidam qualquer neutralidade. Como aponta Bessa (1997, p. 14), “a AIDS vai além do campo biomédico. Assim, não é somente uma crise da saúde, mas se transforma, também, numa crise da palavra, dos discursos”. Descrever e analisar a teia discursiva que se criou sobre a doença é também revelar percalços de sua história.

Palavras-chave: AIDS; São Luís; mídia; discurso; Michel Foucault.

ABSTRACT

This work analyzes how the printed media, in São Luís (MA), produced meanings about AIDS in four newspapers of great circulation in the 1980s: *Jornal da Cidade*, *Jornal Pequeno*, *O Imparcial* and *O Estado do Maranhão*. Through a discursive plurality, crossed by speeches from different fields of knowledge, including medical-scientific knowledge and religious knowledge, the print media in São Luís produced meanings about the disease and helped to build the history of AIDS in Brazil. City. Adopting the Foucaultian molds of research, we will treat the media as a device, according to the notion of Foucault (2000) and AGAMBEN (2010), because it is capable of originating, in dialogue with various discourses, such as medicine, new forms of subjectivities. For our discussions, in addition to Foucault's postulates, we rescued GREGOLIN (2004), which helped us to understand how French Discourse Analysis is born and is perpetuated. To understand how AIDS becomes an event in newspapers and in social life and in New History, we look for NORA (1986) and LE GOFF (1996). To serve as the basis of our analysis, the newspaper *O Globo* was used to better understand how AIDS was treated in Brazil so that, later, we could better understand it in the Ludovicense discourse. In the third chapter, we use PELBART (2007) and the notions about power and biopolitics; BUTLER (2019) and MILANEZ (2007) to understand how biopolitics affects sick bodies. According to our analysis, these newspapers treat the disease as an evil, a plague, as a consequence of the country's moral debauchery. Even the biomedical speeches were taken by extra-scientific conceptions that detract from any neutrality. As Bessa (1997, p. 14) points out, "AIDS goes beyond the biomedical field. Thus, it is not only a health crisis, but it also becomes a crisis of the word, of the discourses". To describe and analyze the discursive web that has been created about the disease is also to reveal problems in its history.

Keywords: AIDS; São Luís; media; speech; Michel Foucault.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO 1	13
FOUCAULT NA ANÁLISE DO DISCURSO	13
1.1. Michel Foucault e sua Arqueologia: discurso, enunciado, acontecimento e formação discursiva.	16
1.1.2 A Arqueologia e o discurso	19
CAPÍTULO 2	34
A AIDS NA MÍDIA: UM ACONTECIMENTO DISCURSIVO	34
CAPÍTULO 3	49
BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE	49
3.1 Corpos Posithivos.....	57
CAPÍTULO 4	62
NAS DESCONTINUIDADES DOS DISCURSOS SOBRE A AIDS, VÁRIOS SABERES SE MANIFESTAM.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	90
ANEXO A – IMAGENS UTILIZADAS PARA ANÁLISES	93
ANEXO B – IMAGENS UTILIZADAS PARA ANÁLISES	94
ANEXO C – IMAGENS UTILIZADAS PARA ANÁLISES	95
ANEXO D – IMAGENS UTILIZADAS PARA ANÁLISES	96
ANEXO E – IMAGENS UTILIZADAS PARA ANÁLISES.....	97
ANEXO F – IMAGENS UTILIZADAS PARA ANÁLISES.....	98
ANEXO G – IMAGENS UTILIZADAS PARA ANÁLISES	99
ANEXO H – IMAGENS UTILIZADAS PARA ANÁLISES	100
ANEXO I – IMAGENS UTILIZADAS PARA ANÁLISES.....	101
ANEXO J – IMAGENS UTILIZADAS PARA ANÁLISES	102
ANEXO K – IMAGENS UTILIZADAS PARA ANÁLISES	103
ANEXO L – IMAGENS UTILIZADAS PARA ANÁLISES.....	104
ANEXO M – IMAGENS UTILIZADAS PARA ANÁLISES	105

INTRODUÇÃO

Pode-se dizer, sem nenhum recurso a nenhuma metáfora, que a nossa sociedade está doente de Aids. Doente de pânico, de desinformação, de preconceitos, de imobilismo diante da doença real. Medidas eficazes contra a epidemia de HIV passam por medidas concretas no combate ao vírus ideológico.

Herbert Daniel

No início da década de 80, compunha o cenário político brasileiro um regime ditatorial, cuja principal marca era a censura, que funcionava como um dispositivo de repressão de forças opositoras. Concomitantemente, reacende, nesse período, o desejo por liberdade de opinião, de expressão, de reconhecimento pelo direito ao próprio corpo. Esse desejo de liberdade nasce de movimentos que têm início nos anos 60 e 70. Têm destaque as revoltas estudantis, os movimentos juvenis contraculturais e antibelicistas, as lutas dos movimentos civis, dos movimentos revolucionários do Terceiro Mundo, dos movimentos sociais. Todos eles se inseriam em uma luta política e em uma luta por identidade, na medida em que se opunham ao liberalismo capitalista e à política estalinista.¹

A contracultura foi marcada pela insurgência de vários movimentos como o *Flower Power*, movimento *hippie* que pregava a paz, o amor, a liberdade; pelo *Black Power*, movimento dos negros, marcado pela luta por igualdade de direitos; pelo movimento Feminista, cuja luta reivindicava igualdade e liberdade; e pelo *Gay Power*, como era conhecido o movimento pelos direitos da comunidade LGBT.

Em 28 de junho 1969, gays se rebelaram fazendo manifestações violentas contra o sistema vigente, tendo como palco o *Stonewall*². À época, os homossexuais eram vítimas de discriminação institucional. Eles não poderiam ser contratados por setores governamentais, não poderiam se reunir para nenhum tipo de confraternização e eram vistos como doentes mentais³. Eram, abertamente, considerados imorais.

No início dos anos de 1980, algo assustador amedrontou a sociedade americana: uma doença desconhecida e mortal acabava de ser descoberta. A princípio, apenas um grupo era afetado: os de homossexuais. Um tipo raro de pneumonia – *Pneumocystis carinii* – juntamente com um tipo raro de câncer de pele (Sarcoma de Kaposi), mais comum em idosos, estavam levando homens gays aos hospitais. Como nos diz Stefan Ujvari (2012), “o vírus foi

¹ Sobre liberalismo capitalista, é importante ressaltar que falamos do liberalismo econômico que leva o nome do capitalismo porque este é o sistema em que todos os nossos processos econômicos se baseiam. Esse modelo tem como principais características o trabalho livre, a acumulação de riquezas, a livre concorrência, entre outras coisas, sem que haja intervenção do estado. Logo, contrário a tudo que fosse anticapitalista. As lutas e movimentos sociais iam de encontro a esses ideais que promovem a desigualdade social e a exploração dos indivíduos. Da mesma forma, agora teoricamente lutando contra outro tipo de sistema, os movimentos sociais não aceitavam o alinhamento político com uma forma de governo, ou a ideia dele, que se manifestasse de forma totalitária, repressiva e ditatorial. Se o primeiro pregava a liberdade e a não intervenção do estado, o segundo tinha como ideal o controle total da economia e da vida social por parte do Estado.

² Bar gay “underground” localizado em Nova York onde a polícia sempre invadia de forma violenta e que foi palco das primeiras manifestações que deram início às lutas pelos direitos da comunidade gay.

³ Somente em 17 de maio de 1990, a homossexualidade deixou de ser vista como patologia pela Organização Mundial de Saúde.

descoberto em 1983 e, posteriormente, recebeu o nome de HIV (vírus da imunodeficiência humana)”.

A notícia sobre a enfermidade tomou maiores proporções quando a mídia impressa americana – jornais e revistas dos Estados Unidos – começou a falar da doença, gerando uma espécie de pânico na sociedade, que passou a ver a comunidade gay como o principal vetor de contaminação do vírus. Estava nascendo ali o maior desafio científico, individual e social do século. Diante das notícias publicadas, a sociedade da época acreditou que estariam a salvo aqueles que não faziam parte do chamado “grupo de risco”, mais tarde denominado de comportamento de risco, ou seja, os gays, os drogados – como eram denominados na época os dependentes químicos – e os considerados promíscuos. Cidades como San Francisco, com grande número de gays, teve sua economia afetada com o fechamento dos banhos, saunas e com a diminuição dos lugares de diversão para homossexuais.

Os cientistas norte-americanos chamaram a doença de GRID (*Gay Related Immune Deficiency*), enfatizando a ideia de que ela estava ligada apenas aos homossexuais. Mais tarde, com o aparecimento de diversos casos em outros grupos, ela ficou conhecida como a “doença dos quatro Hs” e enquadrava mais algumas minorias: homossexuais, haitianos⁴, hemofílicos e heroínômanos (usuários de heroína).

Apenas em 1981 o Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos deu à doença um nome auto-explicativo: AIDS (*Acquired Immune Deficiency Syndrome*), a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA).

No Brasil, o aparecimento da AIDS⁵ também esteve relacionado aos homossexuais masculinos, o que provocou na sociedade reações morais de todos os tipos e a doença passou a ser considerada um “castigo divino”.

Não sabemos exatamente qual foi o primeiro caso de AIDS no país, mas as publicações jornalísticas apontam para 1982, na cidade de São Paulo, e continham o mesmo teor preconceituoso da mídia internacional, que considerava a doença uma consequência de certos comportamentos desviantes. Em pouco tempo as páginas dos jornais estavam repletas de

⁴ Em 2014, um grupo de cientistas divulgou uma investigação que mapeou e descobriu a origem do vírus. Segundo os dados, a cidade de Kinshasa, na atual República Democrática do Congo, nos anos de 1920, foi onde o vírus se disseminou. Nos anos 20, a cidade teve uma explosão populacional, por conta dos atrativos financeiros, do grande comércio sexual e do uso de seringas não-esterilizadas, fatores que cooperaram para a disseminação do vírus. As linhas de trens construídas na Bélgica também contribuíram para que a doença chegasse aos países vizinhos. Mundialmente, os primeiros heterossexuais contaminados pelo vírus eram haitianos. (ANDRADE, 2014)

⁵ Como o Brasil seguia os padrões norte-americanos, a doença ficou conhecida como AIDS, diferente de outros países de língua oficial portuguesa ou línguas latinas que adotaram o termo SIDA, na ordem de sua tradução.

reportagens sobre “a peste gay”, “o câncer homossexual”, “o câncer gay”, “a peste rosa”, termos utilizados para designar a AIDS.

A AIDS então se apresentava⁶ às suas vítimas como um grande carrasco se apresenta àquele que viverá os castigos do suplício. Estar doente era estar vivo, mas ter declarada sua morte social. A doença anulava identidades, pois sua vítima não era mais chamada pelo nome, mas sim de “aidético”. Ela destruía corpos e envergonhava sua vítima; e os sinais que deixava no corpo eram vistos como castigo.

O Sarcoma de Kaposi, câncer de pele muito comum entre os doentes, marcava aqueles que eram contaminados por todo o corpo, demonstrando que a AIDS era um suplício, que expunha suas vítimas. O suplício, conforme destaca Foucault (1997, p. 37), “deve ser ostentoso, deve ser constatado por todos, um pouco como seu triunfo”. O suplício pode ser considerado uma forma de castigo, assim como a doença.

A relação entre doença e castigo é antiga; acompanha a humanidade desde os seus primórdios. Para os povos primitivos, as doenças eram causadas por espíritos que desejavam sacrifícios. Acreditava-se, também, que o corpo era tomado por demônios e a cura só era possível por meio do exorcismo. Eles associavam a doença a castigo porque acreditavam que um indivíduo só tinha seu corpo acometido por doença se não estivesse agindo de acordo com os desígnios divinos.

A AIDS, por ser uma doença sexualmente transmissível e ter aparecido no Brasil na década de 1980, foi considerada consequência dos anos anteriores de liberdade intelectual e sexual, tendo sido associada à ideia de castigo, ideia bastante difundida pela mídia.

Os jornais abriram espaço para a discussão sobre a doença entre diversas instituições, diversos campos do saber, mostrando a proliferação de uma diversidade de discursos como o do saber religioso, o da medicina, do ativismo, do Estado, da família.

A mídia impressa se apresentava como porta-voz, funcionando, assim, como um dispositivo de informação e de influência sobre a opinião pública. Em outras palavras, um dispositivo de saber/poder junto aos leitores que recebiam em suas casas as notícias do país e do mundo sobre a AIDS, o que só confirma que a mídia fala *para* nós e *por* nós; ela se torna um dispositivo eficiente e produtor de *verdades*. Nas palavras de Navarro (2010, p. 84), “a mídia é um campo institucional em que o sujeito que nela fala é, ao mesmo tempo, aquele que

⁶ Estamos utilizando o verbo no passado tendo em vista estarmos falando dos anos 1980, mas vale frisar que, ainda hoje, a doença produz discriminações.

pode dizer a verdade dos fatos – pelo saber que detém sobre eles – e aquele que pode produzir os fatos na sua verdade e submetê-los à realidade – pelo poder que exerce na sociedade”.

Considerando a mídia como um dispositivo que produz verdades sobre a AIDS, procuramos, na esteira de Foucault, analisá-lo seguindo a compreensão de dispositivo enquanto “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discurso, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”. Como podemos observar, práticas discursivas e não discursivas compõem os elementos do dispositivo. (FOUCAULT, 2009, p. 244)

Essas discussões nos levam às questões que norteiam nossa pesquisa: como a AIDS se tornou, para além de sua dimensão epidemiológica, uma questão discursiva; como a AIDS vai sendo apresentada na mídia nacional e local; como a mídia impressa – em São Luís, nos anos de 1980 – se tornou um dispositivo que produziu sentidos sobre essa doença? Como o dispositivo mídia cria estratégias para enunciar a doença e validar seu discurso e, assim, produzir saberes/poderes sobre a AIDS e suas vítimas?

Diante desses questionamentos, temos como objetivo geral investigar como a AIDS ocupou espaço nos jornais impressos de São Luís, capital do Maranhão, e o que foi dito sobre a doença aos leitores ludovicenses, por meio do dispositivo de saber/poder: a mídia impressa. Nossos objetivos específicos consistem em compreender como a AIDS se tornou, para além de sua dimensão epidemiológica, uma questão discursiva; apresentar uma genealogia da AIDS; analisar como o dispositivo mídia impressa, na São Luís dos anos 80, cria estratégias para enunciar a doença e validar seu discurso, por meio de diversos campos do saber, e, assim, produzir saberes/poderes sobre a AIDS e suas vítimas.

Para nosso trabalho, selecionamos os jornais de maior circulação na cidade de São Luís na década de 1980. Nosso recorte temporal foi escolhido levando em consideração os anos marcados pela explosão de casos de AIDS no mundo, no Brasil e no Maranhão. Por isso, decidimos empreender nossa busca pelos acervos dos seguintes jornais: Jornal Pequeno, O Imparcial e O Estado do Maranhão. Porém, o acesso aos jornais mais antigos, em suas sedes, é complicado e demandaria muito mais tempo. Logo, fizemos as primeiras buscas no acervo do Jornal Pequeno, na cidade de São Luís, onde alguns arquivos estavam passando por um processo de restauração e outros foram furtados. As buscas eram solitárias e o jornal não dispunha de espaço para receber pesquisadores. Os jornais foram disponibilizados para nossa pesquisa no balcão da recepção. Diante de tanta dificuldade, resolvemos partir para o acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite, que é muito bem organizado e dispõe de espaço apenas para

pesquisadores, sem contar que não precisávamos ir direto aos jornais, apenas fazíamos o pedido e os funcionários traziam até nós.

Assim, selecionamos todas as matérias sobre AIDS que encontramos, sem delimitações, para, mais tarde, selecionarmos apenas as matérias que seguem regularidades de enunciados a partir do discurso do campo do saber religioso e do discurso do saber médico-científico. Entendemos que assim poderíamos compreender o contexto em que a doença estava inserida nos jornais da cidade e como ela foi discursivizada.

Sobre as matérias, após serem recolhidas e lidas, separamos algumas para análise, de acordo com algumas regularidades discursivas, marcadas por saberes do campo religioso e médico-científico. À medida que líamos, percebemos a presença de outros saberes que se refletiam em enunciados e formações discursivas. Em algumas, predomina um discurso acusatório, acompanhado de um teor moralista, que culpa os homossexuais pelo aparecimento e disseminação da doença e a considera “um castigo dos céus”, revelando um discurso de cunho religioso. Outras matérias apresentam um discurso que, ao mesmo tempo informa o leitor sobre as formas de contágio e ensina modos de prevenção da doença, caracterizando formações discursivas do campo do saber médico e pedagógico, e ainda revela o lugar do Estado e seu movimento em favor de uma biopolítica dos corpos, por meio do dispositivo de segurança. Nesse sentido, é possível verificar, nessas regularidades, formações discursivas de base moralista, religiosa, científica, pedagógica, política etc. Essas formações discursivas se atravessam o tempo inteiro.

Para esse empreendimento, analisamos as edições de quatro veículos da mídia impressa de maior circulação em São Luís, publicados nos anos de 1980: Jornal da Cidade, Jornal Pequeno, O Imparcial e O Estado do Maranhão. Ao todo, recolhemos 30 matérias, registramos todas aquelas que foram publicadas nos jornais escolhidos. Porém, para este trabalho, selecionamos apenas 7⁷ que são: segue um quadro ilustrativo com o nome dos jornais, a data de publicação, o título da matéria publicada e uma coluna com Observação sobre espaço de publicação (Coluna, página).

JORNAL	DATA	TÍTULO	OBSERVAÇÃO
Jornal da Cidade	01/05/1984	Cancer gay e grave	Coluna: O médico, de Francisco Viana

⁷ Entre o material utilizado para análise, um é uma charge publicada em 1987 no jornal O Estado do Maranhão e na matéria “Candidato com AIDS”, publicada pelo Jornal Pequeno em 1985, analisamos apenas o *lide*.

			Encarte especial – caderno do motorista.
Jornal Pequeno	12/10/1985	D. Eugênio: AIDS sintetiza devassidão que varre o País	3ª página
Jornal Pequeno	01/11/1985	AIDS: um castigo divino?	Assinado pela ABIM (Agência boa imprensa)
Jornal Pequeno	27/12/1985	Candidato com AIDS	Nota
O Estado do Maranhão	10/06/1987	CHARGE - CABRAL: "CHE GAY"	Página de variedades.
O Estado do Maranhão	18/01/1988	AIDS: número de vítimas seria maior	CAPA
O Estado do Maranhão	13/07/1988	AIDS e castidade	OPINIÃO

Nosso estudo tem como aporte teórico a arqueogenealogia de Michel Foucault, filósofo francês que ampliou o arcabouço teórico da Análise do Discurso, e as contribuições de seu método que incluem suas discussões sobre discurso, enunciado, formação discursiva, dispositivo, biopoder, governamentalidade.

Para as discussões sobre mídia e AIDS, recorreremos a Antonio Fausto Neto (1999). Outro estudo importante que nos serve de base é “*História da humanidade contada pelos vírus*”, do infectologista Stefan Cunha Ujvari (2012) que apresenta os primeiros passos dados pelo vírus causador da AIDS, o Vírus da Imunodeficiência Humana – HIV.

Para além da experiência pessoal, quando toca corpos e seres, possivelmente a AIDS tenha, no campo midiático o lugar onde se realiza com maior publicização e, segundo regimes de visibilidades peculiares, a experiência de sua própria contemporaneidade.

Tendo em vista essas considerações, e com base na arqueologia de Foucault, no primeiro capítulo deste trabalho, apresentamos uma relação entre os conceitos de enunciado, discurso, acontecimento e formação discursiva com o nosso objeto de pesquisa; em seguida, tecemos considerações sobre o dispositivo nos estudos da genealogia em Michel Foucault.

No segundo capítulo, discutimos o papel da mídia como um dispositivo de saber/poder, que produz sobre a AIDS determinadas verdades, apoiando-se em diversos campos do saber, tais como o saber político, o saber jurídico, o saber médico, o saber pedagógico, o

saber religioso. Em seguida, apresentamos uma genealogia da AIDS e, na sequência, a AIDS na mídia impressa de São Luís.

No terceiro capítulo, apresentamos as noções de biopolítica, biopoder e governamentalidade, que estão inseridas em uma terceira fase da obra de Michel Foucault, com o propósito de entender como o poder sobre a vida se organiza em torno das disciplinas do corpo e das regulações da população. Ainda neste, tratamos sobre os “corpos positivos” e como o corpo e a vida dos infectados pelo HIV se tornaram estigmatizados, o que fazia com que muitos fossem marginalizados e segregados da vida em sociedade.

No quarto capítulo, analisamos o *corpora* pontuando as relações entre o dispositivo midiático e os saberes com os quais dialoga, buscando entender, a partir da análise das notícias recolhidas nos jornais, como a AIDS é construída numa relação entre o discurso da ciência, do saber médico, do saber religioso, do discurso político.

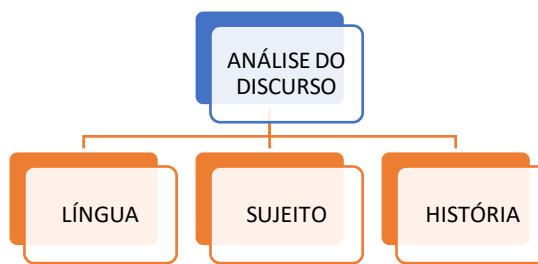
CAPÍTULO 1

FOUCAULT NA ANÁLISE DO DISCURSO

*Eu não sou um profeta, o meu trabalho
é construir janelas onde antes
havia somente paredes.*
Michel Foucault

Neste capítulo, pretendemos entender, a partir do arcabouço teórico de Michel Foucault, e organizando segundo suas três fases (uma forma didática de pensar sua obra), como seus pressupostos influenciaram os futuros caminhos da Análise do Discurso. Fazemos disso, então, a fundamentação teórica de nosso trabalho e nosso esteio para compreender como os saberes se constituem nas páginas dos jornais e trazem à luz os discursos sobre a AIDS e como acontecimentos aparentemente sem importância são essenciais para a produção da história da epidemia no Brasil e em São Luís, capital do Maranhão.

É reconhecido entre os estudiosos e pesquisadores da Análise do Discurso (doravante AD) que, conforme a conhecemos hoje, ela nasceu de um tripé teórico muito importante:



Michel Pêcheux foi o idealizador da AD francesa, e tomou como base dessa nova teoria que se iniciava os pressupostos de Saussure que transformaram a Linguística na ciência modelo, aquela que serviu como esteio para as ciências humanas; o Materialismo Histórico de Karl Marx, por influência de seu professor Althusser (levamos em conta aqui que esse Materialismo Histórico é a releitura althusseriana feita de Marx) e as descobertas de Freud e sua Psicanálise (há um predomínio da releitura lacaniana).

Essas foram as teorias que embasaram o nascimento da AD francesa de Pêcheux. Havia uma necessidade de trazer à tona a figura do “sujeito”, que havia sido deixado de lado por Saussure. Pêcheux decretava que a ideologia “interpelava” os indivíduos em sujeitos.

Deve-se a Saussure, o homem dos fundamentos (GREGOLIN, 2004), um dos pilares substanciais da AD: a linguística. Decerto que a linguística da AD é uma releitura daquela oficializada por seu idealizador. Enquanto Saussure era submetido à categoria de estruturalista; Pêcheux e Foucault foram classificados como pós-estruturalistas, rótulo que foi negado por Foucault em 1983. O pós-estruturalismo fica conhecido, segundo Gregolin (2004, p. 26), como um “pequeno episódio no interior de um grande fenômeno”, o que preferimos

alcunhar de ruptura. Afinal, os conhecimentos gerados a partir de movimentos de rupturas foram responsáveis por grandes descobertas no campo das ciências humanas.

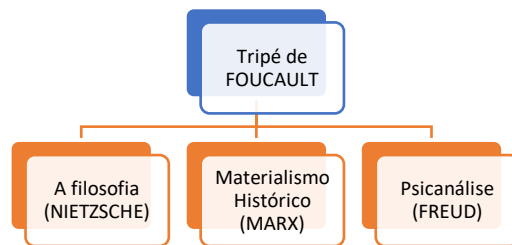
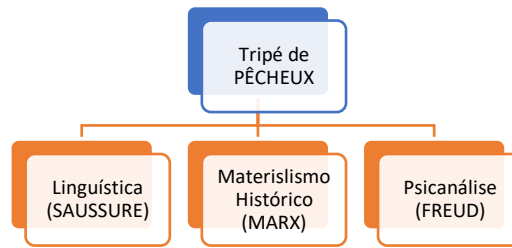
A linguística, ciência saussureana, permitiu estudarmos as possibilidades de uso da língua: o discurso. Por isso ela é um dos tripés que permitem a fundação da AD.

Na década de 1980, pós-morte dos grandes pensadores franceses que iniciaram uma revolução nas ciências humanas (Michel Foucault, Michel Pêcheux, Louis Althusser, Jacques Lacan, Roland Barthes), a ciência passou a ser percebida a partir de diversas nuances, o que Gregolin (2004) chama de *estilhaçamento do saber*. Ao ponto que chegaram praticamente juntos, também partiram juntos. Para Gregolin (2004, p. 52), ao acompanharmos

[...] as mudanças de Althusser, podemos entrever as mudanças nas propostas de Pêcheux. Ao mesmo tempo, há uma relação forte entre Foucault e Althusser, tanto teórica quanto de afetividade, feita por aproximações e grandes polêmicas. O destino teórico da análise do discurso francesa segue, portanto, o percurso entrelaçado desses três geniais filósofos (GREGOLIN, 2004, p. 52)

As relações entre Foucault e Althusser começam a se delinear em sala de aula, visto que foi, assim como Pêcheux, aluno de Althusser. À época da reclusão de Althusser, Foucault foi um dos únicos a visitá-lo no hospital psiquiátrico onde ficou por dez anos.

Michel Pêcheux e Michel Foucault, para além da coincidência do primeiro nome, seguiam caminhos epistemológicos parecidos ou que, em alguns pontos, coincidiam. Segundo Gregolin (2004, p. 53), “em Pêcheux, ele [seu projeto] se concretiza na busca de construir a análise do discurso, e nela estão envolvidos a língua, os sujeitos e a História”, como já apontamos. Já “o projeto foucaultiano também se relaciona tensivamente com uma tríplice aliança”:

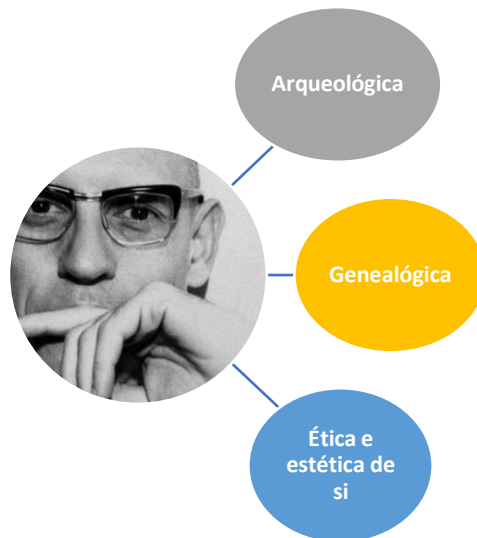


As pretensões filosóficas dos dois de criarem métodos também coincidiam. Enquanto Pêcheux ensinava o método AAD (Análise Automática do Discurso), Foucault elaborava o método arqueogenalógico.

A grande diferença é que, como Pêcheux, Michel Foucault não pretendia elaborar uma teoria sobre o discurso, sua ideia era entender as relações do sujeito com os saberes e os poderes. Suas buscas, pautadas no interesse sobre o surgimento das ciências humanas e a história dos saberes, caminhavam em diversas direções.

1.1. Michel Foucault e sua Arqueologia: discurso, enunciado, acontecimento e formação discursiva.

A obra de Michel Foucault é bastante extensa e exige tempo, atenção e esforço para ser compreendida. De forma a facilitar o acesso e o entendimento às suas concepções, costuma ser apresentada em três fases:



Essas temáticas estão, sempre, articuladas a uma reflexão sobre os discursos: pressupondo que as coisas não preexistem às práticas discursivas, Foucault entende que estas constituem e determinam os objetos. É, assim, no interior da reflexão sobre as transformações históricas do fazer e do dizer na sociedade ocidental que uma *teoria do discurso* vai-se delineando e encontra lugar central na obra de Foucault. (GREGOLIN, 2004, p. 54)

Precisamos ressaltar que todas as fases da obra foucaultiana são marcadas pelas condições históricas em que o autor estava mergulhado. A situação política a qual a França estava submetida entre os anos de 1960 a 1980, as fortes disputas ideológicas que ocorriam em seu seio intelectual e político, do cruzamento do autor com a esquerda política etc. foram importantes para o desenrolar da obra de Foucault.

Foucault buscou entender como os saberes se moldaram historicamente e fomentaram as ciências humanas. Ele pesquisou as diversas possibilidades de ciência e como determinados saberes moldavam e objetificavam os sujeitos, pois os objetos só adquirem vida por meio das práticas discursivas. O primeiro ponto de interesse foi a história da loucura, da medicina e outros saberes que estão ligados aos modos de vida dos sujeitos em sociedade. Assim, nasce o método arqueológico que vai embasar inúmeras pesquisas sobre a história e evolução dos saberes.

A partir da observação do homem enquanto objeto e sujeito nascem as ciências humanas, por meio da sistematização dos conhecimentos sobre a loucura e a morte. A Arqueologia marca, então, uma ruptura a respeito das visões que se tinha sobre o homem. Os primeiros livros de Foucault buscam o retorno às fontes em sua face racional. A escolha da

doença mental se faz importante pois trata-se de um campo médico completamente polarizado, em que as noções se dividiam em positivo e negativo, normal e patológico, etc. Quando Foucault sistematiza os saberes que envolvem a ciência e a morte, novas buscas surgiram para análise de novos saberes. Como destaca Gregolin (2004, p. 57),

[...] Ao codificar-se a estranheza e a anormalidade, tudo que escapa ao racional foi submetido a um amplo movimento de enclausuramento (o louco no hospício, o doente no hospital, o a-social na prisão). Foucault analisa esse movimento ao acompanhar, pela lente da *arqueologia*, o nascimento das ciências humanas. (GREGOLIN, 2004, p. 57)

Em *A História da Loucura* (1962), Foucault observa a loucura através de uma linha evolucionista⁸ a partir da qual o homem busca marcar as diferenças entre o racional e o louco, que deveria ser aprisionado. O autor tenta reconstruir percursos históricos para entender o momento em que a loucura passa a ser um critério de exclusão do homem, que Gregolin (2004, p. 68) chama de “fato de civilização”.

Se, na vida real, o louco era entregue à própria sorte para atrair uma espécie de “purificação”, Foucault acreditava que a arte, principalmente a literatura, representava um embate com a realidade, pois a ideia central dele era elaborar uma crítica aos saberes sobre o homem. Por isso, ele acreditava que a literatura era o lugar de onde uma outra maneira de se pensar a loucura emanava, como em *Dom Quixote de La Mancha*, de Miguel de Cervantes.

Foucault não estava interessado exatamente no teor ideológico da loucura, mas em percebê-la sob um viés histórico, entender quais são as condições que possibilitam o surgimento desse discurso. Para isso, ele começa a sistematizar e analisar as *epistemes*. “A *episteme*, para Foucault, é a ordem específica do saber; é a configuração, é a disposição que o saber assume em determinada época e que lhe confere uma positividade enquanto saber” (MACHADO, 1981, p. 148-149).

A noção de *episteme* aparece em duas obras de Foucault: *As palavras e as coisas* (1966) e *A Arqueologia do saber* (1969). No primeiro, o texto é escrito para que possamos entender esse conceito. Para Foucault, *episteme* é uma rede de discursos, uma relação entre as ciências, que está inserida em uma determinada época. Para ele, também, ela não é algo unitário e não representa um aglomerado de conhecimentos, mas a quebra, a ruptura, as diferenças, a relação na multiplicidade dos discursos e, além de tudo, um grande grupo de sistemas de dispersão, mas que remetem uns aos outros.

⁸ “Foucault propunha que a gênese das formas modernas de alienação deveria ser buscada a partir de suas formas antigas, nos gregos, latinos e cristão”. (GREGOLIN, 2004)

Mais tarde essa noção é deixada de lado, ou melhor, Foucault trata de evoluí-la para que englobasse não apenas os discursos, mas também a parte não-discursiva, cujos elementos são heterogêneos. Assim, a ideia de episteme dará lugar a noção de formação discursiva.

1.1.2 A Arqueologia e o discurso

Em *A Arqueologia do saber*, Foucault (2008) analisa a materialidade do enunciado, tomando o discurso como prática a partir da noção de acontecimento. É também em *Arqueologia* que Foucault não mais tratará sobre *episteme* e dará lugar às formações discursivas, ou como já foi dito antes, há uma valorização do não-discursivo, que faz referência às condições que antecedem e permitem o discurso.

Segundo Foucault (1986, p. 56), o discurso transpassa a simples referência a "coisas". Ele existe numa relação que ultrapassa a mera utilização de letras, palavras e frases; não pode, portanto, ser visto como mera "expressão de algo, mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam". Essa visão sobre o discurso, enquanto práticas que formam os objetos de que falam, nos auxilia no sentido de pensar *que práticas discursivas formam o objeto AIDS, em jornais publicados em São Luís*, de quais campos do saber elas são provenientes; que saberes e poderes articulam. É por e a partir delas que a AIDS, na capital maranhense, tomou corpo e tornou-se notícia comum tanto nos jornais quanto na vida social dos sujeitos.

Os discursos que surgem em páginas de jornais e revistas, em nível internacional e local criam uma espécie de fenômeno biológico, médico e cultural. A AIDS passa a ser considerada uma doença da atualidade, e movimenta uma cadeia de ocorrências que envolvem diversas instituições. As instituições médicas sofreram um abalo diante da novidade sobre a qual não se sabia exatamente o que dizer; as indústrias farmacêuticas financiaram medicamentos e compraram pesquisas. O corpo do portador do HIV tornou-se alvo das marcas não só da doença como também dos olhares preconceituosos que estigmatizam e condenam. Como um acontecimento discursivo de cunho midiático, a doença ganhou espaço de grandes proporções na mídia e se promoveu por meio de discursos jornalísticos.

Foucault (2008) reconhece que o discurso também pode ser visto como acontecimentos aparentemente sem importância, que não se podem esgotar totalmente e cuja existência se aloja na memória a partir de sua materialidade recuperando e emanando inúmeros enunciados:

Por mais banal que seja, por menos importante que o imaginemos em suas consequências, por mais facilmente esquecido que possa ser após sua aparição, por menos entendido ou mal decifrado que o suponhamos, um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem. (FOUCAULT, 2008, p. 32)

Michel Foucault, em sua obra *A Arqueologia do Saber*, entende que acontecimento é aquilo que envolve as condições que permitem novos discursos e que é indispensável para entendermos as relações possíveis entre discursivo e não-discursivo. Ele representa um conjunto de regras que oportunizam a aparição de um discurso. Concomitante a isto, esses princípios não são observados apenas internamente ao discurso, pois há nele uma reflexão de condições não-discursivas.

Porém, um discurso não existe à plena vontade daquele que o produz, é necessário que ele seja legitimado e autorizado para ter força de verdade. Para isso, existem padrões estabelecidos. A ideia de acontecimento reside na aceitação desses padrões e no entendimento, pelo enunciador, das condições que precisam ser aceitas ao se pronunciar algo em um dado momento.

Segundo Gregolin (2004, p. 72-75), a arqueologia

procura não as ideias, mas os próprios discursos enquanto práticas descontínuas que obedecem a certas regras; centrando-se nas práticas discursivas. [...] Seu objetivo é salientar, no terreno da História, o momento em que se estabelece um discurso [...] O método arqueológico tenta dar um *status* analisável à transformação, investigando os seus elementos, [...] a construção do saber, por meio da análise dos discursos que constituem, na descontinuidade histórica e na multiplicidade de enunciações, objetos desse saber.

É em *A Arqueologia do Saber* que Michel Foucault irrompe sua análise do que é a história e de como ela era pensada e feita pelos historiadores, que se ocupavam em descrever determinados períodos de tempo e, assim, revelar os principais acontecimentos sociais e políticos. Para Foucault, essa forma de análise deixava de lado diversos outros fatores que possibilitavam aquilo que era descrito e que fugiam à vista dos historiadores.

Lembremos que o termo História sempre esteve presente na obra de Michel Foucault (*História da loucura*, *História da sexualidade*). Porém, o fazer histórico de Foucault era diferente daquele preconizado pelos historiadores, o que fez com que ele fosse duramente

criticado. O que interessava a Foucault eram os discursos de verdade, aquilo que os historiadores entendiam como indiscutível. Mas que, para ele, eram apenas descrições dos documentos. Para Foucault, o fazer histórico deveria levar em consideração aquilo que estava à margem, e também fora dela, então ele traz à luz a ideia de arqueologia, destacando que:

É preciso desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças. [...] O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria, em si mesma, e de pleno direito, memória; a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar status e elaboração à massa documental de que ela não se separa. (FOUCAULT, 2009, p. 7-8)

Assim, os fatos da história deixam de ser simplesmente descritivos e passam a ser uma busca incessante pelas rupturas, pelas discontinuidades. A história passa a se interessar pelas transformações ocorridas dentro de uma sociedade e pelos acontecimentos. A ruptura, discontinuidade, a dispersão é que fazem a história ter vida. O papel do historiador, na história nova, é encontrar a regularidade que há nesse sistema disperso.

Para Foucault (1986), o principal critério para estudar a História é pela discontinuidade e, a partir do *Nascimento da Clínica*, ela passa a ser a visão central do método arqueológico, das pesquisas feitas pelo autor, pois para ele é preciso analisar as transformações ocorridas dentro da sociedade, as condições históricas, para que se possa entender o objeto, entender como um discurso desaparece e outro nasce ou em que ponto, a partir de quê, ele se transforma.

Enquanto Michel Pêcheux delineava que “a ideologia é que interpela o indivíduo em sujeito”, para Foucault a História era que irrompia sobre o homem sua condição de sujeito do conhecimento.

O livro *A Arqueologia do saber*, de 1969, surgiu da necessidade que o autor teve de responder diversas questões e críticas estabelecidas sobre as obras anteriores. Podemos perceber, no percurso de leitura, que Foucault conversa com seus futuros leitores para explicar, de forma sistemática, o método que utilizava em suas pesquisas. *A Arqueologia* é uma grande exposição teórico-metodológica.

É nessa mesma obra que Foucault se mantém como figura polêmica cujas ideias têm o propósito de quebrar “certezas inquestionáveis”. Para isso, ele escolhe dar visibilidade aos discursos, àquilo que é dito, baseado nos fatos discursivos. É por meio dessas colocações que o pensador francês pretende mostrar que o propósito do método arqueológico não é

desentranhar das práticas discursivas as imagens e representações que estão implícitas ou mesmo explícitas no discurso. O fim do método se dá no próprio discurso.

Conforme Gregolin (2004, p. 86),

[...] ao contrário da história das ideias, a arqueologia procura apanhar o sentido do discurso em sua dimensão de acontecimento: cada palavra, cada texto, por mais que se aproxime de outras palavras e textos, nunca são idênticos aos que o precedem. [...] O método arqueológico tenta compreender a irrupção dos acontecimentos discursivos, investigando as condições (histórico-sociais) que possibilitam o seu aparecimento. Trata-se de investigar ‘porque determinado enunciado apareceu e nenhum outro em seu lugar’, isto é, porque tal enunciado é um acontecimento na ordem do saber. [...] A Arqueologia deve ocupar-se de ‘uma população de acontecimentos dispersos’, tentando explicar a heterogeneidade das novas configurações do saber, que, ao emergirem e desaparecerem fortuitamente, são puro acontecimento. (GREGOLIN, 2004, p. 86)

Para Foucault (2008), não há um conceito exato sobre enunciado, já que está envolvido em uma teia complexa. Enunciado é entendido como a unidade substancial do discurso. Ele não é totalmente material nem totalmente linguístico, tendo uma natureza mais fluida. “Ele não é, em si mesmo, uma unidade, mas uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis.” (GREGOLIN, 2004, p. 88) Assim, que abre um leque de possibilidades de existência no campo da memória. Como todo acontecimento, o enunciado tem características únicas, muito embora exista a possibilidade de que seja repetido e transformado a partir das condições a que é submetido ao ser (re)produzido e se liga de forma efetiva às consequências por ele provocadas, como acontece nos enunciados jornalísticos com relação a AIDS. O tom acusatório sobre os homossexuais se perpetua, como veremos em nossas análises, mesmo diante das descobertas científicas que apontavam que a doença não pertencia a apenas um nicho sexual, pois a contaminação por heterossexuais e crianças já era um fato da ciência. Ele

[...] aparece com um status, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade (FOUCAULT, 2008, p. 121).

Ao mesmo tempo em que está inserido em uma singularidade, o enunciado está mergulhado em um universo de repetição, estando ligado ao passado e ao futuro em seu caráter diverso e, ao mesmo tempo, singular, já que ele não é absolutamente linguístico nem material.

Muito do que foi dito sobre a AIDS e o HIV na década de 1980 pode ser encontrado fortemente na atualidade⁹. Foucault o define a partir daquilo que ele não é:



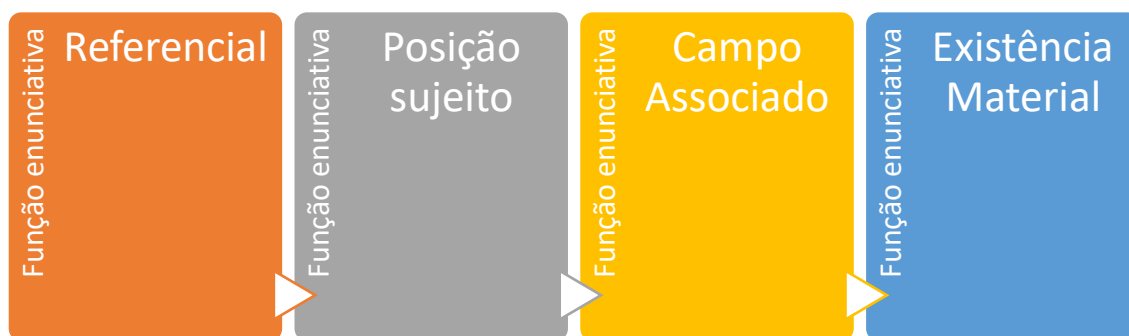
Porém, o enunciado se torna indispensável para determinar a existência ou não de frase, proposição e ato de fala. Assim, ele não é uma unidade como esses outros, mas é uma função. A partir da oposição a outras unidades é que Foucault tenta marcar suas diferenças, já que, historicamente, nos estudos linguísticos, o enunciado era deixado de lado, sendo pensado como resto, mas nunca como objeto de análise.

Para tanto, Foucault o interliga ao conceito de língua, mostrando que o que transforma uma frase, uma proposição ou um ato de fala em enunciado é a denominada função enunciativa porque está intimamente relacionada às suas condições de produção, que sinalizam para a existência de um sujeito a partir de um lugar institucional e mergulhado em regras sócio-históricas. A função enunciativa é que é, de fato, o interesse de Foucault. Como explica Gregolin (2004, p. 89-90),

[...] Trata-se de descrever o exercício da *função enunciativa*, suas condições, suas regras de controle, o campo em que ela se realiza pois entre o enunciado e o que ele enuncia não há apenas relação gramatical, lógica ou semântica; há uma relação que envolve os sujeitos, que passa pela História, que envolve a própria materialidade do enunciado. (GREGOLIN, 2004, p. 89-90)

A função enunciativa é historicamente a forma que se tem para determinar a existência de um enunciado em uma determinada materialidade, já que o enunciado possui uma forma única de existir. Para Foucault (2008, p. 103), a função enunciativa se inter-relaciona com o enunciado através de quatro vertentes que lhe são peculiares e necessárias. São elas:

⁹ Podemos observar essas semelhanças nos discursos do arcebispo do Rio de Janeiro, na década de 1980, Dom Eugênio Sales e, atualmente, uma recuperação desses enunciados pela ministra dos Direitos humanos, Damara Alves, que defende a abstinência sexual como forma de combater a gravidez na adolescência e na prevenção das IST's (infecções sexualmente transmissíveis).



Quando Foucault se reporta ao referencial, ele está apontando para aquilo que possibilita as regras para que um enunciado possa existir que estão relacionadas às leis de possibilidade dentro de um conjunto de domínios e o espaço onde as relações são estabelecidas. Nesse sentido, o

[...] referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade. É esse conjunto que caracteriza o nível enunciativo da formulação, por oposição a seu nível gramatical e a seu nível lógico: através da relação com esses diversos domínios de possibilidade. (FOUCAULT, 2008, p. 103)

Sobre a *posição sujeito*, Foucault sugere que não devemos confundir o sujeito do enunciado com o sujeito que é elemento gramatical e está limitado às pessoas do discurso. Esse sujeito não é também o autor e não determina o enunciado, pois este já preexiste. Essa posição é determinada por condições que individualizam o sujeito. Apenas um indivíduo pode ocupar diferentes posições durante um discurso e assumir o lugar de diversos sujeitos. Esse lugar é

[...] determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas esse lugar, em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra, varia - ou melhor, é variável o bastante para poder continuar, idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma. (FOUCAULT, 2008, p. 108)

Para Campo Associado, Foucault (2008, p. 108) diz que “ela [a função enunciativa] não pode se exercer sem a existência de um domínio associado. Isso faz do enunciado algo diferente e mais que um simples agregado de signos”. Ele é que permite que uma frase ou série enunciativa seja consideradas um enunciado e dão-lhe a presença do contexto.

O enunciado tem a característica de se ligar a vários outros enunciados, dentro de um passado enunciativo, a seu redor que já existem e se referir a eles, podendo atualizá-los e se

relacionar com os enunciados que ainda estão por vir e para os quais servirá adiante como possibilidades enunciativas. Então, segundo Foucault (2008, p. 112):

Qualquer enunciado se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja.

A última vertente da função enunciativa é a existência material da qual o enunciado tem necessidade e, a partir dela, ele tem a possibilidade de ser determinado em tempo e espaço que os tornam único. Não poderíamos lidar com enunciados se eles não tivessem sido proferidos por uma superfície ou “tomado corpo em um elemento sensível e se não tivesse deixado marca em uma memória ou em um espaço.” (FOUCAULT, 2008, p. 113). A materialidade não é apenas um “suplemento” para o enunciado, ela lhe é parte constituinte.

Precisamos pensar a enunciação como um acontecimento que não se repete, pois a cada vez ela terá características próprias e “têm sua individualidade espaço-temporal”. Para Foucault (2008, p. 119),

[...] o enunciado, ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um status, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquiva, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade. (FOUCAULT, 2008, p. 119)



Tomemos como exemplos os enunciados “Câncer gay” e “peste rosa”, muito utilizados em nível global. No caso das duas ocorrências, o referente pode ser tomado como doença mortal que apavora o povo, como o câncer e a peste. Os sujeitos, que aqui devem ser vistos como uma posição, são os médicos, os agentes ligados à saúde e, por conta de vários

atravessamentos discursivos, os religiosos. Com relação a Campo Associado, observamos o estreitamento entre os discursos científicos (que equipara as doenças e aponta suas semelhanças), populares (o medo que cria cerceamentos e pânico) e religiosos (retoma a ideia de peste enquanto um castigo que está ligado a comportamentos). Esses enunciados se materializaram principalmente na mídia impressa do mundo inteiro.



Um discurso nunca é único, muito embora aquele que o pronuncia nem sempre tenha consciência; ele nasce a partir de um já-dito, de tantos outros discursos já pronunciados. Quando enunciado, o discurso se atualiza porque está inserido em um momento histórico específico, apoiado em uma memória. Um sujeito, quando produz um discurso, relaciona seu discurso com tudo aquilo que já foi dito e com a sua função enunciativa, já que um enunciado se relaciona a tantos outros enunciados que estão ao seu redor, formando uma série enunciativa e produzindo novos discursos e acontecimentos.

No caso da AIDS, doença desconhecida e mortal, que não tinha seu já-dito, foi necessário associá-la a tantas outras doenças mortais que se inscreveram em nossa história. É em meio a todo um caos social e político que assolava o país inteiro que se tem as primeiras notícias da doença que vinha matando muitos homossexuais. Tratou-se logo de taxá-la como “A peste gay”, efeito que só era possível em vista da retomada de uma memória histórica e discursiva que trazia a “peste negra” aos novos tempos, tratando de inseri-la em um campo associado e, considerando suas singularidades e regularidades, observar o acontecimento AIDS e suas formações discursivas.

Assim, os sentidos de um enunciado estão condicionados pelo modo como os discursos se inscrevem na língua e na história. Ou seja, o discurso se encontra inserido em uma formação discursiva que independe do desejo do enunciador. Dessa forma, “peste rosa”, “câncer gay” marcam um acontecimento que possui características únicas que surgem em meio a saberes que se cruzavam a fim de elucidar as dúvidas da população e clamavam por explicações provenientes de uma função enunciativa e uma formação discursiva da ciência.

Os enunciados se diferenciam, se afastam e se aproximam uns dos outros a partir da forma em que se relacionam, desempenham e se orientam com as regras de uma formação discursiva e é este conceito que revoluciona a noção de linguagem e de ciência.

Para entendermos a noção de formação discursiva, precisamos levar em consideração essas duas características, uma do discurso e a outra do enunciado que os torna únicos. O enunciado é constituído de singularidade e se mantém através de uma descontinuidade marcada por uma repetição no tempo e no espaço, passado e presente.

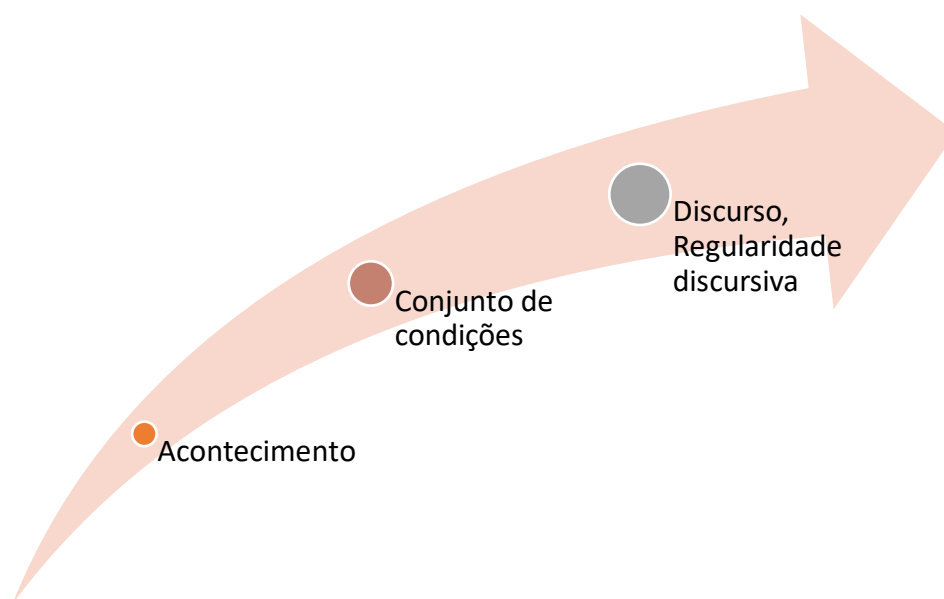
A análise do enunciado precisa ser pensada a partir do sentido que foram produzidos ao serem proferidos, levando em conta sua dispersão e sua singularidade. Assim, para detectar a dispersão de um enunciado, é preciso perceber uma regularidade: correlações, aparecimentos que se repetem e suas transformações. É a partir dessa observação que Foucault conceitua formação discursiva.

A formação discursiva pensada por Foucault é um grupo de enunciados cujos sistemas de dispersão sejam semelhantes e se encontra instaurada no campo da História, pois é nela que encontramos o discurso, o sujeito e os sentidos. Daí nosso interesse em analisar como enunciados sobre a AIDS, na mídia maranhense, constituem acontecimentos, formulados a partir de sistemas de dispersão que se organizam segundo diversos campos do saber.

Os elementos enunciativos permitem o funcionamento do enunciado através da memória e do esquecimento na sua retomada e redistribuição, tomando para si um estatuto de acontecimento através de sua materialização. O interesse de Michel Foucault é o enunciado enquanto acontecimento discursivo, exatamente por seu potencial de inserir novidade na repetição, onde encontramos a dicotomia regularidade x originalidade. Assim como não há um enunciado original, que dê origem aos outros, não há também um acontecimento primeiro. Assim, não é possível uma análise da continuidade de uma série enunciativa, visto que um acontecimento só pode ser analisado junto com outros acontecimentos que coexistem. Dessa forma Foucault pensa a História: uma série de enunciados que são marcados enquanto acontecimentos.

Em *Análise do Discurso*, encontramos variadas formas de perceber e pensar a noção de acontecimento, pois se estabelece como conceito híbrido e heterogêneo. Enquanto Foucault determina que o acontecimento é uma fonte inesgotável que envolve, também, as condições que o possibilita, Pêcheux o define como “um ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 1990, p.17).

Michel Foucault, para chegar até a noção de acontecimento, inicia sua busca por meio de um questionamento que é “o que é a nossa atualidade?”. Saindo do óbvio, para o filósofo, a atualidade se difere do presente. A resposta encontra-se na *Arqueologia do Saber*, onde vemos que atualidade é “a borda do tempo que envolve nosso presente, que o domina e que o indica em sua alteridade” (FOUCAULT, 1972, p. 162-163). Para Foucault, o acontecimento é “a irrupção de uma singularidade única e aguda, no lugar e no momento de sua produção” (FOUCAULT, 1980, p. 46-51). Ilustramos da seguinte forma:



Para Pêcheux, o acontecimento é um fato devidamente propagado e percebido, que está constantemente se atualizando para manter-se presente na memória coletiva da sociedade. Para melhor compreendermos, se faz necessário pensarmos o acontecimento em duas perspectivas: acontecimento histórico e acontecimento discursivo.

Para Le Goff (1996, p. 143), acontecimento histórico “consiste em um fato que, por sua relevância enquanto ocorrência no mundo, passa a ser lembrado na história, fazendo parte do dizer sobre o passado de um povo, narrado pela ciência histórica”. Ou seja, são acontecimentos históricos apenas os fatos que são efetivamente importantes a ponto de fazerem parte da história de um povo, de suas memórias e receberem um registro material, fazendo parte de sua cultura.

Essas são ideias que parecem abarcar toda noção de acontecimento, porém nem todo fato pode ser alçado a esse patamar, embora aconteça em um determinado tempo e um espaço. O acontecimento não é determinado de forma natural, pois só recebe o *status* de histórico se for categorizado por um historiador dentro de uma série de tantos outros. Por isso, é necessário que o fato se torne discurso.

Atualmente, devido ao impulso que os meios de comunicação tiveram e considerando que são “detentores” das verdades e produtores de conhecimento, os jornalistas tomaram para si um pouco do poder que tem um historiador, visto que eles têm a função de selecionar aquilo que deve entrar para um tipo de história imediata e aquilo que pode se perder, não ser divulgado.

Tanto historiador quanto jornalista se colocam, institucionalmente, em uma posição determinante cujo trabalho se torna crucial para selecionar o que lhes convém e omitir aquilo que não deve ser levado em consideração historicamente.

Para Paul Veyne (1998), o historiador não consegue discursivizar todas as possibilidades históricas, por isso escolhe apenas um caminho que ele ache que melhor representa o acontecimento. A história, sendo pensada dessa forma, carrega consigo ideologias e valores específicos de seu enunciador, pois o viés da descrição histórica é seletivo, já que ele se torna possível a partir de um “cruzamento de itinerários possíveis” (VEYNE, 1998, p. 45) e não representa uma unidade natural.

Pierre Nora afirma que, no tempo presente, ficou difícil delimitar a noção de acontecimento histórico porque, com o nascimento e crescimento da mídia, vivemos uma explosão de informação e, por isso, o historiador não mais está solitário nesse trabalho, pois “não há o acontecimento sem os *media*” (NORA, 1986, p. 47). O lado negativo desse fato é que surge, também, a noção de vivermos rodeados de falsos acontecimentos.

Surge, então, um tipo específico de se fazer História e que está alinhado ao Jornalismo, e denominou-se História instantânea. A emergência com que fatos se tornam acontecimentos e, por muitas vezes, já anunciados como históricos, torna-se cada dia maior em nossos tempos. Os atores envolvidos no fato, porém, não o vivem de forma “natural” porque sabem que serão vistos pelo mundo inteiro. Segundo Nora (1986, p. 47-48),

[...] Hoje em dia, o mais pequeno acontecimento é vivido como sendo já histórico, memorável, inscrevendo-se na História, quando nem sequer se sabe se ele terá lugar ou se virá a ter alguma importância. [...] Promove-se o vivido em histórico, o que muda completamente a natureza do histórico e também do vivido. Dentro de alguns anos, tudo terá caído e far-se-á uma filtragem considerável, separando aquilo que tiver mudado o curso das coisas e aquilo que as não tiver mudado. (NORA, 1986, p. 47-48)

Na História Tradicional, o historiador, como já dissemos, era o responsável por diferir o que tinha importância histórica do que deveria ficar de lado. Na História Moderna, segundo Nora (1986, p. 48), o acontecimento não mais precisa dessas imposições institucionalizadas, pois, atualmente, “é o acontecimento que faz o historiador”. Muito embora

o historiador ainda tenha a importante função de explicar, com base no passado, como se deu determinado acontecimento de forma quase imediata; ele ainda ocupa o lugar de pessoa com *status* e autorizada a falar do vivido.

O acontecimento discursivo, para ter existência, é preciso que alguém o enuncie. Sem alguém que o crie, não há possibilidade de existência, pois ele existe a partir da mobilização de formações discursivas (FDs) preexistentes que possibilitam a criação de um novo acontecimento. Nesse aspecto, utilizar FDs é resgatar uma memória discursiva (MD). Não podemos separar MD de acontecimento discursivo.

O acontecimento discursivo não se confunde com o acontecimento histórico porque se trata de apenas um dos feixes das relações que o determinam. O acontecimento discursivo se dá pelo cruzamento de dizeres que possibilitam o surgimento de novas formas de significação, pois, como já foi dito anteriormente, ele representa um resgate de uma MD.

Sendo assim, observamos a importância desses dois tipos de acontecimento exatamente onde reside a possibilidade de mudança. Eles são marcados pela produção de sentidos e a quebra de valores e significados preexistentes, e isso acontece pela mobilização de uma memória discursiva.

Nesta época, em que os acontecimentos tomam força e se propagam por todos os lados, em que a História aponta para um imediatismo, nós vivemos ansiosos pelas notícias que rapidamente se tornam “históricas”.

Em nossa sociedade, os jornalistas são considerados as testemunhas oculares da história e a transformam apenas ao noticiar um fato. Fato é que muitos pesquisadores/historiadores buscam beber nesta fonte e dão aos jornais o *status* de documento frente a significação que têm ao relatar os fatos de uma determinada época, tornando-se, então, um acessível lugar de memória.

Feitas essas considerações, não podemos deixar de pensar sobre como a AIDS, no início da década de 1980, tornou-se um acontecimento histórico-midiático e fundou sua história a partir do olhar do jornalista. É preciso lembrarmos também que nem sempre era o jornalista que tomava a frente para falar sobre a epidemia, mas dava espaço para que pessoas comuns e diversas instituições usassem as páginas dos jornais do país inteiro para expressar opiniões, informar e impor regras e comportamentos a uma sociedade deveras assustada diante do, até então, desconhecido.

Para pensarmos de que forma a mídia, através de sua característica dispersão enunciativa, age como determinante social sobre os comportamentos dos sujeitos, buscamos

entender como ela se estabelece como um dispositivo. Michel Foucault, em sua intensa busca arqueológica, destaca que existem poderes que atravessam constantemente os saberes e são capazes de determinar, elaborar e organizar modos de práticas de subjetivação e que, de forma heterogênea, eles estão para além das práticas discursivas. Além do enunciado e das formações discursivas, no campo da enunciação, esses aparelhos estão inseridos também nas práticas não-discursivas já que, para além do discurso, encontram-se atuantes em organizações arquitetônicas, medidas administrativas, entre outras formas. Por isso, para dar conta desse campo, Foucault elabora o conceito de dispositivo.

Para Carvalho e Sargentini¹⁰, o dispositivo é uma rede que representa, de forma clara, a história com um sistema repleto de descontinuidades, mas também como o lugar onde podemos encontrar diversas regularidades. Assim, os autores sugerem que pensemos as linhas dessa rede pensando nas linhas que sugere Deleuze (1996), em “O que é um dispositivo”, assim as entendemos como uma espécie de elo entre os enunciados e entre as formações discursivas, já que as buscamos não enquanto puras, mas como sendo fluidas e capazes de transitar entre outras.

Para Deleuze, as linhas de visibilidades são fundamentais para a noção de dispositivo e afetam decisivamente na História, já que ela parte das dualidades entre o que se mostra e o que não pode ser visto, exatamente como acontece com o que é dito e o que é silenciado. Dessa forma conseguimos perceber a importância do discurso, já que ele é a base dos dispositivos, ou seja, como nos dizem Carvalho e Sargentini (2014, p. 26), “as práticas discursivas também determinam os dispositivos a serem criados”

A noção de Dispositivo, a partir da metade dos anos setenta, se torna peça fundamental teórico-metodológico no pensamento foucaultiano. Em seus escritos, Foucault não dá prioridade à conceitualização dos termos, o que acontece também com a noção de dispositivo. Em uma entrevista, mais tarde, o filósofo se aproxima do conceito de dispositivo que, a partir do artigo “O que é um dispositivo?”, de Giorgio Agamben, organizamos da seguinte maneira:

¹⁰ CARVALHO, Pedro Henrique Varoni de; SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. Dispositivo, discurso e produção de subjetividades. In: Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade / Organizadores Antônio Fernandes Júnior; Kátia Menezes de Sousa – Goiânia: Gráfica UFG, 2014.



Retomando o resumo acima, entendemos que a noção de dispositivo é elaborada por Foucault para dar conta daquilo que a episteme, as positividades, não abarcam, pois fazem referência às coisas que estão ligadas ao linguístico. Ao se deparar com as noções de poder, o filósofo afirma que as estratégias não são pensadas ou criadas baseadas apenas em um discurso, em uma tecnologia ou outra de poder, mas exatamente na rede que se estabelece entre o linguístico e o não linguístico, que tem um caráter universal. O dispositivo é, para Foucault (2009, p. 244),

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2009, p. 244)

Sobre dispositivo, entendemos um conjunto de técnicas utilizadas para exercer poder e direcionar a sociedade a uma determinada forma de pensar e agir, moldando comportamentos e subjetividades e que, como diz Foucault (2009, p. 244) “em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência.”.

Por meio de suas estratégias, das curvas de visibilidade, o dispositivo determina aquilo que deve ser visível e o que deve permanecer oculto. Pelas curvas de enunciabilidade, determina o que deve ser emitido e omitido. O dispositivo é controlado por linhas de força que alienam e nos atravessam produzindo subjetividades. O que controla o dispositivo é o poder.

Partindo do arcabouço teórico de Foucault, abordaremos a mídia enquanto dispositivo midiático que age sobre a sociedade, capaz de criar verdades, determinando aquilo

que deve ser emitido ou omitido e de influenciar aquilo que pensamos e no que acreditamos, produzindo subjetividades.

CAPÍTULO 2

A AIDS NA MÍDIA: UM ACONTECIMENTO DISCURSIVO

O “conteúdo” de um meio é como a “bola” de carne que o assaltante leva consigo para distrair o cão de guarda da mente. O efeito de um meio se torna mais forte e intenso justamente porque o seu “conteúdo” é um outro meio.

Marshall McLuhan

As mídias se apresentam no mundo como potentes veículos de informação e com inúmeras possibilidades por meio das quais as sociedades modernas se instituem, se desenvolvem e se perpetuam, viabilizando a transmissão cultural. A evolução social está intimamente ligada à ascensão da mídia desde as primeiras máquinas de Gutenberg¹¹ até a imensidão atual de redes de comunicação, servindo como estruturas simbólicas de poder.

Historicamente, a mídia tem sido pensada e utilizada para diversos fins, todos atravessados por inúmeras intenções de poder. A exemplo, é inegável a importância dos meios de comunicação para o funcionamento de uma democracia. No século XVIII, Montesquieu defendia que a sociedade, para se libertar do absolutismo, deveria se organizar a partir de três poderes: executivo, legislativo e judiciário. Porém, com o passar do tempo, percebeu-se que as três vertentes, por vezes, se afastavam do interesse do povo. E, durante a Revolução francesa, pensou-se na possibilidade de um novo poder que representaria o cidadão e que vigiaria os outros três, sendo os olhos e ouvidos da população. Assim, os contornos do chamado quarto poder começaram a ser esboçados.

Segundo Pierre Bourdieu (1997), a opinião pública não é independente, ela está intrinsecamente ligada e representa um reflexo dos meios de comunicação. Assim, esse poder simbólico que é o quarto poder, segundo Thompson (2008, p.20), é “capaz de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão”.

Logo que as empresas começaram a perceber as potencialidades da mídia, especialmente sua capacidade de subjetivar os sujeitos, ela foi abarcada pelo poder econômico que a inseriu em um imenso e nem sempre honesto jogo de poderes. O quarto poder, ao ser apropriado pelo poder econômico, deixou de ser um poder complementar para se tornar um contrapoder, utilizado para oprimir e manipular a sociedade, se definindo, cada vez mais, como um grande dispositivo.

Por meio das mídias, somos bombardeados diariamente por informações que têm a finalidade de exercer forte influência sobre nós e determinar comportamentos, atitudes e opiniões, até que se tornem parte do cotidiano, pois os saberes ali produzidos têm função e efeito em nossas relações sociais. A principal força da mídia consiste no grande poder de

¹¹ Johann Gutenberg foi um inventor que criou uma máquina de impressão móvel que deu início à Revolução da Imprensa.

naturalização e subjetivação que faz com que os sujeitos não consigam determinar onde e como esses controles e mecanismos de poder se estabelecem.

Ela é, sem dúvida, um dispositivo imprescindível para entendermos como se dá a história da AIDS e como esta se tornou um fenômeno discursivo na imprensa brasileira e ludovicense, tomando proporções inimagináveis, significando em diversas dimensões e mergulhada, estrategicamente, nas vontades de verdade das instituições. A mídia tem o poder de produzir verdades, e assim fez com que notícias publicadas sobre a AIDS se tornassem acontecimentos, construindo sobre ela vários saberes.

Nesse sentido, entendemos que a mídia está ligada à noção foucaultiana de dispositivo, na medida em que os saberes produzidos sobre a AIDS – como um mal, como um castigo – vão se estabelecendo enquanto verdades em nosso dia a dia. “É fundamental reiterar que a AIDS toma uma visibilidade e face próprias à medida que vai sendo publicizada pelas práticas midiáticas”. (FAUSTO NETO, 1999, p. 16). E é por meio dessa mídia que as instituições demarcam seus espaços e tornam esse meio um campo de batalha.

Desde seu aparecimento, a AIDS se tornou um fenômeno que se costurou nos tecidos sociais e a linha mais forte deste tecido era o interesse da sociedade em saber mais sobre a doença. O medo era tamanho que todas as pessoas queriam entender o que era e como se dava a transmissão do HIV, muito embora, em 1980, pouco se tivesse a dizer que fosse efetivamente verdadeiro.

A necessidade de conhecimento fez com que a sociedade elegeesse a mídia como a porta-voz da epidemia. Assim, “a partir do verão de 1986, a AIDS é um dos elementos da vida social, cujos contornos estão fixados, sejam quais forem os desenvolvimentos posteriores” (HERZLICH & PIERRET, 1992, p. 10). Esses contornos persistem até hoje e entre eles está determinada a grande vítima devidamente transformada em culpado: os homossexuais.

A AIDS se eleva à categoria de “o acontecimento” não apenas pelo grande interesse coletivo, mas porque deu à mídia o poder de sua construção, o que fez com que a moléstia deixasse de ser um fenômeno apenas biológico e ganhasse contornos de uma epidemia social, o que nos leva a pensar nos discursos que a colocam nessa categoria, a partir de suas regras e condições de aparecimento (do discurso) e, também, nos leva a compreender o que determina a existência e utilização material dos discursos.

Fausto Neto (1999) destaca que a AIDS infectou três corpos:

- I. O da vítima, o biológico, corpo clínico, que separava os indivíduos entre saudáveis e doentes; que, por muitos anos, foi o estandarte, a cara da AIDS, e carregava as marcas do suplício;
- II. o corpo social, que é simbólico, que foi contaminado pelo vírus ideológico e potencializou a epidemia em tudo que ela carregava de cruel, sendo determinante para a morte social do sujeito doente, e representou a sociedade dominada pelo medo;
- III. Por fim, o corpo das mídias. Um corpo também simbólico que era desenhado nas páginas dos jornais, das revistas e dos programas televisivos.

Nesta perspectiva, a AIDS é uma “dupla doença da atualidade”: enquanto fenômeno epidemiológico, mas, igualmente, enquanto fato discursivo e, de modo mais restrito, enquanto discursividade midiática. (FAUSTO NETO, 1999)

Na mídia maranhense, as informações – dados científicos – que chegavam na cidade de São Luís, eram, em sua maioria, releituras de materiais publicados nos Estados Unidos, onde os primeiros focos da epidemia apareceram. Essas informações eram eivadas de preconceitos e acompanhadas de opiniões dicotômicas (certo/errado, bom/ruim) sobre sexualidade, e produziram culpado(s): a princípio os homossexuais, depois todos aqueles que faziam parte do chamado grupo de risco.

Por todo o mundo, a história da AIDS foi sendo discursivizada pela imprensa, que influenciada por acontecimentos não discursivos, como o fato de os primeiros registros terem atingido homossexuais, ora exagerava, discursivizando-a de forma inapropriada, ora omitia-se, mas trazia sempre informações que apavoravam cada vez mais o desinformado povo brasileiro.

Bessa (1997) afirma que a primeira reportagem sobre a AIDS foi em 3 de agosto de 1981, publicada no Jornal do Brasil, quando nomearam o vírus de “câncer homossexual”. Foi a partir dela que a imprensa do país inteiro começou a se interessar pelos casos que não paravam de crescer. Para Bessa (1997, p. 22),

[...] a imprensa brasileira começou a publicar reportagens sobre a incipiente reação brasileira – de leigos, de médicos e outros profissionais de saúde, de integrantes dos poucos grupos homossexuais então existentes no país etc. – de “câncer gay”, “praga gay”, “peste rosa”, e outros epítetos similares que tinha então a misteriosa moléstia. (BESSA, 1997, p. 22)

A sociedade passou a se interessar completamente pela doença misteriosa e mortal que estava amedrontando o mundo e, enquanto isso, a mídia aproveitava para vender e ocupar o seu lugar de dispositivo, ditando regras de comportamento, numa tentativa de disciplinar a

sociedade. As reportagens deixaram de ser simples cópias das norte-americanas e ganharam características próprias. Em seus textos, os repórteres passaram a utilizar elementos das teorias médicas com elementos das crendices populares. Juntando a opinião de grupos gays com as religiosas, pincelavam as notícias com dramas e pequenas invencionices. Conforme Moraes e Carrara (1985 apud BESSA, 1997, p. 24),

[...] Nesse caleidoscópio de opiniões e fatos, os contornos vão esmaecendo e, em seu lugar, vai surgindo uma figura que integra em si os pequenos fragmentos. Cabe ressaltar que os vários discursos estão longe de constituírem “substâncias” puras, sem mescla. Ao contrário: já são, em parte, uma ordenação de fragmentos estranhos a seu universo próprio. O próprio discurso médico não é imune às ideias sociais que declaram o sexo anal perigoso, condenam a promiscuidade e encaram o homossexualismo (*sic*) como abominação. (MORAES; CARRARA, 1985 apud BESSA, 1997, p. 24)

O discurso põe em funcionamento relações e enunciados. Analisar o discurso é observar relações históricas, práticas concretas, que nele estão "vivas". Vejamos as Figuras 1 e 2, abaixo, numa reportagem que marcou o histórico dos anos iniciais da doença no Brasil e servia como forma de pastorear, doutrinar e subjetivar a população através do medo e do preconceito. Observamos a atualização do enunciado “peste” e a utilização dos campos associados:

Figura 1: Peste – gay já apavora São Paulo



Fonte: Jornal Notícias Populares, 12/06/1983, p. 1

¹² Reportagem publicada no jornal Notícias Populares em 12 de junho de 1983.

A segunda reportagem (Figura 02) mostra como o discurso religioso esteve fortemente marcado na chegada da AIDS ao Brasil, despertando na população ódio aos homossexuais através do resgate de uma memória da doença enquanto castigo.

Figura 2: Aids é castigo de Deus, porque bicha é uma raça desgraçada.



Fonte: Reportagem de jornal da década de 1980 que circula na internet e retirada do Google Imagens.

Depois da onda de preconceito instaurada pelos jornais e pelas revistas em 1983, a AIDS saiu de cena e caiu em certo esquecimento, até voltar com força total em 1985. Pessoas importantes, celebridades de várias partes do mundo começaram a assumir publicamente que estavam contaminadas, mostrando a face de uma doença cujo paciente, até então, era desconhecido pela sociedade que, desconfiada e ignorante, começou a se revoltar contra os possíveis casos e tomou atitudes que condenavam socialmente o doente, como aparece em reportagem da Revista Veja, do dia 4 de setembro de 1985 (Figura 3), que mostra as consequências das práticas que atuaram como aparelhos e incitavam o ódio da população contra todos aqueles que, de alguma forma, poderiam estar ligados a AIDS.

Figura 3: Primeira vítima



A Figura 03 apresenta o tema e o lide de uma reportagem que noticia o caso do cabeleireiro Evaldo Marques, de 35 anos, que foi expulso por moradores de sua cidade, Araguari, no Triângulo Mineiro, por suspeita de que ele era portador do vírus da AIDS. Ao acusarem o cabeleireiro de contaminar os demais moradores com a “moléstia” (assim denominada na reportagem), a situação de pânico se instalou na cidade. “Marques foi preso, levado a força para um hospital e, finalmente, banido da cidade” (PRIMEIRA..., 1985). As autoridades policiais o impediram de voltar para Araguari, caso contrário poderia ser queimado vivo pela população. As pessoas queimaram os objetos que ele havia tocado, secaram a piscina do clube da cidade onde ele, possivelmente, havia mergulhado, pois circulavam boatos de que ele o fazia propositalmente para propagar o vírus. A matéria da revista Veja diz:

A onda de boatos gerou um abaixo-assinado encabeçado pelo secretário municipal de Saúde, Antonio Bossi. Seguiram-se à sua rubrica os nomes mais significativos da cidade. A exigência era uma só: que Marques fosse legalmente impedido de circular pelas ruas. Dirigido ao promotor de Justiça da comarca de Araguari [...] que solicitou ao delegado da cidade que enviasse uma força policial para internamento compulsório do rapaz que ameaçava a saúde pública. Dito e feito. O delegado José Luiz Pereira entrou à força na casa do cabeleireiro, acompanhado de dois policiais militares. Agarrado pelos soldados, Marques foi colocado numa ambulância e levado para Uberlândia [...] A convivência demorada com o cabeleireiro vem preocupando o delegado Silva, que mantém uma cuidadosa distância do rapaz.” (PRIMEIRA..., 1985, p. 109)

Seguindo a mesma linha, outros jornais de pequenas cidades brasileiras começaram a se interessar pela pauta e publicar também casos de pessoas contaminadas, ou abriam o espaço de seus veículos jornalísticos para que pessoas “comuns” pudessem falar.

Vale lembrar que o Brasil estava, nos anos 80, saindo de uma ditadura e iniciando um período de redemocratização. Apesar da forte tensão do regime ditatorial, experimentava-se uma liberdade promovida por grupos que lutavam pela democracia e pelo fim da censura à arte e foi marcado pela expansão do anarquismo.

A exemplo disso, os Dzi Croquettes, grupo cênico de 13 homens com textos de humor ácido e uma inusitada identidade visual que passeava entre o masculino e o feminino e encantava seu público. O toque de humor encobria as críticas por trás dos espetáculos, assim driblando a censura. Viviam juntos, em sua maioria homossexual, se marcaram no cenário nacional como inspiração e símbolos da liberdade.

A Igreja Católica se firmou como instituição que se preocupava com a moral e os bons costumes, como defensora da moralidade. As relações homoafetivas não eram aceitas e

sim duramente discriminadas pela religião, o que produziu na sociedade reações morais de todos os tipos e a Aids passou a ser considerada um castigo divino.

A Igreja, cuja visão sobre a homossexualidade era a de sexualidade dissidente, por vê-la em desacordo com os planos divinos, entendeu que os homossexuais estariam relegados ao pecado e aos castigos divinos, já que duas pessoas do mesmo sexo não são capazes de procriar. Nos enunciados com relação à Igreja ou a seus representantes, podemos observar um forte tom de acusação e castigo, uma forma de amedrontar e controlar a sociedade em detrimento de seus dogmas. Eles só alcançariam a libertação se reprimissem sua sexualidade, o prazer, e se tornassem heterossexuais normais, limpos, não-pecadores, divinos. Para este propósito, diversos discursos autorizados por outros campos do saber, como a medicina, eram usados:

Médicos recomendavam a seus pacientes a heterossexualidade [...] Nenhuma dessas pessoas se dava conta, na época, de que a AIDS atingiu primeiro homens homossexuais porque este era o nicho da doença nos países preferidos pelos brasileiros para fazer turismo. Se tivéssemos viajado mais para países africanos, por exemplo, a doença teria começado a aparecer na população heterossexual. Então, por que a ciência a procurava insistentemente neste segmento social, a AIDS tornou-se sinônimo de homossexualidade. (PYNEL, INGLES, 1996, p. 25)

Em *História da sexualidade I: a vontade de saber* (2018), Foucault destaca que toda a noção de sexualidade moderna se liga a uma pastoral cristã, ou seja, que a partir da prática da confissão, todas as vontades e prazeres passariam ao poder da religião pelos discursos. Tudo para que, por meio dos mecanismos de poder, a sexualidade passasse a ser controlada pelo Estado. Tanto é que “o que é próprio das sociedades modernas não é terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim o terem devotado a falar sempre dele, valorizando-o como o segredo.” (FOUCAULT, 2018, p. 39)

Depois do sexo ter sido transformado em segredo entre os séculos XVII e XVIII, os séculos XIX e XX são marcados pela multiplicação das sexualidades que Foucault chama de “heterogeneidades sexuais”. Assim, algumas dessas formas estavam na lista de pecados graves, como o estupro, o incesto, o adultério e a sodomia. A Igreja e o Estado que controlavam a população por meio de mecanismos polimorfos de poder, iniciam uma caça às sexualidades consideradas periféricas, e a sodomia, prática interdita, foi incorporada às perversões.

Em 1870, a partir da publicação de um artigo de Westphal, que falava da homossexualidade como uma vontade de reunir em si o masculino e o feminino, a homossexualidade começou a figurar como sexualidade, porém entrava no rol das sexualidades improdutivas que acabavam cerceadas pelos poderes médico, psiquiátrico, religioso, pedagógico e familiar.

Classificada como uma doença sexualmente transmissível e que atingia apenas homossexuais e o chamado grupo de risco, a AIDS continuou apavorando a população brasileira. Não há como precisar qual foi o primeiro caso de AIDS no país, mas as publicações jornalísticas apontam para 1982, na cidade de São Paulo, e trazia consigo os mesmos preconceitos vistos na mídia internacional que considerava a doença uma consequência de certos comportamentos desviantes. Logo, os jornais, como podemos ver na manchete abaixo, estavam repletos de reportagens sobre a “peste gay”, “câncer homossexual”, “câncer gay”, “peste rosa”, etc.

A Reportagem (Figura 4) que mostra o uso do enunciado “peste gay” de forma a reafirmar e disseminar a ideia primária sobre a contaminação estar restrita a apenas um grupo: os homossexuais.

Figura 4: Peste gay é a epidemia do século



Fonte: Luta democrática, [s. l.], 14 set. 1983. Disponível em: <https://www.blognovidadesonline.com.br/2018/12/ocumentário-brasileiro-conta-historia.html>.

Os jornais abriram espaço para discussão entre diversas instituições e criou um caleidoscópio onde podemos encontrar diversos tipos de discursos provenientes de diversos campos do saber: o religioso, o da medicina, dos ativistas, do estado, do saber jurídico, do saber pedagógico, dentre outros. Assim, “evidentemente que diferentes campos – medicina, política, religião etc. – não dependem do campo das mídias para sua existência, mas encontram nele a instância de consolidação de sua respectiva estruturação enquanto campos portadores de saberes” (FAUSTO NETO, 1999, p. 17). Significa dizer que todo enunciado supõe outros, mantendo, dessa forma, relação com o arquivo. O enunciado em sua relação com o arquivo surge como acontecimento em meio a um espaço colateral povoado por outros enunciados. Esse espaço colateral é denominado por Foucault de “campo associado”, e se constitui pela série de formulações em que o enunciado se inscreve e pela série das formulações em que o enunciado

repete, modifica, adapta, se opõe ou propicia a possibilidade ulterior (sua consequência, sequência natural ou réplica). (SOUZA; CUTRIM, 2013)

Na folha Matutina do Jornal O Globo de 14 de junho de 1987, na página 3, podemos perceber como os jornais abriam espaço para divulgação da opinião pública que ia de famosos e empresários a simples donas de casa, inclusive do cantor Cazuza, que ainda não havia sido contaminado. Havia quem defendesse o modelo de exclusão dos leprosos da Idade Média, outros defendiam que essa hipótese era absurda e ainda notamos a presença dos que estavam em dúvida do que se fazer por conta dos números das estatísticas. As séries abaixo fazem parte de um conjunto de entrevista em que o jornal expõe a opinião de famosos e brasileiros em geral sobre *Que fazer com os aidéticos?* A primeira (Figura 5) opinião é da atriz Andrea Beltrão sobre o tratamento dado aos doentes de AIDS.

Figura 5: Que fazer com os aidéticos?

Que fazer com os aidéticos?

"Isolar essas pessoas é uma atitude horrível. Agora, se os médicos provarem que há possibilidade de se contrair Aids por outros canais que não sejam os conhecidos — sangue e esperma —, que um simples beijo ou aperto de mão irá transmitir o vírus, aí sim, é outra história".
Andréa Beltrão, 23 anos, atriz

Fonte: Jornal O Globo, [s. l.], p. 3, 14 jun. 1987.

Figura 6: Opinião de um empresário que sugere o isolamento dos doentes.

"Um isolamento, como leprosos, talvez seja uma das coisas a se fazer. Teremos, quem sabe, um aidético. Acho que se chegar a este número será um trauma tão grande que o isolamento pode ser a saída correta, para que os 50 milhões não se transformem em 100 milhões."
Alécio Ughini, empresário

Fonte: Jornal O Globo, [s. l.], p. 3, 14 jun. 1987.

Figura 7: Opinião do cantor Cazuza.

"A doença está crescendo tanto que daqui a pouco não vão ter como isolar essas pessoas. Isolar para quê? Acho um absurdo afastar os aidéticos do meio social. Tem que haver um bombardeio de informações, as pessoas têm que ser educadas sobre a Aids, têm que usar camisinha mesmo. Trouxe várias de Nova Yorque, aquelas que têm uma pequena sobra na ponta para evitar que arrebente. Camisinhas já!"

Cazuza, 29, cantor

Fonte: Jornal O Globo, [s. l.], p. 3, 14 jun. 1987.

Na primeira matéria (Figura 5), a atriz Andrea Beltrão, à época com grande visibilidade porque fazia o programa de TV Armação Ilimitada, voltado para o público jovem, procura manter uma neutralidade em seu discurso sobre se é necessário o isolamento do doente. Em outras palavras, a atriz não concorda com o isolamento, a não ser em casos extremos. Ao dizer "Isolar essas pessoas", seu discurso se associa a outros como o de Cazuza (Figura 6: "daqui a pouco não vão ter como isolar essas pessoas") ou mesmo com os que declaradamente se mostram preconceituosos, como o caso do empresário Alécio Ughini (Figura 7) que vê a necessidade de "um isolamento, como os leprosos". Ao fazerem uso de "essas pessoas" e ao estabelecerem uma comparação das vítimas do HIV com as vítimas da hanseníase, tais enunciados ressaltam o anonimato em que foram colocados à margem da sociedade, como vidas infames (FOUCAULT, 2006). Foucault faz uso do termo "infame" para fazer referência às vidas que não possuem lugar na história, às vidas anônimas.

Assim, a mídia impressa se apresenta a nós em forma de porta-voz. Por meio desse dispositivo, recebemos em nossas casas as notícias da AIDS publicadas no país e no mundo. A mídia se torna uma eficiente produtora de verdades: aquela que nos fala e que fala por nós.

A AIDS toma uma visibilidade e face próprias à medida que vai sendo publicizada pelas práticas midiáticas. Esse fato aponta para a importância das mídias como um dos dispositivos instituidores do espaço público, na medida em que, pela sua ação ritualística e cotidiana, as mídias vão, não só anunciando a noção da realidade, mas convertendo-se, elas mesmas, em um lugar pelo qual a realidade não só passa, mas também se constrói.

Assim como se desenrolou no mundo, a história da AIDS, no Brasil, se formou a partir das narrativas ocorridas nas grandes e também nas pequenas cidades, onde o medo da epidemia gerava pânico por meio de pequenas invenções e publicações jornalísticas, muitas releituras do que era dito sobre a doença no país e no mundo. Em São Luís, capital do Maranhão, não foi diferente.

Em 1985, a AIDS já assolava os estados do Brasil, mas pouco se falava sobre ela no Maranhão, especialmente em São Luís. A doença já havia sido denominada, já era um fenômeno e já havia infectado o corpo social. As pessoas já conviviam com a ideia da moléstia, inclusive com a novidade: as enumerações, as estatísticas de mortos e doentes.

A mídia anunciou a nova patologia, desenhou seus contornos por não haver uma memória discursiva (FOUCAULT 2009, p.36-7), não havia um já-dito onde pudessem se apoiar, por isso usaram os efeitos de sentido formados discursivamente por outras epidemias, como o câncer. O que a princípio era um espaço para passagem de informações ligadas à ciência, se transformou em um lugar operacional de diversos discursos de diversos campos do saber.

À época, também, os médicos e os pesquisadores eram os sujeitos que possuíam *status* para, a partir do seu lugar institucional de fala, trazer verdades à tona. Isso acontece porque, segundo Foucault (2008, l. 876), “o status do médico compreende critérios de competência e de saber; instituições, sistemas, normas pedagógicas; condições legais que dão direito - não sem antes lhe fixar limites à prática e à experimentação do saber”. Para Foucault (2008, p. 1888),

A fala médica não pode vir de quem quer que seja; seu valor, sua eficácia, seus próprios poderes terapêuticos e, de maneira geral, sua existência como fala médica não são dissociáveis do personagem, definido por status, que tem o direito de articulá-lo, reivindicando para si o poder de conjurar o sofrimento e a morte. (FOUCAULT, 2008, l. 888)

Os primeiros enunciados que analisamos estão na matéria do Jornal da Cidade, de 1 de maio de 1984, cujo lugar de fala é bem demarcado na coluna onde ela foi publicada cujo título é o médico. Porém, muito embora em 1984 a doença já tivesse sido nomeada, o médico e jornalista Francisco Viana intitula a matéria de “Cancer gay” (*sic*), termo considerado impróprio para a época, visto que, desde 1982, a mídia já anunciava que os homossexuais não eram os únicos atingidos, pois a doença afetava também crianças, heterossexuais e usuários de drogas.

A ligação da doença com a sexualidade fez com que as discussões esquentassem ainda mais, trazendo instituições como a Igreja para o centro do problema e mostrando, através do poder pastoral (FOUCAULT, 2018), quanto o dispositivo da sexualidade está presente nesse contexto.

Em História da Sexualidade I (a vontade de saber), Michel Foucault nos mostra que a sexualidade moderna está intrinsecamente relacionada à pastoral cristã que, longe de estimular

uma interdição sobre o sexo, estimulou as pessoas, valendo-se de técnicas polimorfas de poder, a discursivizarem o sexo, gerando um “erotismo discursivo generalizado” (FOUCAULT, 2018).

Até o final do século XVIII, havia três códigos que regiam as condutas sexuais e subjetivavam os sujeitos: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil. Eram fixadas normas e regras que estabeleciam e diferenciavam o lícito do ilícito, o que era permitido e o que deveria ser excluído.

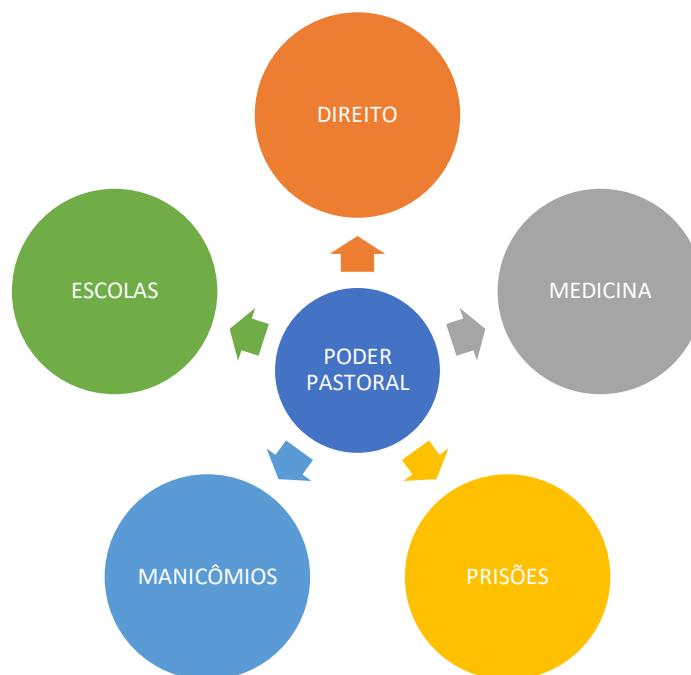
A pastoral cristã criou mecanismos e ferramentas para que pudesse controlar o corpo e a vida dos cidadãos. Para isso, tomou como ponto importante para “elevar o espírito à salvação” a noção de verdade, determinando que só assim se chegava a Deus. Posteriormente, instaurou a confissão como principal técnica para produzir verdades, estimulando o indivíduo a discursivizar seus atos e comportamentos, principalmente aqueles que fugiam a seus extensos códigos de conduta. Segundo Foucault (2018), “o homem no Ocidente tornou-se um animal confidente.” Para ele (2018, p. 69),

[...] a confissão é um ritual de discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; é, também, um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia-a e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprimir para poder manifestar-se; enfim, um ritual onde a enunciação em si, independentemente de suas consequências externas, produz em quem a articula modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe a salvação. Durante séculos a verdade do sexo foi encerrada, pelo menos quanto ao essencial, nessa forma discursiva. (FOUCAULT, 2018, p. 69)

O poder pastoral, que se estende com o poder da Igreja através dos séculos, é o que origina uma forma de racionalidade ocidental e tem se articulado com o poder jurídico, político e médico, se mantendo constantemente ressignificado para emitir mensagens, estabelecer códigos de conduta, doutrinar comportamentos e normalizar atitudes.

Assim, esse poder se renovou e, pela elaboração de novos saberes, influenciou novos campos como a medicina legal e o direito. Dessa forma, deslizou para dentro dos espaços disciplinares como manicômios, hospitais, prisões, escolas e hospitais. Funcionando, então, como um verdadeiro dispositivo.

Utilizamos a figura abaixo para ilustrar os domínios do poder pastoral:



O poder pastoral se instaura atravessando os tempos e se realiza por meio de técnicas de poder e saberes. A ideia é funcionar como a metáfora do pastor e seu rebanho; o poder funcionando como forma de pastorear as ovelhas e cuidar para que não se percam e sejam disciplinadas. Entendemos que os bispos assumem o lugar dos pastores tendo esse *status* dado pela Igreja.

A ordem de seu funcionamento se dá do íntimo para o coletivo fazendo uso da orientação de conduta e por meio de técnicas como a confissão, o exame e o direcionamento de consciência. Enquanto o poder político lida com a noção de território, o pastor, por meio de mecanismos de subjetivação e sujeição, lida com o “rebanho”, passando a ideia de que ele é quem trabalha a serviço das ovelhas, se diferenciando do poder do soberano, e exercendo um papel de diretor de consciência e de análise de si, já que detém o conhecimento específico para isso. Ilustramos da seguinte forma:



O que é próprio das sociedades modernas não é o fato de terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim o de terem se devotado a falar sempre dele, valorizando-o como o segredo que deve ser silenciado socialmente, mas precisa ser dito nos confessionários e nos pomposos divãs dos psicanalistas.

Assim, por meio desses mecanismos, novas técnicas de controle e manutenção de poder foram sendo traçadas socialmente, a fim de regular os costumes da população. A técnica de controle político-social moderna mais eficaz e utilizada pelas sociedades capitalistas, cuja intenção maior é o viés econômico, foi a biopolítica.

CAPÍTULO 3

BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE

O poder já não exerce desde fora, nem de cima, mas como que por dentro, pilotando nossa vitalidade social de cabo a rabo.

Peter Pál Pelbart

A fim de entender como, na mídia, os discursos foram enunciados de forma estratégica para que houvesse um controle dos corpos, da higiene e da sexualidade dos indivíduos doentes, é importante retomarmos Michel Foucault e suas noções de biopolítica e governamentalidade.

Em *Vigiar e Punir*, Michel Foucault fala do poder soberano, o poder de “deixar nascer e fazer morrer”, segundo o qual o soberano executava sobre o corpo daquele que, de alguma forma, desafiava seu poder, o suplício, a vergonha; o castigo era transformado em espetáculo para servir de exemplo. Cabia ao soberano determinar sobre a vida e a morte de seus subordinados em um regime chamado de soberania. A soberania é um tipo de biopoder, que se caracteriza como o poder sobre a vida.

No contexto da biopolítica, que se caracteriza como o biopoder contemporâneo, a preocupação não é mais com a morte e sim os cuidados com a vida, com o fazer viver e com os processos biológicos. Mais do que exigir a morte, agora o governo tem que gerir a vida em todos os seus aspectos. A ideia passa a ser “fazer viver e deixar morrer”. O investimento do poder é a vida e não mais a morte. O estado passa a dominar a vida da população em prol da economia; isso significa deixar os preços dos alimentos subirem e deixar a fome assolar o povo.

O poder já não se exerce desde fora, desde cima, mas sim como que por dentro, ele pilota nossa vitalidade social. de cabo a rabo. Já não estamos às voltas com um poder transcendente, ou mesmo com um poder apenas repressivo, trata-se de um poder imanente, trata-se de um poder produtivo. Este poder sobre a vida, vamos chamar assim, biopoder, não visa mais, como era o caso das modalidades anteriores de poder, barrar a vida, mas visa encarregar-se da vida, visa mesmo intensificar a vida, otimizá-la. Daí também nossa extrema dificuldade em resistir. Já mal sabemos onde está o poder e onde estamos nós. (PELBART, 2007, p. 58)

A biopolítica se caracteriza pela forma como o poder se transformou no final do século XVIII e início do século XIX com a finalidade de controlar não apenas o indivíduo, em sua solitude, mas o conjunto de todos eles, chamado de população, por meio de processos disciplinares. A população é tida, então, como o alvo e o principal instrumento do poder.

Ao contrário do que pretendia o poder soberano, que se centrava no controle do território e do corpo, a biopolítica tem como foco a população. Essa tecnologia de poder passou a se ocupar da saúde, da sexualidade, da natalidade e da higiene dos corpos que passam a fazer parte das preocupações políticas.

Atualmente, segundo Giorgio Agamben (2010), o poder já não se baseia em fazer viver ou fazer morrer, mas em gerar sobrevida, sobreviventes, no prolongamento da vida a qualquer custo, que ele denomina de a “vida nua”.

A biopolítica de Agamben é baseada na noção foucaultiana, mas se difere dela. Segundo Giorgio Agamben, a ideia de vida está ligada à de política desde a antiguidade. Na Grécia antiga, existiam duas formas de pensar a vida. A primeira delas se chamava *zoé* e fazia referência à vida em seu aspecto apenas biológico; a segunda chamava-se *bíos*, que tinha relação com o público e o aspecto político da vida.

Na modernidade, em contrapartida, há uma mistura das duas coisas e a política passa a dominar o aspecto biológico da vida, tornando o limite grego entre uma coisa e outra imperceptível e intangível.

Agamben, diferente de Foucault, busca o referencial histórico da noção de biopolítica e retoma as ideias foucaultianas junto com as ideias de Hannah Arendt. Ele busca a ideia de poder soberano e elabora a noção de vida nua, que significa a sobrevivência do ser humano em seu aspecto biológico. Além disso, traz à tona o conceito de *Homo sacer*, aquele que não se pode sacrificar, mas se pode matar indiretamente. Semelhante ao que propõe Michel Foucault quando diz que, no biopoder, a ideia base é “fazer viver e deixar morrer”.

Para Agamben, não se pode separar o poder soberano da biopolítica ou do biopoder. Para Foucault, esses poderes representam tecnologias diferentes. O pensador italiano insere o biopoder e a biopolítica no poder soberano, que se caracteriza pela utilização de violência, a morte, em categorias de inserção e exceção.

Sobre governamentalidade, Foucault entende a separação do Estado a uma forma de controle que está relacionada ao poder da guerra. Essa noção leva em consideração uma forma de contrato que se põe sobre o uso das forças. Esse contrato é entre o governo dos outros e o governo de si, que tem a ver com autocontrole, cuidado etc. Foucault entende por governamentalidade

[...] o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, ainda que complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por forma maior de saber a economia política, por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Segundo, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não cessou de conduzir, e desde muito tempo, à preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros: soberania, disciplina, e que, por uma parte, levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, de outra parte], ao desenvolvimento de toda uma série de saberes (FOUCAULT, 2004, p. 111-112).

Nessa perspectiva, podemos dizer que a governamentalidade consiste na construção ética do sujeito. A ética se torna condição da política e do exercício de seu poder. O sujeito é inserido em um processo de subjetivação, das relações do indivíduo consigo mesmo e com os

outros, semelhante à ideia que os governos, em âmbito mundial, difundiram na década de 1980 com relação à epidemia de HIV/AIDS ao adotarem como tática nas campanhas de prevenção a concepção de que cuidar de si era, sobretudo, cuidar de todos.

Por biopolítica, Foucault designa o movimento segundo o qual, a partir do século XVIII, a vida biológica começa a se converter em objeto da política, ou seja, a vida biológica passa a ser produzida e, além disso, administrada, com a particularidade de que, mesmo sendo objeto de normalização, nunca fica exaustivamente retida nos mecanismos que pretendem controlá-la, pois sempre os excede e deles, por fim, escapa (CASTRO, 2011). Segundo a perspectiva de Pelbart (2008, p. 1),

Não estamos mais às voltas com um poder transcendente, ou mesmo repressivo, trata-se de um poder imanente, produtivo. Um tal biopoder não visa barrar a vida, mas se encarrega dela, intensifica-a, otimiza-a. Daí também nossa extrema dificuldade em resistir, já mal sabemos onde está o poder e onde estamos nós, o que ele nos dirá e o que dele queremos, nós próprios nos encarregamos de administrar nosso controle, e o próprio desejo se vê inteiramente capturado nessa dinâmica anônima. O poder nunca chegou tão longe e tão fundo no cerne da subjetividade e da própria vida. (PELBART, 2008, p. 1)

A biopolítica se estabelece como uma forma de controle sobre a população e como exemplo temos o surgimento da epidemia de AIDS, nos anos de 1980, quando o governo estimulou a criação de medidas, por meio de um dispositivo da sexualidade, de poder e de saber que visavam o controle do sexo, do corpo e da vida das pessoas. A sexualidade passa a ser colocada em voga, em busca das causas e dos efeitos da doença no seio da população.

Para ilustrar, apresentamos a Figura 8, com destaque para o título da reportagem, que mostra como os governos reagiram aos números alarmantes de contágio do vírus HIV, citando a Grã-Bretanha que estava decidindo se permitia ou não a entrada de pessoas infectadas. Na matéria, podemos ler, inclusive, que pilotos e comissários eram submetidos a testes compulsórios.

Figura 8: GRÃ-BRETANHA quer impedir a entrada de portadores do vírus.

Grã-Bretanha quer impedir a entrada de portadores do vírus

JÁDER DE OLIVEIRA
Correspondente

LONDRES — As autoridades sanitárias britânicas estão preparando planos para tornar ilegal a entrada no país de portadores do vírus da Aids. Esse esquema, uma das muitas iniciativas que enfatizam as crescentes preocupações com o alastramento da doença, ainda não foi delineado. Já se sabe, porém, que não será tão fácil executá-lo. Há uma série de doenças cujos portadores não podem desembarcar nos portos ou aeroportos britânicos, mas no caso da Aids a regulamentação contraria uma das informações ora veiculadas pelo Governo: a de que contatos sociais não transmitem o vírus da Aids.

Apesar disso, já houve um caso em que um comissário de bordo da companhia americana Delta foi impedido de fazer o pernoite regular da tripulação em Londres, sendo colocado no primeiro avião que saiu de volta aos EUA. O incidente levou a empresa a pedir ao Ministério do Interior esclarecimentos sobre a orientação que prevalece para a entrada de vítimas da Aids na Grã-Bretanha. O comissário



rio não apresentava sintomas visíveis da doença.

A descoberta dessa vítima foi obra do acaso: quando o comandante do avião soube que um dos comissários tinha o vírus, sua decisão imediata foi mandar uma mensagem à sede da companhia, em Atlanta, na Geórgia, para indagar se o fato deveria ser levado ao conhecimento das autoridades aeroportuárias britânicas. A mensagem foi captada pela torre do Aeroporto de Gatwick, onde o avião desceu, e passada para os fiscais de imigração.

Um porta-voz do Departamento da Saúde e Previdência Social explicou

que “um caso normal em que o fiscal médico toma a decisão de aconselhar a proibição da entrada é quando o passageiro tem uma doença séria ou altamente infecciosa que pode alastrar-se”.

Vários jornais ingleses referiram-se às informações de que nove comissários da maior empresa aérea nacional, a British Airways, morreram de Aids e que a doença afeta outros 30. Mas os pilotos da companhia estão se opondo a testes compulsórios como parte dos exames médicos de rotina que fazem. A ideia desses testes foi consequência da constatação de que o vírus da Aids pode afetar a memória, o que, no caso de pilotos que tem de tomar decisões rápidas, seria altamente perigoso.

Mas, independente da opinião dos pilotos, os testes serão realizados, ainda mais que a British Airways acaba de ser privatizada. Os primeiros a serem submetidos aos exames serão os cem novos pilotos que a companhia está recrutando, depois de dez anos sem modificar seu quadro.

As preocupações quanto à doença dizem respeito também a quem sai

da Grã-Bretanha. Há dias, a Ministra-Adjunta da Saúde, Edwina Currie, aconselhou os homens de negócios que têm de viajar ao exterior a levarem consigo as esposas, para não correr os riscos a que ficam expostos quando procuram outras companhias para fugir da solidão.

Como as estatísticas mostram que duas pessoas estão morrendo de Aids a cada dia no país, as autoridades tomam todas as medidas para evitar que o mal se torne incontrolável. E, nesse contexto, nenhuma precaução é exagerada. Está em estudo, por exemplo, um esquema para que todas as grávidas sejam submetidas a testes, para determinar se são portadoras do vírus. Em caso positivo, segundo o Conselho de Pesquisa Médica, será aconselhado o aborto.

No lado científico da batalha contra a Aids, a companhia britânica de produtos farmacêuticos Wellcome decidiu aplicar 17 milhões de libras (21 milhões de dólares) num novo laboratório destinado a acelerar a produção de Retrovir, a droga que prolonga a vida das vítimas. Cada vidro de 100 pastilhas custará 125 libras esterlinas e a prescrição varia de seis a dez tablets por dia.

Fonte: O Globo, [s. l.], p. 30, 22 fev. 1987.

GRÃ-BRETANHA QUER IMPEDIR A ENTRADA DE PORTADORES DO VÍRUS

JÁDER DE OLIVEIRA (correspondente)

LONDRES — As autoridades sanitárias britânicas estão preparando planos para tornar ilegal a entrada no país de portadores do vírus da Aids. Esse esquema, uma das muitas iniciativas que enfatizam as crescentes preocupações com o alastramento da doença, ainda não foi delineado. Já se sabe, porém, que não será tão fácil executá-lo. Há uma série de doenças cujos portadores não podem desembarcar nos portos ou aeroportos britânicos, mas no caso da Aids a regulamentação contraria uma das informações ora veiculadas pelo Governo: a de que contatos sociais não transmitem o vírus da Aids.

Apesar disso, já houve um caso em que um comissário de bordo da companhia americana Delta foi impedido de fazer o pernoite regular da tripulação em Londres, sendo colocado no primeiro avião que saiu de volta aos EUA. O incidente levou a empresa a pedir ao Ministério do Interior esclarecimentos sobre a orientação que prevalece para a entrada de vítimas da Aids na Grã-Bretanha. O comissário não apresentava sintomas visíveis da doença.

A descoberta dessa vítima foi obra do acaso: quando o comandante do avião soube que um dos comissários tinha o vírus, sua decisão imediata foi mandar uma mensagem à sede da companhia, em Atlanta, na Geórgia, para

indagar se o fato deveria ser levado ao conhecimento das autoridades aeroportuárias britânicas. A mensagem foi captada pela torre do Aeroporto de Gatwick, onde o avião desceu, e passada para os fiscais de imigração.

Um porta-voz do Departamento de Saúde e Previdência Social explicou que “um caso normal em que o fiscal médico toma a decisão de aconselhar a proibição da entrada é quando o passageiro tem uma doença séria ou altamente infecciosa que pode alastrar-se.”

Vários jornais ingleses referiram-se às informações de que nove comissários da maior empresa aérea nacional, a British Airways, morreram de Aids e que a doença afeta outros 30. Mas os pilotos da companhia estão se opondo a testes compulsórios como parte dos exames de rotina que fazem. A ideia desses testes foi consequência da constatação de que o vírus da Aids pode afetar a memória, o que, no caso de pilotos que tem de tomar decisões rápidas, seria altamente perigoso.

Mas, independente das opiniões dos pilotos, os testes serão realizados, ainda mais que a British Airways acaba de ser privatizada. Os primeiros a serem submetidos aos exames serão os cem novos pilotos que a companhia está recrutando, depois de dez anos sem modificar seu quadro.

As preocupações quanto à doença dizem respeito também a quem sai da Grã-Bretanha. Há dias, a Ministra-Adjunta da Saúde, Edwina

Currie, aconselhou os homens de negócios que têm de viajar ao exterior a levarem consigo as esposas, para não correrem os riscos a que ficam expostos quando procuram outras companhias para fugir da solidão.

Como as estatísticas mostram que duas pessoas estão morrendo de Aids a cada dia no país, as autoridades tomam todas as medidas para evitar que o mal se torne incontrolável. E, nesse contexto, nenhuma preocupação é exagerada. Está em estudos, por exemplo, um esquema para que todas as grávidas sejam submetidas a

testes, para determinar se são portadoras do vírus. Em caso positivo, segundo o Conselho da Pesquisa Médica, será aconselhado o aborto.

No lado científico da batalha conta a Aids, a companhia britânica de produtos farmacêuticos Wellcome decidiu aplicar 17 milhões de libras (21 milhões de dólares) num novo laboratório destinado a acelerar a produção de Retrovir, a droga que prolonga a vida das vítimas. Cada vidro de 100 pastilhas custará 125 libras esterlinas e a prescrição varia de seis a dez tabletes por dia.

Assim, buscando o controle e os prazeres do corpo daqueles que vivem uma sexualidade dissidente, as instituições começam a criar medidas, técnicas de controle, de higiene sexual e de prevenção que, tomando como princípio uma moral cristã, algumas vezes estimulava a castidade, a abstinência sexual¹³.

No início do primeiro volume (a vontade de saber) de História da sexualidade, Foucault mostra que somos frutos de uma era de grande repressão, e que nossa sexualidade foi reprimida e interditada gerando uma grande hipocrisia ao redor do tema. O século XVIII, especialmente a partir da era vitoriana, foi marcado como o oposto da franqueza desinibida do século XVII quanto ao sexo.

Durante o século XVII, as práticas não eram submetidas a nenhum tipo de segredo e as palavras não eram silenciadas, pois “eram frouxos os códigos da grosseria, da obscenidade, da decência, se comparados com os do século XIX” (FOUCAULT, 2018, p. 7).

No século XIX, à luz da burguesia vitoriana, a sexualidade muda completamente o foco e passa a ser encerrada nos ambientes familiares e a família conjugal passa a ser o centro e a guardar consigo o segredo da sexualidade, cujo fim desliza do prazer para a função da reprodução e o discurso sobre sexo passa a ser reproduzido nos consultórios psicanalistas, onde as pessoas pagam para falar sobre sua sexualidade.

Tendo em vista as determinantes funções da burguesia, cujo ideal era o trabalho e a produção, politicamente decretou-se que o prazer ia de encontro ao lucro. Apenas as sexualidades consideradas legítimas, as que tinham por função reproduzir para dar continuidade

¹³ Na década de 1980, em contraponto àquilo que a ciência aconselhava, que era a preservação, a Igreja apostou em estimular, como única forma de evitar as infecções sexualmente transmissíveis (doravante ISTs). Em 2020, sob o governo (sic) de Jair Bolsonaro, e divulgado pelo ministério da Saúde e da Mulher, Direitos Humanos e Família, tendo como ministra Damare Alves (ministra cristã), há uma campanha governamental de incentivo à abstinência sexual que está novamente sendo utilizada como única forma de evitar as ISTs e a gravidez na adolescência.

à vida, eram aceitas. Mas a burguesia viu-se forçada a fazer algumas concessões às sexualidades ilegítimas pois davam lucro. Foucault menciona o *rendez-vous* e a casa de saúde como lugares de tolerância onde tudo era permitido, se bem pago. “Fora desses lugares, o puritanismo moderno teria imposto seu tríplice decreto de interdição, inexistência e mutismo.” (FOUCAULT, 2007, p. 10).

A repressão se impõe como a ligação entre o poder, o saber e a sexualidade. Os discursos, primitivamente conduzidos pelas vontades, passam a ser sustentados estrategicamente pelos poderes que, por meio do dispositivo da sexualidade, criaram formas de saber que disciplinavam a população, já que reprimir não era suficiente.

A sexualidade passou longe de ser reprimida na sociedade capitalista burguesa e foi incentivada, de forma discreta, pelo poder, tornando-se distante da ideia de que o poder é repressivo. Conforme pontua Foucault (2018, p. 16), “o poder, em sociedades como as nossas, é mais tolerante do que repressivo”. Seguindo essa mesma ideia, Foucault diz que não podemos também pensar que o sexo não sofreu repressão ou que sua interdição seja considerada uma ilusão, porém, para ele, esse não é o ponto principal para a escrita da história da sexualidade.

A partir do século XVII, quando havia uma liberdade maior para falar ou agir em relação ao sexo, a decência foi recriada e elaborada de forma a se filtrar palavras, absorvendo uma nova ideia que é a de “polícia dos enunciados” que definiu restrições que determinavam onde, quando e como se poderia falar sobre sexo. Toda essa mudança gerou uma supervalorização do discurso ilícito, do discurso que atravessava a decência e era produzido e enunciado. Havia uma institucionalização do falar sobre o sexo, os poderes incentivavam o chamado “discurso indecente”.

Essa institucionalização se firma principalmente após o Concílio de Trento, quando da evolução da pastoral católica, do sacramento e da confissão. Assim, pensamentos, desejos, vontades, imaginação que afetam o corpo e a alma levam as pessoas à penitência, consequência da confissão e da nova noção de pecado determinada pela igreja católica, a nova pastoral e a sexualidade moderna. Para Foucault (2018, p. 38),

Esta primeira abordagem mostra tratar-se menos de *um* discurso sobre o sexo do que uma multiplicidade de discursos, produzidos por toda uma série de mecanismos que funcionam em diferentes instituições [...] No decorrer dos séculos recentes, essa relativa unidade foi decomposta, dispersada, reduzida a uma explosão de discursividades distintas, que tomaram forma na demografia, na biologia, na medicina, na psiquiatria, na psicologia, na moral, na crítica política. E mais: o sólido vínculo que vinculava a teologia moral da concupiscência à obrigação da confissão. (FOUCAULT, 2018, p. 38)

É por meio do dispositivo da confissão que a igreja intervém e atravessa os costumes e os comportamentos, não pela proibição do sexo, mas por meio do estabelecimento de regras e estimulando o discurso sobre ele. O homem, para a pastoral cristã, só conseguiria a salvação se chegasse à verdade e ela só era possível pela confissão e penitência. Surge, então, uma administração sobre o sexo. No século XVIII, a ideia é deixar de proibir e passar a policiar.

Apenas a partir do século XIX, no ano de 1870, a homossexualidade se separa da ideia de sodomia e o homossexual torna-se, segundo Foucault, uma personagem com passado e história próprias, porém tudo que ele faz ou é ou está atrelado a sua sexualidade.

Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ele está presente nele todo: subjacente a todas as condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas, inscritas sem pudor na sua face e no seu corpo, uma vez que é um segredo que se trai sempre. (FOUCAULT, 2018, p. 48)

Essa ideia, promovida pela pastoral cristã e retomada pelas instituições médicas dos séculos XVIII e XIX, é retomada na década de 1980, quando a AIDS se tornou uma epidemia mundial. A igreja e diversas outras instituições sociais adotam a ideia de que o sujeito doente – o homossexual – é o foco da doença devido a sua sexualidade dissidente e foi castigado por Deus por causa de sua imoralidade sexual.

Aqueles cujas sexualidades fossem consideradas divergentes, ou periféricas, são subjugados à marginalidade, “se avizinha dos delinquentes e se aparenta com os loucos. [...] eles carregam sucessivamente o estigma da ‘loucura moral’, da ‘neurose genital’, da ‘aberração do sentido genésico’, da ‘degenerescência’ ou do ‘desequilíbrio psíquico’”. (FOUCAULT, 2018, p. 44)

Os governos percebem que não podem lidar simplesmente com sujeitos, determinando uma nova técnica de poder. Surge, a partir daí, a noção de população e dos fenômenos atrelados a ela: natalidade, mortalidade, saúde, doença, alimentação, etc. O biopoder dá espaço a uma biopolítica baseada na noção de governamentalidade que se molda pelos dispositivos e práticas de subjetivação.

Que o Estado saiba o que se passa com o sexo dos cidadãos e o uso que dele fazem e, também, que cada um seja capaz de controlar sua prática. Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública: toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram”. (FOUCAULT, 2018, p. 30)

O uso do sexo de uma população, associado ao número e à virtude dos cidadãos, determinam o futuro e a fortuna de uma sociedade. É neste momento da história que o biológico se liga ao econômico, firmando a noção de biopolítica. Assim, o controle sobre os corpos,

enquanto mecanismo de biopoder, se torna objeto de interesse dos governos e da religião, principalmente quando, a partir de uma ótica cristã, de alguma forma, os sujeitos desses corpos estão inseridos em uma sexualidade divergente. Durante a década de 1980, epidemia de HIV/AIDS, os corpos doentes se tornaram símbolo de segregação e meios de operações de poder.

3.1 Corpos Positivos

Assim, há 'sujeitos' que não são sujeitos e há 'vidas' que dificilmente – ou, melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas.

Judith Butler

Caio Fernando Abreu escreveu um conto chamado “Dama da noite”, que foi publicado no livro “Os dragões não conhecem o paraíso”, escrito depois da descoberta de sua soropositividade. Esse conto é recheado de metáforas que fazem relação com o vírus da AIDS, a própria Dama da noite. O enquadramento descrito por Judith Butler pode ser comparado ao que a Dama da noite chama de roda-gigante onde todos entram, menos ela. Existem códigos e palavras-passe que permitem a entrada na roda. Uma roda que não gira para todos e que exclui aqueles que, por alguma razão, não conseguem adentrar o jogo:

[...] o ser do corpo está sempre entregue a outros, a normas (que lhes são positivas), a organizações sociais e políticas que se desenvolveram historicamente a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros. [...] Antes, ser um corpo é estar exposto a uma modelagem e a uma forma social, e isso é o que faz da ontologia do corpo uma ontologia social [...] o corpo está exposto a forças articuladas social e politicamente, bem como a exigências de sociabilidade – incluindo a linguagem, o trabalho e o desejo –, que tornam a subsistência e a prosperidade do corpo possível. (BUTLER, 2019, p. 15)

Dessa forma, escolhemos chamar os corpos infectados pelo HIV de Corpos PositHIVos e, a partir disso, pensaremos como o surgimento da AIDS, na década de 1980, embasa o que seria a necessidade de fomentar ainda mais a biopolítica, uma forte forma de exigir que o governo se responsabilizasse pela saúde da população, pela higiene e pelos costumes, já que a doença era vista como uma sujeira, um mal ligado a uma sexualidade desvirtuada e descontrolada vivida por indivíduos que estão fora do que é considerado divino ou normal.

Para isso, precisamos buscar Judith Butler, em “Quadros de guerra”, quando ela diz que a questão ontológica que rege as discussões sobre vida e corpo são os enquadramentos epistemológicos. Sem esses enquadramentos, não se vive e não se perde a vida no sentido pleno

das palavras. Assim, é importante questionar o que é uma vida, quando se trata de indivíduos cujos enquadramentos não contemplam, já que enquadrar essas vidas envolve totalmente operações de poder. Dessa forma, segundo Butler (2019, p. 14), “não podemos fazer referência ao ser da vida fora das operações de poder”.

Para Butler, não podemos considerar “perdida” ou “lesada” uma vida que, antes de mais nada, não é considerada como tal. Para isso, existem os enquadramentos e meios seletivos determinados por operações de poder. A vida, quando considerada precária, conduz os seres a uma potencialização da violência, pois há “uma percepção da vulnerabilidade física de certo grupo de pessoas que incita o desejo de destruí-las” (BUTLER, 2019, p. 15). A precariedade que Butler descreve é a que cerca os grupos que estão fora do que é considerado normal e aceitável socialmente, como as vítimas da AIDS na década de 1980 no mundo inteiro, os homens infames, como disse Foucault.

A sociedade exigia que os corpos dos indivíduos doentes fossem taxados, fossem descritos para que houvesse um cerceamento de espaço, com a desculpa de que assim os corpos mórbidos não afetassem os corpos saudáveis. Diversas instituições se utilizaram de jornais para divulgar formas de controle dos corpos “positivos”. Essas técnicas de controle normativo sobre os corpos aparecem e desaparecem dependendo de operações mais amplas. O saber religioso buscava doutrinar os sujeitos para que se resguardassem sexualmente e ia de encontro à orientação médica que indicava o uso do preservativo.

Segundo Milanez (2007, p. 52),

[...] a inscrição do corpo, em um paradigma indiciário médico, trata o corpo como signo, sintoma de diferentes momentos da experiência clínica. Outra dimensão de leitura se destaca nesse momento, aquela das sensibilidades contemporâneas do corpo, como diz Courtine, colocando em evidência “o laço que o método anátomo-clínico estabelece entre vida e morte na percepção do corpo doente”. Dessa maneira, a posição de Courtine nos coloca diante da obsessão contemporânea, cotidiana e minuciosa da saúde do corpo, que não pode conceber seu fim na doença, fazendo com que a sociedade se torne inteiramente medicalizada e preventiva. (MILANEZ, 2007 p. 52)

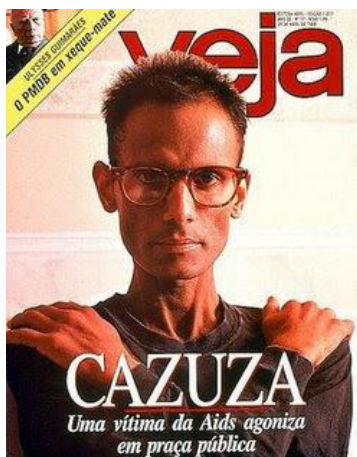
Nós vimos, em nossa contemporaneidade, uma espécie de superinvestimento do corpo, que se torna a criação do próprio eu. Como campo de intervenção, falamos de um corpo docilizado, controlado pelo poder e suas instituições. Segundo Peter Pelbart (2007, p. 60), “a subjetividade foi reduzida ao corpo”. Diferente da visão de séculos passados, não somos mais submetidos às estruturas panópticas, pois os sujeitos se submetem voluntariamente ao que determina a ciência e a estética.

Os corpos são submetidos a padrões estéticos e físicos que determinam as posições sociais e as referências dos sujeitos. De forma que a vida foi reduzida ao corpo. Pelbart (2007, p. 60) assim se pronuncia:

Eu não hesitaria em chamar a isso tudo, nas condições moduláveis da coerção contemporânea, de um corpo fascista. Ou seja, diante de um modelo inalcançável de perfeição, que nem sequer as celebridades conseguem sustentar, diante deste modelo que paira sobre todos nós como uma obrigatoriedade, boa parcela da população é lançada numa condição de inferioridade sub-humana. Estamos todos aquém deste modelo. Que, além do mais, o corpo tenha se tornado também um pacote de informações, um reservatório genético, isso tudo só vem reforçar e fortalecer os riscos de eugenia. (PELBART, 2007, p. 60)

Assim, o doente de AIDS, inicialmente chamado de *aidético*¹⁴, foi arrancado de seu armário, teve sua sexualidade exposta e seus segredos revelados ao mundo. Revelar-se e reprimir-se eram os ideais propostos pelo poder pastoral. No Brasil dos anos 80, a AIDS não tinha uma cara, um corpo, até o cantor e poeta Cazuza ser exposto pela Revista Veja, de 26 de abril de 1989:

Figura 9: CAZUZA: Uma vítima da Aids ameniza em praça pública.



Fonte: Revista Veja, [s. l.], 26 abr. 1989. Disponível em: <https://medium.com/observat%C3%B3rio-de-m%C3%ADdia/quando-a-veja-matou-cazuza-15933a4f909a>.

Cazuza foi a primeira celebridade brasileira a se assumir doente de AIDS. A capa da revista Veja traz a imagem de um Cazuza doente, extremamente magro, quase esquelético, com poucos cabelos e praticamente irreconhecível. O corpo de Cazuza tornou-se, então, o corpo da doença, a marca semiológica da AIDS. Corpos que carregavam pessoas em uma situação de

¹⁴ Termo utilizado nos anos 80 e 90 e que a comunidade das pessoas que vivem com AIDS ou com o HIV repudia devido a imensa carga de preconceito que a palavra carrega.

sobrevida, na extrema vida nua, tentando de todas as formas derrotar a doença que, até hoje, continua fatal, muito embora o tratamento permita que esses sintomas dificilmente apareçam.

Na década de 1980, sem um tratamento realmente eficaz, aqueles que eram infectados pelo HIV dificilmente não desenvolviam AIDS, o que fazia com que o sujeito doente fosse reduzido a sua doença, fosse considerado um vetor que leva o mal. O corpo era todo o sujeito. Esses sujeitos atravessados pelo vírus tinham a morte civil determinada. Estavam vivos, mas não eram reconhecidos como uma vida. O corpo positHIVo foi atravessado por diversos campos do saber e por técnicas de controles que o empurravam à marginalidade, tornando-o excluído dos espaços públicos. O corpo doente é o corpo do outro, o que deve ser separado por uma biopolítica de gerenciamento da vida que exclui o sujeito do convívio social e empurra-o para a marginalidade.

O corpo é, sobretudo o corpo positivo, resgatando noções medievais, a origem de todo pecado, “um corpo que é a sede das intensidades múltiplas de prazer e deleitação [...] o corpo sensível e complexo da concupiscência” (FOUCAULT, 2010, p. 173).

Michel Foucault, na coletânea de aulas chamada de “Os anormais”, descreve, na aula de 15 de janeiro de 1975, o modelo de exclusão dos leprosos que ocorre no fim da Idade Média, e também durante ela. Esse modelo estabelece normas e regras de não-contato, rejeição ao indivíduo doente, que eram expulsos para fora dos muros das cidades.

Os leprosos, os doentes eram excluídos, política e juridicamente, de suas comunidades, sendo considerados mortos ainda em vida, sendo abandonados à morte e tinham seus bens distribuídos. O modelo de exclusão dos leprosos era “o modelo do indivíduo expulso para purificar a comunidade” (FOUCAULT, 2010, p. 55). Essa exclusão é apontada por Foucault como “poder de normalização”, que se impõe ao indivíduo classificado como anormal, e o exclui das redes do convívio social.

Ora, é sob essa forma que se descreve, e a meu ver ainda hoje, a maneira como o poder se exerce sobre os loucos, sobre os doentes, sobre os criminosos, sobre os desviantes, sobre as crianças, sobre os pobres. Descrevem-se em geral os efeitos e os mecanismos de poder que se exercem sobre eles como mecanismos e efeitos de exclusão, de desqualificação, de exílio, de rejeição, de privação, de recusa, de desconhecimento; ou seja, todo o arsenal dos conceitos e mecanismos negativos da exclusão. Acho, continuo achando, que essa prática ou esse modelo da exclusão do leproso foi um modelo historicamente ativo, ainda bem tarde na nossa sociedade. (FOUCAULT, 2010, p. 54)

Esse mecanismo, segundo Foucault, foi recuperado, ressignificado e aplicado nas sociedades durante todo processo histórico. No caso da AIDS, esse modelo foi utilizado em

idades brasileiras para “garantir a segurança” dos cidadãos, como no caso do cabeleireiro expulso de sua cidade por suspeita de estar infectado pelo vírus.

Posteriormente, esse modelo de exclusão foi substituído pelo modelo de inclusão dos pestidas, como forma de vigiar os doentes e, por meio de um poder considerado positivo, ofertar saúde à população, pelo policiamento de seus corpos para que fossem inseridos à norma da saúde, um exercício de biopolítica. O poder, capilarizado e descentralizado, em forma de micropoderes, ocupa os distritos e as cidades para vigiar o doente – já que “estar doente é sinal de perigo” – e tornar o corpo campo de intervenção e espaço de governamentalidade.

Esses mecanismos de poder e de controle sobre os sujeitos e seus corpos, doentes ou não, podem ser observadas em vários momentos históricos por todo o mundo. Em São Luís-MA, é possível identificá-los em matérias publicadas nos jornais que tinham como função informar e, de forma sutil, doutrinar e gerir a população da cidade.

CAPÍTULO 4

NAS DESCONTINUIDADES DOS DISCURSOS SOBRE A AIDS, VÁRIOS SABERES SE MANIFESTAM

*O sentido não se doa, mas é construído
pelo trabalho das enunciações discursivas.*

Antonio Fausto Neto

*É preciso ser um herói para enfrentar
a moral de sua época.*

Michel Foucault

Neste último capítulo, apresentamos nossas análises de *corpora*, fruto de nossa extensa busca nos arquivos da Biblioteca Pública Benedito Leite e do Jornal Pequeno, em São Luís. Para análise das materialidades recolhidas e escolhidas por nós, utilizaremos as noções tecidas e costuradas nos tópicos anteriores para analisarmos cada recorte.

Para isso, precisamos entender os pormenores da história que a AIDS vinha traçando no Maranhão. Em 1984, a AIDS já assolava outros estados do Brasil, mas pouco se falava sobre ela no Maranhão, especialmente em São Luís, cuja população não chegava ao número de um milhão. A doença já havia sido denominada, já era um fenômeno e já havia infectado o corpo social. As pessoas já conviviam com a ideia da moléstia, inclusive com as enumerações (quantidade de casos e mortes de acordo com as estatísticas apresentadas pelos grandes institutos).

Assim, podemos observar, pelas curvas de visibilidade e pelas linhas de força, que a mídia ludovicense, enquanto dispositivo e disseminadora de saberes e poderes, fez com que o objeto AIDS, já registrado na mídia nacional no ano de 1982, não existisse como realidade tangível à sociedade maranhense e se apresentasse com certo distanciamento. Apenas em 1984, os jornais inseriram a doença em seu regime de luz, trazendo-a à tona e tornando o objeto visível, enunciando-o por meio de suas curvas de enunciação e garantindo sua historicidade, demarcando um farto regime de enunciado.

Neste ponto, é importante ressaltar que a mídia anunciou a nova patologia e desenhou seus contornos inaugurando um regime de enunciabilidade, por meio de um gesto de escrita – que vai construindo, pelo discurso, o que é a doença – e de uma memória – ao se apoiar em outros discursos de outras epidemias, como o câncer. O que a princípio era um espaço para publicação de informações ligadas à ciência, se transformou em um lugar operacional de diversos discursos de diversos campos do saber, como apresentado no Capítulo 2 desta dissertação.

Os médicos e os pesquisadores eram os sujeitos que possuíam *status* para, a partir do seu lugar institucional de fala, trazer verdades à tona. Isso acontece porque, segundo Foucault (2008, p. 61), “o status do médico compreende critérios de competência e de saber; instituições, sistemas, normas pedagógicas; condições legais que dão direito - não sem antes lhe fixar limites à prática e à experimentação do saber”. Para Foucault (2008, p. 61),

A fala médica não pode vir de quem quer que seja; seu valor, sua eficácia, seus próprios poderes terapêuticos e, de maneira geral, sua existência como fala médica não são dissociáveis do personagem, definido por status, que tem o direito de articulá-

lo, reivindicando para si o poder de conjurar o sofrimento e a morte. (FOUCAULT, 2008, p. 61)

Diante do grande número de saberes que, dispersamente se constituem para formar redes discursivas, os sujeitos do enunciado acabam ocupando diferentes posições no decorrer das matérias e se apoiando em saberes sobre os quais não possuem *status* ou um lugar institucional bem definido.

Como já apontado na Introdução deste trabalho, o nosso recorte temporal, a década de 1980, se deu devido ao início da epidemia de AIDS no mundo e no Brasil, visto que a moléstia se disseminou de forma rápida e destrutiva logo após seu surgimento e descoberta pela ciência. Metodologicamente, registramos, inicialmente, todas as matérias sobre a temática AIDS que apareceram nos jornais que pesquisamos (O Jornal da Cidade, Jornal Pequeno, O Imparcial e O Estado do Maranhão). Como já apontamos anteriormente, selecionamos nosso material para análise a partir das regularidades discursivas características das formações discursivas mais evidentes e que se relacionavam ao discurso religioso e ao discurso médico-científico.

O *corpora* selecionado, constitui-se de quatro matérias completas (*O médico* – Jornal da Cidade, 1984; *D. Eugênio: AIDS sintetiza devassidão que varre o país* – Jornal Pequeno, 1985; *AIDS: um castigo divino?* – Jornal Pequeno, 1985; *AIDS e Castidade*, O Estado do Maranhão, 1987), um título (e o lide) de uma matéria (*Candidato com AIDS* – Jornal Pequeno, 1985); uma charge (CHE GAY, O estado do Maranhão, 1987); uma chamada de matéria (*Aids: número de vítimas seria maior*, Jornal Pequeno, 1988).

Devido as dificuldades enfrentadas no primeiro acervo, resolvemos mudar e pesquisar diretamente no arquivo da Biblioteca Pública Benedito Leite, localizada na região central da cidade de São Luís e que possui em seu acervo todos os jornais que circularam na cidade. Diferente da experiência no Jornal Pequeno, a Biblioteca dispõe de espaço específico para pesquisas e conta com auxílio de funcionários que facilitam as atividades. Nós pedimos e eles trazem exatamente o jornal e o ano que precisamos. Para esse momento de coleta de material, não seguimos critérios específicos. Após o encerramento da coleta, separamos as matérias de acordo com os critérios discursivos que havíamos pré-definido para nossa análise.

Analisamos, inicialmente, a matéria de Francisco Viana, jornalista e médico, autor da coluna O Médico. Francisco Viana publicou uma matéria intitulada Câncer gay (e grave), no Jornal da Cidade, em 01 de maio de 1984 (Figura 10).

Vale ressaltar que a seleção dos jornais foi precedida de uma leitura atenta dos jornais Jornal da Cidade, Jornal Pequeno, O Imparcia e O Estado do Maranhão com o propósito de encontrar as matérias sobre o HIV/AIDS. A pesquisa foi criteriosa, e dos jornais selecionados – os que continham matéria sobre esse tema – o primeiro que possui um registro é o Jornal da Cidade com a matéria do jornalista e médico Francisco Viana, tendo em vista a data de sua publicação.

Figura 10: Imagem da matéria publicada por Francisco Viana em 01/05/1984¹⁵



Fonte: CANCER GAY (E GRAVE). Jornal da Cidade, São Luís, 01 de maio de 1984. Caderno do motorista.

Cancer gay (e grave)

Nome prosaico de uma doença extremamente grave que já matou, só nos Estados Unidos, 4.177 pessoas. O nome decorre do fato de cerca de 71 por cento das vítimas serem declaradamente homossexuais o que, necessariamente, não significa ser uma doença exclusiva de pessoas com tais hábitos. A doença

também atacou toxicômanos, crianças e algumas pessoas portadoras de enfermidades cujo tratamento necessitava de frequentes transfusões sanguíneas, como os hemofílicos. Nos Estados Unidos chamam-na AIDS traduzido como Síndrome de Deficiência Imunológica Adquirida. Trocando em miúdos,

¹⁵ Considerando que a imagem feita da matéria impossibilita uma boa leitura, digitamos para uma melhor visualização.

é uma doença na qual o indivíduo perde a capacidade de reagir naturalmente ante, por exemplo, às infecções. Perde a resistência natural do organismo e uma simples gripe pode resultar num quadro infeccioso mortal. É um quadro clínico comum das doenças consumitivas. Emagrecimento rápido, febre, lesões na pele, às vezes diarreia, anemia e gânglios aumentados de volume. Não tratado, o doente caminha para a morte em pouco tempo, normalmente por complicações de infecções fulminantes. No Brasil, tem-se cadastrado 70 portadores do mal dos quais 25 por cento já morreram. Uma boa parte mantém-se viva graças aos tratamentos médicos que felizmente existem e são de grande valia quando aplicados por especialistas (hematologista e ancologistas) e, principalmente, quando acionados no começo da doença. A grande dificuldade, porém, reside em descobrir a causa da enfermidade. O desenvolvimento do quadro dava semelhanças com alguns tipos de câncer de gânglios linfáticos. O fato da sua alta incidência em homossexuais levava a crer numa doença infecciosa de alta virulência transmitida pelas

fezes ou esperma. Já a determinação da AIDS em pacientes não homossexuais que faziam uso de frequentes transfusões sanguíneas, dava margem a que se pensasse talvez numa doença viral, como a hepatite. Parece, entretanto, que a ponta do novelo foi achada. Professora do Instituto Nacional do Câncer dos Estados Unidos e do Instituto *Pasteur*, de Paris, descobriram isolada e simultaneamente que uma das causas, pelo menos, da doença é virótica. É uma das variações do vírus da leucemia humana, conhecido pela abreviação HTLV-3. Uma vez descoberto o vírus, a vacina é uma questão de tempo e paciência. O dr. *Mootagnier*, de Paris, acredita que ela fique pronta em dois ou três anos. Até lá, podemos contar com uma grande vantagem da descoberta de imediato. Já está em prática um método seguro e barato para detectar a presença do vírus no sangue. Entre as outras vantagens, este exame afastará o risco de se contrair o AIDS através de transfusões de sangue, o que já ocorreu em 87 pessoas nos Estados Unidos. (CANCER..., 1984).

Muito embora em 1984 a doença já tivesse sido nomeada, o médico e jornalista Francisco Viana, cujo lugar de fala é bem demarcado na coluna onde ela foi publicada (O Médico), se apropria do enunciado “Cancer gay”, que já era considerado impróprio, visto que, desde 1982, a mídia já anunciava que os homossexuais não eram os únicos atingidos, pois a doença afetava também crianças, heterossexuais e usuários de drogas.

Há um reconhecimento do desuso de *câncer gay*, mas a expressão é utilizada mesmo assim como algo autorizado pela fala médica, talvez como um recurso linguístico e discursivo no sentido de deixar a população em alerta para um comportamento sexual que é estigmatizado por grande parcela da sociedade, acentuando um caráter normativo. O uso de “tais hábitos” [...] “O nome decorre do fato de cerca de 71 por cento das vítimas serem declaradamente homossexuais o que, necessariamente, não significa ser uma doença exclusiva de pessoas com tais hábitos.”) (CANCER gay e grave. *Jornal da Cidade*. São Luís, mai. de 1984.) generaliza as relações homoafetivas como se não pretendesse explicar os “hábitos homossexuais” ou que não se pudesse citar, marcando um silenciamento sistemático impetrado pela moral cristã, disseminada pela força do poder pastoral, que orienta os fiéis à heteronormatividade.

Para explicar os 71 por cento, ou seja, a não totalidade da população, o sujeito que enuncia explica, em um segundo momento do texto, que “A doença também atacou toxicômanos, crianças e algumas pessoas portadoras de enfermidades cujo tratamento necessitava de frequentes transfusões sanguíneas, como os hemofílicos.” (CANCER gay e grave. *Jornal da Cidade*. São Luís, mai. de 1984.) O saber médico reconhece que a AIDS já não é mais uma doença que atinge somente um grupo de pessoas, mas ainda assim destaca o fato de “cerca de 71 por cento das vítimas serem declaradamente homossexuais” (CANCER gay e grave. *Jornal da Cidade*. São Luís, mai. de 1984.).

A formação discursiva da ciência, por não ser fechada em si e estar sujeita a reconfiguração dos sentidos e ter fronteiras móveis, desliza para outra formação que é a formação discursiva pedagógica. O discurso médico estabelece com o discurso pedagógico um domínio de memória. O discurso, como um mecanismo pedagógico, se apresenta como um meio de explicar como é a doença numa tentativa de ensinar como preservar a vida: “é uma doença na qual o indivíduo perde a capacidade de reagir naturalmente ante, por exemplo, às infecções. Perde a resistência natural do organismo e uma simples gripe pode resultar num quadro infeccioso mortal. É um quadro clínico comum das doenças consumitivas. Emagrecimento rápido, febre, lesões na pele, às vezes diarreia, anemia e gânglios aumentados de volume. Não tratado, o doente caminha para a morte em pouco tempo, normalmente por complicações de infecções fulminantes.” (CANCER gay e grave. *Jornal da Cidade*. São Luís, mai. de 1984.)

O dispositivo de segurança é acionado pelo discurso que faz funcionar o saber médico, como no enunciado: “No Brasil, tem-se cadastrado 70 portadores do mal dos quais 25 por cento já morreram. Uma boa parte mantém-se viva graças aos tratamentos médicos que felizmente existem e são de grande valia quando aplicados por especialistas (hematologista e oncologistas) e, principalmente, quando acionados no começo da doença.” (CANCER gay e grave. *Jornal da Cidade*. São Luís, mai. de 1984.) Nesse enunciado, os tratamentos médicos são apresentados à população como um mecanismo de governamentalidade visando a mostrar ao leitor como manter a vida.

Essas tecnologias de poder têm como foco o governo da população e interfere completamente na ilusão de liberdade dos indivíduos, assim nasce a ideia de sujeito político moderno, objeto de interferência do poder para manipulação da população. Para isso, todo planejamento das cidades, inclusive as ações médicas, vincula-se às questões relacionadas à segurança (FOUCAULT, 2007, p. 39; 2004, p. 21). Esquemáticamente, temos uma sequência

de quadros que ilustram a relação entre a governamentalidade e sua atuação na cidade e, conseqüentemente, na população e na segurança.

O discurso médico presente na matéria é intencionalmente dirigido para controlar os indivíduos, com apoio do regulamento, sinalizado pelo uso do discurso autoritário presente no discurso pedagógico, o que promove nível maior de segurança pelo controle dos corpos e da sexualidade dos sujeitos, já que é importante garantir uma população saudável e limpa, evitando a escassez, principal ponto das técnicas de governo modernas.

O uso do termo “trocando em miúdos”, funciona como uma metalinguagem – um recurso utilizado pelo discurso pedagógico e pelo saber médico – para dar a conhecer aos leitores os principais sintomas da doença e exerce a função primordial do jornalismo que é o caráter informativo. Apresentam-se o jornalista e o médico para uma conversa com os leitores sobre uma doença ainda pouco conhecida. A matéria possui uma essência científica de caráter fortemente pedagógico.

Segundo Orlandi (1987), no discurso pedagógico, o sujeito é instrumento de comando, visto que o referente torna-se oculto em detrimento do dizer, criando no indivíduo uma ilusão de sujeito, para que, a partir do lugar institucionalizado da informação, seja determinada a perspectiva de onde e como os objetos devem ser vistos. O local de fala do sujeito médico não é de necessariamente separar o verdadeiro do falso, mas transmitir informações de como o objeto AIDS deve ser encarado pela população. Para isso, fazendo uso da metalinguagem, traz para seu discurso tantos outros discursos implícitos, sem a preocupação da neutralidade, o que é fortalecido pelas curvas de visibilidade intrínsecas ao dispositivo que permite que o sujeito traga à luz apenas o que é considerado lugar da ciência e não do senso comum. Para Orlandi, “As questões não são verdadeiras nem falsas, pois a apresentação das razões em torno do referente se reduz ao ‘é-porque-é’ (...) Não se trata, então, da explicação dos fatos, mas de determinar a perspectiva de onde devem ser vistos e ditos” (ORLANDI, 1987, p. 30).

A segunda publicação que analisamos, extraída do Jornal Pequeno em 12/10/1985, discursiviza a AIDS logo no título “D. Eugênio: AIDS sintetiza devassidão que varre o País”, através de uma formação discursiva marcada pelo discurso da moral e da religião.

Figura 11: Matéria publicada em 12/10/1985 que traz um artigo com falas e opiniões de D. Eugênio Sales, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro.



Fonte: D. EUGÊNIO: AIDS SINTETIZA DEVASSIDÃO QUE VARRE O PAÍS. Jornal Pequeno, São Luís, 12 de outubro de 1985.

D. EUGÊNIO: AIDS SINTETIZA DEVASSIDÃO QUE VARRE O PAÍS

RIO (V.A.) – Citando fundamentos filosóficos do Papa João Paulo II, quando ainda Cardeal Woityla, o arcebispo do Rio, dom Eugênio Sales, em sua mensagem a “Voz do Pastor”, deplora o “baixo nível moral reinante em nosso País e alerta que a situação deve preocupar vivamente os cristãos e pessoas de boa vontade de qualquer crença”. “Nenhum brasileiro que ame realmente a sua Pátria pode ficar indiferente ao triste panorama de degradação que presenciamos, destaca o cardeal. Dom Eugênio lembra que na década de 60 e nos anos seguintes assistimos, em quase todo o mundo, a uma impressionante revolução sexual. Valores como a virgindade foram ridicularizados; relação pré-matrimônios admitidas; condenações ao homossexualismo, ignoradas. E esta avalanche destruidora – frisa – penetrou na mentalidade moderna e atingiu, mesmo, certos setores eclesiais. Como exemplo, ele lembra uma obra escrita nos Estados Unidos: “Human Sexuality, New Directions in American Catholic Thought”, de Anthony Kosnik, que alcançou, apesar das afirmações heterodoxas sobre a matéria, a anuência de um Bispo. Dom Eugênio credita à perversão de conduta e moral a epidemia de AIDS e outras conseqüências da liberdade sexual ou libertinagem dos anos anteriores, o

que, no seu entender, constituem um clamor que se faz ouvir, ameaçadoramente, aos que se tornaram surdos à voz de Deus. A imprensa divulgou recentemente – exemplifica o cardeal – os resultados das pesquisas do Instituto do Câncer de Villejuif (subúrbio de Paris): 20% dos tumores são provocados por fatores genitais. Alerta o professor Goerges Matté, diretor do maior centro de pesquisas e tratamento do câncer na França: “Não vale a pena gastar milhões ou empregar todas as drogas modernas para tratar dos doentes se, previamente, se violenta a natureza humana” e “foi a pílula anticoncepcional que destruiu o sistema imunológico feminino”, facilitando o desenvolvimento de diversos tipos de tumores. Para Dom Eugênio, os males decorrentes da imoralidade não são os únicos índices reveladores da decadência da sociedade. Aí estão diz ele – as tentativas de legalização do vício do jogo, a corrupção, a ampliação do divórcio. E adverte: não se trata de assuntos restritos ao campo religioso. Interessa ao bem público, independentemente da convicção oriunda da Fé, e os católicos devem reagir, mesmo que não consigam convencer a avalanche que tenta submergir o país. (D. EUGÊNIO...1985)

O jornal recorta falas de D. Eugênio Sales¹⁶, que foi uma voz presente em alguns dos importantes jornais do Brasil, posicionando-se, em nome da moral, pelo combate à

¹⁶ Dom Eugênio de Araújo Sales foi cardeal e arcebispo da Arquidiocese do Rio de Janeiro no período de 1971 a 2001.

epidemia que se apresentava. O jornal apresenta, também, seu posicionamento, ao dar destaque à voz do arcebispo, que prega a moral e os “bons costumes”.

O sujeito enunciador fala do lugar de um defensor da moral, inserido em uma formação discursiva predominantemente religiosa, mas que, em partes, flutua até a formação discursiva da ciência como forma de validar seu dizer. O arcebispo se posiciona em nome da pátria, e clama ao patriotismo de todos para o combate ao que ele chama de “degradação”: “Nenhum brasileiro que ame realmente a sua Pátria pode ficar indiferente ao triste panorama de degradação que presenciamos” (DOM EUGÊNIO:... 1985). Ao assumir o lugar da instituição igreja, assinala a quem o discurso está sendo dirigido: cristãos, pessoas de “boa vontade de qualquer crença”. Nela podemos ver a volatilidade das posições ocupadas pelo sujeito que enuncia: líder religioso, defensor da moral, cidadão brasileiro.

Nessa matéria, o discurso religioso se apresenta valendo-se de determinações autoritárias, impelindo o assujeitamento do sujeito aos desígnios religiosos: “a situação deve preocupar vivamente os cristãos e pessoas de boa vontade de qualquer crença”. “Nenhum brasileiro que ame realmente a sua Pátria pode ficar indiferente ao triste panorama de degradação que presenciamos”. (D. EUGÊNIO...1985). O sujeito faz valer a voz do discurso religioso, representado por uma autoridade da hierarquia da religião cristã, e registra as posições da igreja que são postas em evidência de forma aberta e clara assumindo a posição de denúncia, trazendo seus dogmas como forma de combater o que ele chama de “libertinagem”.

A AIDS é discursivizada como um castigo divino em decorrência da liberdade sexual que a maioria dos países viveu nas décadas de 1960 e 1970, que marcou a descoberta dos corpos, da liberdade sexual, das lutas da minoria por seus direitos: “Dom Eugênio credita à perversão de conduta e moral a epidemia de AIDS e outras consequências da liberdade sexual ou libertinagem dos anos anteriores, o que, no seu entender, constituem um clamor que se faz ouvir, ameaçadoramente, aos que se tornaram surdos à voz de Deus”. (D. EUGÊNIO...1985).

Para validar seus argumentos, o enunciador vale-se de um saber científico fazendo parecer que as duas instituições (igreja e ciência) lutam de forma igual contra o que considera “decadência” social: “A imprensa divulgou recentemente – exemplifica o cardeal – os resultados das pesquisas do Instituto do Câncer de Villejuif (subúrbio de Paris): 20% dos tumores são provocados por fatores genitais.” (D. EUGÊNIO...1985).

O discurso religioso se mostra ligado a questões morais, tratando a doença como a consequência do afastamento da população de seus dogmas. Há no discurso um disciplinamento sobre a moral, que aponta a religião como a solução de todos os males. O saber político, por

sua vez, aparece para destacar o patriotismo como caminho para prevenção e a manutenção da ordem no país, fazendo operar o dispositivo de segurança, na medida em que é uma tecnologia de poder que tem como alvo o governo das populações. Ser patriota pode significar, nesse contexto, ser consciente do seu lugar enquanto um cidadão que deve seguir princípios morais e, como consequência, cuidar da saúde. Em outras palavras, o cidadão patriota é aquele que deve estar inserido em uma heteronormatividade.

A mídia vem assumindo um caráter pedagógico e “não pode ser encarada somente como meio veiculador de informações, mas também como produtora de saberes, de formas específicas de comunicar e de produzir sujeitos” (MARCELO, 2005, p. 82).

Conforme pontuamos, nosso olhar sobre a mídia é vê-la como um dispositivo e como tal vincula-se a outros dispositivos contemporâneos a ele, para manter determinados saberes. O saber, segundo Souza, Machado e Bianco (2008, p. 13), “não detém nenhuma experiência ‘natural’ ou inovadora, porque o enunciável, aquilo que se manifesta, está vinculado às relações de poder, que são por elas mesmas atualizadas gerando estratos”.

Nossa terceira análise (Figura 11) é de um título de matéria e seu lide.

Figura 11: Imagem da página do Jornal onde foi publicada a matéria que fala que havia um candidato ao governo do Maranhão com AIDS.



Fonte: CANDIDATO COM AIDS. Jornal Pequeno, São Luís, 27 de dezembro de 1985.

CANDIDATO COM AIDS

Rio (V. A.) – Seja qual for o candidato da Aliança Democrática ao governo do Maranhão

ele estará com Aids, que lá significa “Apoio Incondicional de Sarney”.

Em 27/12/1985, o Jornal Pequeno – lançado em São Luís em 29 de maio de 1951 com a proposta de ser um meio antigovernista, já que os outros jornais que circulavam na cidade estavam, direta ou indiretamente, vinculados a grupos ou partidos políticos – publicou uma matéria cujo lide era “Candidato com AIDS”. À priori, a matéria leva o leitor do jornal a pensar que um político dentre os candidatos ao governo do Estado, foi acometido pelo vírus HIV. No corpo do texto, podemos ler “Seja qual for o candidato da Aliança Democrática ao governo do Maranhão ele estará com Aids, que lá significa ‘Apoio Incondicional de Sarney’”.

Percebemos, então, que o jornal tenta utilizar o medo da população para um processo antagônico de atração e aversão. O leitor é atraído pelo peso da notícia sobre a saúde de uma figura política com a intenção de ser afastado da possibilidade de eleger um candidato que tenha o apoio do governo. Para isso, o jornal instaura e recupera uma memória sobre o poder político de Sarney e podemos observar a função enunciativa desse enunciado em sua relação com o campo associado e seu referencial através de um jogo de relações do próprio enunciado, trazendo para si um valor de verdade (ou a vontade dela). O enunciado sobre o candidato doente se relaciona a um conjunto de outros enunciados da doença em si, dentro de uma dispersão, e se mostra dócil aos interesses do jornal, o que permite, então, sua possibilidade.

Em 1 de novembro de 1985, O Jornal Pequeno trouxe na página 4 uma matéria cujo lide era “AIDS: um castigo divino?” (Figura 11). O discurso religioso não ficou de fora dos poderes da mídia e aparecia atravessando vários outros discursos. Os leigos, utilizavam os discursos dos líderes religiosos, para preconceitualizar a doença e para levar medo àqueles que não seguiam os dogmas da fé cristã, a fim de pastorear os sujeitos em uma esfera enunciativa. A igreja usa um já-dito que retoma aquilo que está expresso na Bíblia para legitimar os discursos que estão postos nas páginas dos jornais. Segundo Milanez (2007, p. 52)

No entrelaçamento do discurso político em sua opacidade na imagem da Superinteressante com o discurso religioso cristão evidencia-se a relação da Aids com a exclusão dos leprosos na Bíblia, tratados como impuros, portadores e espalhadores da peste, os culpados pelas epidemias. Dessa maneira, como nos explica Congourdeau (1993/4: 10) a respeito do vírus HIV, há uma tentação constante de transformar vítimas em culpados, porque à medida que o mal toma forma ressaltam-se duas atitudes: tornar o doente responsável pelo seu mal, assegurando minha sanidade e separando-me dele, porque me julgo inocente para, depois, visto que o doente é culpado, explicar-se a razão para excluí-lo, distanciando-se da possibilidade de compartilhar tal destino. Isso faz com que se estabeleça uma batalha na qual o inimigo é o doente e não o vírus, o que faz emergir uma reportagem tal qual aquela com que nos deparamos na Superinteressante. (MILANEZ, 2007, p. 52)

Figura 12 Página 4 do Jornal Pequeno de 1/11/1985 que traz matéria intitulada AIDS: um castigo divino?



Fonte: AIDS: castigo divino? Jornal Pequeno, São Luís, 1 de novembro de 1985.

AIDS: castigo divino?

O semanário norte-americano "Newsweek", em sua edição de 12 de agosto último, apresenta uma reportagem especial sobre a AIDS - doença terrível que ataca especialmente os homossexuais - e revela que seu vírus teve origem nos macacos da África central. A matéria de capa - que trata exclusivamente desse tema, o qual tem causado pânico na população de vários países e já começa a assustar a nossa - apresenta uma legenda com um toque apocalíptico: "AIDS - o pior problema de saúde pública da nação. Ninguém se recuperou da doença, e o número de casos está dobrando todos os anos. Agora, crescem temores de que a epidemia de AIDS possa espalhar-se além dos homossexuais e outros grupos de alto risco para ameaçar a população como um todo." Essa moléstia sui generis destrói as defesas naturais do organismo contra infecções. Os sintomas iniciais caracterizam-se por febre constante, emagrecimento, sudoração noturna, pruridos, cansaços etc. seguidos por inflamação das glândulas linfáticas. Sobrevindo a AIDS, o organismo fica vulnerável a toda espécie de moléstias, vírus, parasitas etc. contraindo doenças que podem vir a ser mortais, e que, em pessoas normais, seriam facilmente curadas. Até agora a AIDS já atingiu praticamente todos os países europeus. Para citar apenas os principais, foram registrados 300

casos na França, 162 da Alemanha e 184 na Inglaterra. Ademais, está se espalhando no Caribe onde, só no Haiti, há mais de 500 casos. Aquilo que era considerado uma doença dos homossexuais, agora passa a atacar também as mais variadas pessoas, inclusive crianças. Nos Estados Unidos, são 148 as crianças portadoras da AIDS. Desses casos, 70% são filhos de pessoas com AIDS ou apenas portadoras do vírus, 14% adquiriram-na através de transfusões de sangue, 5% são hemofílicos e 31% dos pacientes foram contaminados em virtude de outros motivos. Em 11.919 casos de adultos portadores da AIDS naquele país, a moléstia manifesta-se principalmente nos seguintes grupos; 1) 73% em homossexuais ou bissexuais masculinos de vida promíscua; 2) 17% em viciados que utilizam ou utilizavam drogas injetadas por via venosa; 3) 1,5% em pessoas que receberam transfusões de sangue; 4) 1% em pessoas que tiveram relações sexuais com vítimas da AIDS ou portadores; 6) 6,5% devidos a outros fatores. A população norte-americana considera as vítimas dessa nova peste como párias da sociedade. Os portadores do vírus perdem emprego, casa, amigos etc. Os hospitais os excluem e os empregados das casas funerárias recusam-se a sepultar as vítimas fatais dessa doença. A cidade de São Francisco, onde 20% da população é homossexual, está

mudando completamente seus costumes. A atividade homossexual diminuiu em 50%. Quase todas as piscinas para homossexuais foram fechadas, como também os bares e restaurantes da zona "gay". Em todo o mundo, entretanto, órgãos de imprensa têm recomendado uma série de precauções farisaicas e de superfície para se evitar a AIDS. É sintomático, contudo, que a imprensa, inclusive a brasileira, não indique profilaxia mais eficaz para a moléstia, como aliás, para qualquer outra doença sexualmente transmissível: a abstenção de relações sexuais ilícitas, e, a fortiori, de relações antinaturais. Eis aí um sinal dos tempos. Procura-se de todos os modos criar condições para se evitar a moléstia, sem que ninguém aponte a abstenção do vício da luxúria como remédio realmente eficaz. Em nossa época, neopagã, materializada, em que o

permissivismo moral atinge um clímax, a única coisa olvidada é a recomendação de se praticar a pureza - virtude particularmente repudiada. Infelizmente, no charco de sensualidade em que vai imergindo cada vez mais o homem contemporâneo, não há clima para medrar o lírio da pureza! Diane do sempre crescente número de casos da moléstia, até mesmo pessoas com muito pouco sendo religioso começam a considerá-la, conforme ressalta a imprensa diária norte-americana, como um flagelo divino para punição dos pecados. A Virgem de Fátima, em 1917, alertou o mundo para um castigo que - caso os homens não fizessem penitência - adviria, e indicou os meus para sustá-lo. Entretanto, não se deu ouvidos às palavras da Rainha Celeste e, talvez, o castigo renunciado começa a se abater sobre a humanidade. (AIDS...1985).

Os enunciados da matéria representam uma das formas de discursivização da AIDS que teve sua utilização em nível mundial. A visão religiosa da epidemia representava a ideia catastrófica de castigo (e tem seu funcionamento em um lugar de memória), uma resposta divina à liberdade sexual que o mundo vivia desde a década de 1960. Neles observamos a presença de uma formação discursiva¹⁷ religiosa e um acontecimento discursivo pautado nos índices da novidade e da repetição. A ideia de castigo representa uma regularidade do enunciado em relação ao arquivo, repetindo e transformando uma memória.

o ódio aos homossexuais não é seu único motivo – nem sequer o motivo principal. Mais importante ainda é a utilidade da AIDS para promover uma das principais atividades dos ‘neoconservadores’, voltada contra tudo aquilo que é resumido (ainda que de modo impreciso) na expressão ‘os anos 60’. Toda uma política da ‘vontade’ – de intolerância, de paranoia, de medo da fraqueza política – se aproveitou dessa doença. (SONTAG, 2007, p. 126)

Percebemos uma retomada de um discurso do arcebispo católico Dom Eugênio que, a partir de seu lugar de fala, esboça opiniões que ligam a AIDS a um castigo porque, segundo ele, ela representa uma quebra da população com os dogmas da igreja e

¹⁷ Aparece nos escritos foucaultianos, a primeira vez, em *Arqueologia do Saber* e é vista, segundo Baronas (2001, p. 3), como um conjunto de enunciados que não se reduzem a objetos linguísticos e estão submetidos a uma mesma regularidade e dispersão em forma de ideologia, ciência, teoria etc. Ou seja, ela é uma tentativa de organizar.

seus preconizados valores morais. A figura 12 é uma matéria assinada pela ABIM (Agência Boa Imprensa) que representa ideais católicos. Susan Sontag (2007, p. 112) afirma que “a ideia da doença como castigo é a mais antiga explicação da causa das doenças”.

As afirmações dos que pretendem falar em nome de Deus podem, de modo geral, ser facilmente explicadas como a tradicional retórica do discurso sobre as doenças sexualmente transmissíveis – desde as fulminações de Cotton Mather até as recentes declarações de dois destacados religiosos brasileiros, o cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio Sales, que vê a AIDS ao mesmo tempo como ‘castigo de Deus’ e ‘a vingança da natureza’. Mais interessante é o caso dos leigos que vociferam esse tipo de invectiva, pois seus objetivos são mais complexos. As ideologias políticas autoritárias têm interesse em promover o medo, a ideia de que alienígenas estão prestes a assumir o controle – e para elas a doença é um prato cheio. (SONTAG, 2007, p. 125)

A ideia de doença enquanto castigo é antiga e é retomada quando do aparecimento da nova doença desconhecida. O discurso religioso presente na matéria é um resgate daquilo que está presente na Bíblia, como está expresso em Levítico 26, 14-16 e é reiterado em Deuteronômio 28, 15-68: “Porém, se vocês não obedecerem a todos os meus mandamentos, se rejeitarem as minhas leis, se desprezarem as minhas ordens e se quebrarem a aliança que fiz com vocês, então eu os castigarei. Mandarei desastres, e doenças, e febres que abalam a saúde e enfraquecem o corpo. (BÍBLIA, 1990, p. 138)

A matéria da ABIM, publicada no *Jornal Pequeno*, traz os números da doença que são retirados de jornais norte-americanos e, ao final do texto, segue uma trajetória completamente pautada nos dogmas religiosos e opiniões relacionadas à moral.

[...] Em nossa época, neopagã, materializada, em que o permissivismo moral atinge um clímax, a única coisa olvidada é a recomendação de se praticar a pureza - virtude particularmente repudiada. Infelizmente, no charco de sensualidade em que vai imergindo cada vez mais o homem contemporâneo, não há clima para medrar o lírio da pureza! Diante do sempre crescente número de casos da moléstia, até mesmo pessoas com muito pouco senso religioso começam a considerá-la, conforme ressalta a imprensa diária norte-americana, como um flagelo divino para punição dos pecados. A Virgem de Fátima, em 1917, alertou o mundo para um castigo que - caso os homens não fizessem penitência - adviria, e indicou os meus para sustá-lo. Entretanto, não se deu ouvidos às palavras da Rainha Celeste e, talvez, o castigo prenunciado começa a se abater sobre a humanidade. (*Aids: castigo divino? Jornal Pequeno*, 1/11/1985)

Outro ponto que podemos observar desse discurso é a retomada da memória dos Segredos de Fátima¹⁸ que, segundo a matéria, Deus castigaria aqueles que vivem no pecado e não vivem a “penitência!” que está no terceiro segredo.

No Brasil, apenas em 1982, foram registrados os primeiros sete casos confirmados em São Paulo, mais precisamente no hospital Emílio Ribas, que se tornaria uma referência no tratamento de pessoas infectadas pelo novo vírus e sua consequente síndrome. Porém, diferente de países como os Estados Unidos, o Brasil não possuía uma estrutura para amparar a sociedade durante uma epidemia de grandes proporções. Os recursos financeiros eram ínfimos, já que não havia um sistema de Previdência Social organizada e preparada. Os recursos científicos e técnicos também eram escassos, e não havia mecanismos de controle e de vigilância epidemiológica.

A AIDS se instala enquanto doença mais mortal na década de 80 não apenas no campo da saúde, pois ela se torna um problema sanitário, social e, principalmente, econômico, já que os gastos, sem que tivéssemos qualquer verdade estabelecida pela medicina, eram exorbitantes e sem garantia de retorno para a saúde da população. Até o ano de 1985, a AIDS era um problema e alguns governantes preferiam fechar os olhos para ela, principalmente quando a ideia que predominava era que se tratava de uma doença que punia e matava apenas homossexuais. Segundo Bontempo (1985, p. 65)

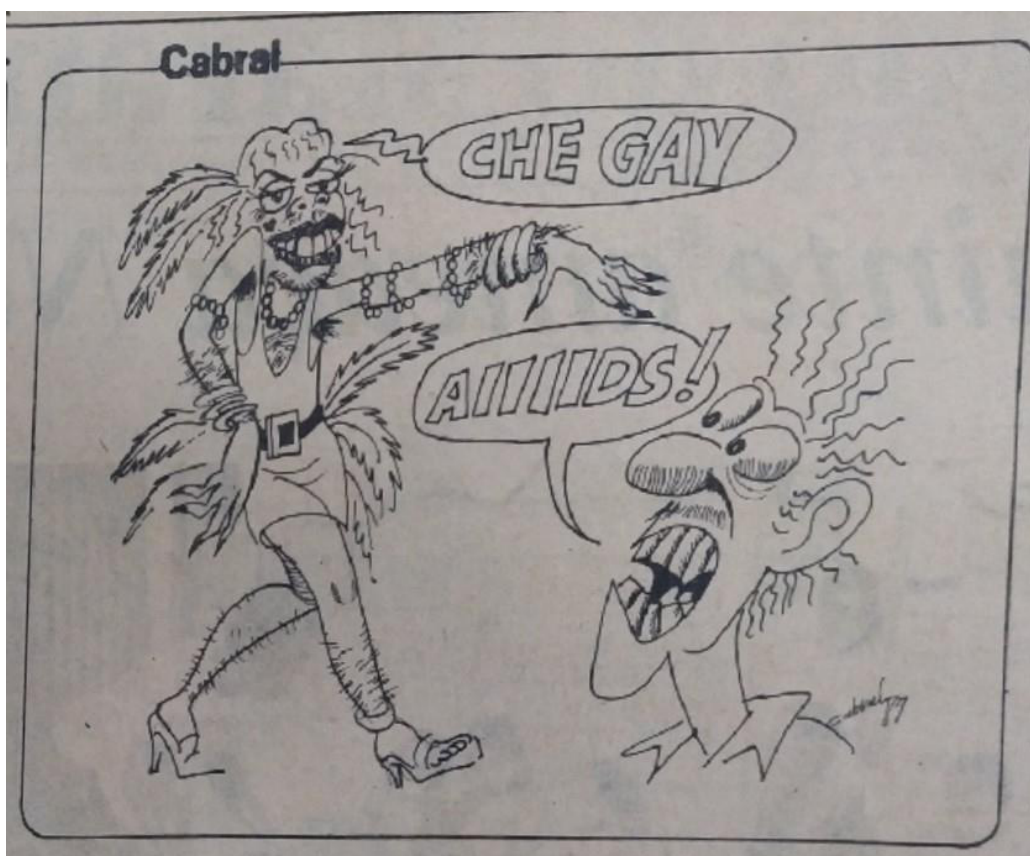
Parece que a melhor política tem sido não fazer muita referência à AIDS e aguardar que os doentes procurem os serviços ou que sejam descobertos por acaso. Infelizmente esta política de “não provocar pânico desnecessário” é um pretexto para não aplicar recursos. (BONTEMPO, 1985, p. 65)

De forma recorrente, as publicações em que há um predomínio do discurso religioso, há uma acentuação de um discurso autoritário, pautado na acusação, na discriminação e na intenção de excluir os sujeito cuja sexualidade não estivessem de acordo com os dogmas da igreja. Há, nesses discursos, o predomínio dos saberes médico-científico cujo teor ciência-crença funciona como dispositivo de segurança, pautado no controle do corpo físico e social, que age sobre a sexualidade de seus habitantes.

A próxima matéria que analisamos (Figura 13) foi publicada no jornal O Estado do Maranhão em 18 de janeiro de 1988 e mostra o cenário ludovicense com relação a AIDS em 1988 e como a subnotificação dificultava o acompanhamento real do crescimento da doença na cidade.

¹⁸ Um conjunto de aparições de Nossa Senhora de Fátima a três crianças portuguesas a quem a Santa teria feito três revelações em forma de segredos. Eram segredos cujas interpretações traziam revelações de futuro. O texto fala do terceiro segredo.

Figura 13: Che gay.



Fonte: O Estado do Maranhão. São Luís, 10 de junho de 1987.

Na charge acima, assinada por Cabral, podemos observar dois grupos sociais distintos que representam o tecido social como um todo. No canto esquerdo da imagem, diretamente afetado pelos preconceitos sociais e estereotipados segundo sua sexualidade, considerada dissidente, o texto verbal “CHE GAY” faz um trocadilho com o verbo “chegar”, utilizado no pretérito perfeito do indicativo, na primeira pessoa do singular, indicando uma identidade ao personagem. No canto direito da imagem, apresenta-se a figura de um homem com uma expressão que se alterna entre pavor, nojo, desprezo.

Vale destacar que a imagem do sujeito "gay", expressão que traduzida do inglês para o português significa *alegre*, é exibida de corpo inteiro, ressaltando uma figura caricaturada, com traços exagerados da cabeça aos pés: os olhos, a boca, e as unhas grandes; os gestos são bastante ressaltados pelo braço direito que se apoia no queixo e o braço esquerdo que se estende com a mão pendendo; acrescenta-se a isso as penas, pulseiras, colares, maquiagem carregada, o vestido, as sandálias, enfim, uma imagem bastante estereotipada. O sujeito que o observa tem os cabelos, os olhos e a boca

ressaltados numa expressão que é completada com a palavra AIDS, em que a letra “i” tem a pronúncia alongada (“AIIIDS!”), compondo uma combinação de pavor com a imagem do personagem.

A ideia presente na charge, e recorrente nas páginas de jornais brasileiros durante praticamente toda década de 1980, coloca os “gays” em uma posição de marginalização, de anormalidade. Há, na constituição do sujeito um exagero nos trejeitos, que transita entre o cômico e o irônico.

Conforme Silva (2008), o humor gráfico da charge é caracterizado pelo exagero exagero dos traços e a síntese dos fatos. A charge é marcada por uma crítica política à realidade e estabelece uma cumplicidade cotidiana entre o chargista e o leitor (SILVA, 2008).

O chargista pretende que a ideia proposta seja apreendida e as personagens sejam facilmente “reconhecidas”. É importante destacar que, na charge analisada, a linguagem pictórica sugere a forma como o doente era objetificado discursivamente na sociedade influenciada e manipulada para cercear os espaços e excluir os sujeitos doentes que, segundo os discursos religiosos e dos religiosos, estavam fora das normas transferidas socioculturalmente.

Para Romualdo (2000, p. 50), a polifonia também se constitui como uma das características da charge e se faz ver por meio de um jogo de vozes contrastantes, que provocam o riso. Além desse aspecto, o chargista-autor opina sobre um tema, valendo-se da sátira, ressaltando a inversão de valores sociais.

O chargista (Figura 14), através do discursivo e do não-discursivo, explora uma personagem específica em um dado momento da história, dando especial atenção ao acontecimento AIDS e como a sociedade, apavorada, reagia ao sujeito doente em face do medo difundido pela mídia, especialmente pelos jornais impressos e os discursos religiosos. Fica evidente que a sociedade não está preocupada em cuidar do doente, vítima do HIV, mas sim de apontá-lo como um “causador de um mal à sociedade”.

A matéria a seguir (Figura 14) é de autoria do arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales.

Figura 14: AIDS e castidade

AIDS e castidade

Dom Eugênio de Araújo Sales

QRAÇAS a colaboração do Ministério da Saúde, foi possível a presença de dois médicos, que trabalham na arquidiocese do Rio de Janeiro, à 3ª Conferência Internacional sobre AIDS, realizada em Washington, Estados Unidos, de 1º a 5 de junho último. O Banco da Providência, organismo desta arquidiocese, conta, entre seus serviços, o acompanhamento de indivíduos discriminados, especialmente os aidséticos. A atividade inclui a pesquisa científica do ponto de vista epidemiológico e preventivo. Há dois anos, é feito o atendimento com o apoio do Instituto Oswaldo Cruz.

A verdade é que estamos diante de um grave perigo para toda a humanidade. Alguns países refreiam o noticiário verdadeiramente alarmante para evitar as consequências de um pavor coletivo: outros divulgam a realidade na esperança de dar consciência à população dos riscos que pesam sobre todos e, em especial, sobre os chamados "grupos de risco": homossexuais, bissexuais masculinos — mais da metade dos casos, os usuários de drogas nas veias; os enfermos sujeitos à transfusão de sangue, os hemofílicos.

Esse conjunto de pessoas está mais exposto. Embora permaneça desconhecida a origem da doença, sabemos que ela se transmite pelo sêmen ou pelo sangue. Assim, não há medidas eficazes sem uma profunda modificação de costumes morais e controle nas transfusões. E trata-se de impedir a propagação do mal. Por todas as informações confiáveis, não se vislumbra a descoberta de uma vacina e tratamento adequado. Mesmo que surgisse, de imediato, contra as previsões, seriam necessários anos para uma verificação de seus efeitos. Nesse ínterim, a doença terá atingido elevado número de indivíduos em grande parte do mundo. Lembro como tudo sucedeu. Entre outubro de 1980 e maio de 1981, o Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos teve ciência de dois grupos compostos de 26 e 5 indivíduos infectados de determinada doença. Havia indício de relaciona-

mento entre os fatos: eram originários das cidades, Los Angeles e Nova Iorque. Os doentes, sem exceção, eram homossexuais masculinos.

No Brasil, os primeiros casos datam de 1982. A descoberta do vírus causador, no Instituto Pasteur, de Paris, e confirmada por pesquisadores americanos, deu início ao rápido desenvolvimento da luta contra o mal. Contudo, os homens resistentes restringem até agora aos diagnósticos e programas de vigilância em face à epidemia. Uma coisa é certa: a maneira mais comum de contrair AIDS são os contatos sexuais (principalmente homossexuais masculinos) e a transfusão de sangue. E, nesse campo, se trava batalha, da qual dependerá a sorte de milhões de pessoas nos próximos anos.

Acresce o fato de, recentemente, ter surgido novo vírus, o que significa maior dificuldade na obtenção da vacina apropriada.

Qual o interesse do Pastor em abordar semelhante assunto? Não estaria fora de sua alçada?

Não, porque despertar os adormecidos, diante da gravidade da doença é dever de todos. E há a íntima relação da propagação da AIDS com a generalizada rejeição aos preceitos divinos pela sociedade moderna.

A inércia diante do perigo, a insuficiente consciência da excepcional periculosidade do problema, verifica-se também a cegueira em não salientar o que é absolutamente certo. A transmissão do vírus (e milhões podem já estar infectados, pois se desconhece a causa que provoca a eclosão da enfermidade latente) de ordinário ocorre pelas relações sexuais, máxime com homossexuais masculinos, ou por transfusão de sangue.

E o que vemos na parte relacionada com o sexo? Uma lamentável omissão e um criminoso desvio da verdadeira raiz do mal. Dou um exemplo: sem dúvida, ninguém ignora a campanha em favor do uso de preservativos para impedir o contato do sêmen. Além de infringir a moral cristã, vejo um grave erro: favorece o relacionamento sexual com indivíduos diversos, multiplicando, assim, uma das fontes da propagação da

doença. Essa campanha, ao estimular a promiscuidade, difunde o flagelo. O pretexto de preservar o indivíduo, não justifica esse comportamento. Acresce que esse instrumento não é infalível. Aliás, uma publicação elaborada por médicos norte-americanos faz a seguinte reflexão: Dez aviões de uma companhia partem dos Estados Unidos para uma cidade europeia. Desse dez, três caem. Se você soubesse que de cada dez aviões dessa companhia, três são acidentados, você utilizaria os serviços dessa empresa?

No momento, o único meio eficaz para evitar a AIDS não custa dinheiro, mas exige profunda modificação de comportamento das pessoas e da sociedade. Somente pela castidade ou pela atividade sexual restrita ao casamento estável, podem-se evitar os principais riscos de contágio. O controle de doadores e dos bancos de sangue eliminaria outro condutor da enfermidade e a suspensão das drogas injetáveis fecharia o cerco?

Mas, o que vemos?

Uma propagação desparada da imoralidade ganha corpo e adquire uma audácia inacreditável. Há o estímulo à depravação e há tentativa de ridicularizar tudo o que signifique vida monogâmica dos ditames da moral cristã.

Essa denúncia, além do alerta do grave perigo da AIDS, justifica plenamente a palavra do Pastor sobre a matéria e até a exige.

Certamente, alguns protestarão entre os cristãos o sentimento de fraternidade. O aidsético não deve ser marginalizado ou segregado como se fosse vítima da peste. Essa atitude discriminatória constitui violação da dignidade humana fundamental.

De mais a mais, uma exortação a um atendimento adequado aos indivíduos aidséticos. Uma coisa é constatar a existência de uma atmosfera erótica que penetra em todas as camadas sociais e o fato do terrível flagelo estar intimamente relacionado com essa fronta a Deus. Outra bem diversa, é socorrer com amor o irmão e lutar corajosamente contra o mal que nos ameaça a todos.

Dom Eugênio de Araújo Sales é cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro.

Fonte: Jornal O Estado do Maranhão. São Luís, 13 de julho de 1987.

AIDS E CASTIDADE

Graças a colaboração do Ministério da Saúde, foi possível a presença de dois médicos, que trabalham na arquidiocese do Rio de Janeiro, à 3ª Conferência Internacional sobre AIDS, realizada em Washington, nos Estados Unidos, de 1º a 5 de junho último.

O Banco da Providência, organismo desta arquidiocese, conta, entre seus serviços, o acompanhamento de indivíduos discriminados, especialmente os aidséticos. A atividade inclui a pesquisa científica do ponto de vista epidemiológico e preventivo. Há dois anos, é feito o atendimento com apoio do Instituto Oswaldo Cruz.

A verdade é que estamos diante de um grave perigo para toda humanidade. Alguns países refreiam o noticiário verdadeiramente alarmante para evitar as consequências de um pavor coletivo: outros divulgam a realidade na esperança de dar consciência à população dos riscos que pesam sobre todos e, em especial, sobre os chamados "grupos de risco": homossexuais, bissexuais

masculinos — mais da metade dos casos, os usuários de drogas nas veias; os enfermos sujeitos à transfusão de sangue, os hemofílicos.

Esse conjunto de pessoas está mais exposto. Embora permaneça desconhecida a origem da doença, sabemos que ela se transmite pelo sêmen ou pelo sangue. Assim, não há medidas eficazes sem uma profunda modificação de costumes morais e controle das transfusões. E trata-se de impedir a propagação do mal. Por todas as informações confiáveis, não se vislumbra a descoberta de uma vacina ou tratamento adequado. Mesmo que surgisse, de imediato, contra as previsões, seriam necessários anos para verificação de seus efeitos. Nesse ínterim, a doença terá atingido elevado número de indivíduos em grande parte do mundo.

Lembro como tudo sucedeu. Entre outubro de 1980 e maio de 1981, o Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos teve ciência de dois grupos compostos por

26 e 5 indivíduos infectados de determinada doença. Havia indício de relacionamento entre os fatos: eram originários das cidades de Los Angeles e Nova Iorque. Os doentes, sem exceção, eram homossexuais masculinos.

No Brasil, os primeiros casos datam de 1982. A descoberta do vírus causador, no Instituto Pasteur, em Paris, e confirmada por pesquisadores americanos, deu início ao rápido desenvolvimento da luta contra o mal. Contudo, os bons resultados se restringem até agora aos diagnósticos e programas de vigilância em face à epidemia. Uma coisa é certa: a maneira mais comum de contrair AIDS são os contatos sexuais (principalmente homossexuais masculinos) e a transfusão de sangue. E, nesse campo, se trava batalha, da qual dependerá a sorte de milhões de pessoas nos próximos anos.

Acresce o fato de, recentemente, ter surgido novo vírus, o que significa maior dificuldade na obtenção da vacina apropriada.

Qual o interesse do Pastor em abordar semelhante assunto? Não estaria fora de sua alçada?

Não, porque despertar os adormecidos, diante da gravidade da doença, é dever de todos. E há a íntima relação da propagação da AIDS com a generalizada rejeição aos preceitos divinos pela sociedade moderna.

A inércia diante do perigo, a insuficiente consciência diante da excepcional periculosidade do problema, verifica-se também a cegueira em não salientar o que é absolutamente correto. A transmissão do vírus (e milhões podem já estar infectados, pois se desconhece a causa que provoca a eclosão da enfermidade latente) de ordinário ocorre pelas relações sexuais, máxime com homossexuais masculinos, ou por transfusão de sangue.

E o que vemos na parte relacionada com o sexo? Uma lamentável omissão e um verdadeiro desvio da verdadeira raiz do mal. Dou um exemplo: sem dúvida, ninguém ignora a campanha em favor do uso de preservativos para impedir o contato do sêmen. Além de infringir a moral cristã, vejo um grave erro: favorece o relacionamento sexual com indivíduos diversos,

multiplicando, assim, uma das fontes da propagação da doença. Essa campanha, ao estimular a promiscuidade, difunde o flagelo. O pretexto de preservar o indivíduo, não justifica esse comportamento. Acresce que esse instrumento não é infalível. Aliás, uma publicação elaborada por médicos norte-americanos faz a seguinte reflexão acerca da segurança do uso do preservativo: Dez aviões de uma companhia partem dos Estados Unidos para uma cidade européia. Desses dez, três caem. Se você soubesse que de cada dez aviões dessa companhia, três são acidentados, você utilizaria os serviços dessa empresa?

No momento, o único meio eficaz para evitar a AIDS não custa dinheiro, mas exige profunda modificação de comportamento das pessoas e da sociedade. Somente pela castidade ou pela atividade sexual restrita ao casamento estável, podem-se evitar os principais riscos de contágio. O controle de doadores e dos bancos de sangue eliminaria outro condutor da enfermidade e a suspensão das drogas injetáveis fecharia o cerco?

Mas, o que vemos?

Uma propaganda despuorida da imoralidade ganha corpo e adquire uma audácia inacreditável. Há o estímulo à depravação e há tentativa de ridicularizar tudo que signifique vida morigerada dos ditames da moral cristã.

Essa denúncia, além do alerta do grave perigo da AIDS, justifica plenamente a palavra do Pastor sobre a matéria e a exige. Certamente, alguns protestarão entre os cristãos o sentimento de fraternidade. O aidético não deve ser marginalizado ou segregado como se fosse vítima da peste. Essa atitude discriminatória constitui violação da dignidade humana fundamental. De mais a mais, uma exortação a um atendimento adequado aos irmãos aidéticos. Uma coisa é constatar a existência de uma atmosfera erótica que penetra em todas as camadas sociais e o fato do terrível flagelo estar intimamente relacionado com essa afronta a Deus. Outra bem diversa, é socorrer com amor o irmão e lutar corajosamente contra o mal que nos ameaça a todos.

Dom Eugênio Sales é cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro.

O ano foi de 1987, data de publicação desse texto de Dom Eugênio, foi um ano de quebra de paradigmas. O governo da Inglaterra fez a primeira campanha publicitária de prevenção contra a AIDS, campanha que ficou internacionalmente conhecida e que apresentava como slogan “Não morra de ignorância”. Nesse mesmo ano, a princesa Diana inaugurou a primeira clínica voltada para o tratamento de vítimas do HIV, no Reino Unido. Na cerimônia de inauguração, ela dispensou o uso de luvas, o que gerou uma repercussão no mundo inteiro, sendo um marco na luta contra a estigmatização do doente e da doença.

No Brasil, 1987 ficou marcado como o ano em que o governo iniciou as campanhas oficiais de prevenção à AIDS. No ano anterior, 1986, foi criado o Programa Nacional de DST e AIDS, mas as campanhas que circulavam no país eram criadas e disseminadas por pequenos grupos que agiam em prol dos doentes sem auxílio do governo, como é o caso do GAPA (Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS), em São Paulo. A primeira campanha de amplitude nacional foi realizada no governo do médico e então ministro da saúde no governo do presidente José Sarney, Borges da Silveira, e tinha como *slogan* “Quem vê cara, não vê AIDS. Previna-se”. O principal objetivo da campanha era incentivar a prevenção por meio do uso de preservativos.

No texto de Dom Eugênio Sales, é possível verificar um forte apelo científico com um forte intuito de deixar informar a população que a igreja buscava apoio na ciência, já que os órgãos governamentais apoiavam e financiavam a presença de médicos ligados à igreja católica. O cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro teve voz atuante na década de 1980¹⁹, no Brasil; exerceu influência no campo religioso e político e contou com o apoio da mídia da época tendo vários textos publicados em diversos jornais brasileiros, como os jornais da capital maranhense. Seus textos trazem sempre um tom moralista e, normalmente, se apoia em discursos do saber médico.

Dom Eugênio inicia seu texto registrando o vínculo entre a igreja e o Estado; o cardeal destaca o grande perigo da AIDS para a população, em face do crescimento

¹⁹ Dom Eugênio Sales foi um dos brasileiros que mais ocupou cargos no Vaticano: 11 cargos nas congregações, conselhos e comissões. No tocante às ações sociais, criou centros de atendimento a portadores de AIDS, a Pastoral Carcerária, um núcleo de formação de líderes na residência do Sumaré. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Eug%C3%AAnio_Sales)

estatístico no mundo: “[...] A verdade é que estamos diante de um grave perigo para toda humanidade.” (AIDS E CASTIDADE, Jornal O Estado do Maranhão. São Luís, 13 de julho de 1987.)

Como já observamos em outras matérias, o tom do discurso religioso se mantém acusatório: “[...] Uma coisa é certa: a maneira mais comum de contrair AIDS são os contatos sexuais (principalmente homossexuais masculinos) e a transfusão de sangue.” [...] “A transmissão do vírus (e milhões podem já estar infectados, pois se desconhece a causa que provoca a eclosão da enfermidade latente) de ordinário ocorre pelas relações sexuais, máxime com homossexuais masculinos, ou por transfusão de sangue”. (AIDS E CASTIDADE, Jornal O Estado do Maranhão. São Luís, 13 de julho de 1987.)

Dom Eugênio clama pela moral e os bons costumes que, segundo ele, é a única forma de prevenção que realmente funciona. Para corroborar seus pensamentos, ele relembra a população dos fatos mais marcantes dos primeiros casos da doença no mundo e no Brasil: “Lembro como tudo aconteceu” (AIDS E CASTIDADE, Jornal O Estado do Maranhão. São Luís, 13 de julho de 1987.). E vai construindo uma narrativa que pontua vários acontecimentos para que os leitores entendam que a história e os fatos são registros de uma época em que a doença é extremamente agressiva. Essa narrativa é construída por linhas de enunciação provenientes de um sujeito que tem reconhecimento nacional pelo cargo que ocupa e por sua influência na política. Dar visibilidade à gravidade da doença é um recurso utilizado para alertar o corpo populacional. É um mecanismo de uma biopolítica que tem o propósito de conduzir a vida tomando como linha condutora os apelos da moral e dos bons costumes.

Esse propósito de conduzir a vida da população é um recurso que vai ganhando força, nas linhas de enunciação desse sujeito, também pelo apelo ao discurso do pastorado.

Como já vimos antes, Dom Eugênio Sales foi uma voz atuante na década de 1980 no Brasil, carregando consigo a representação da Igreja principalmente no que diz respeito a explosão dos casos de AIDS no mundo. O cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro teve seus textos publicados em jornais do Brasil inteiro, inclusive foi disseminado por todos os jornais da capital maranhense.

Dom Eugênio utiliza técnicas pedagógicas para simular o diálogo e aproximar seus leitores da igreja, quando simula o questionamento de alguém que não entende até onde é papel da igreja discutir problemas de saúde pública, como em “Qual o interesse

do Pastor em abordar semelhante assunto? Não estaria fora de sua alçada?”. A indagação também serve como estratégia de apoio para fortalecer a ideia de que a igreja intervém porque é legítima representante de Deus e defende que aqueles que não entendem esse papel/lugar da igreja por estarem “adormecidos”, e chama os despertados a atuarem no sentido de acordar aqueles que não veem, pois, segundo ele, há uma “generalizada rejeição aos preceitos divinos pela sociedade moderna.” (AIDS E CASTIDADE, Jornal O Estado do Maranhão. São Luís, 13 de julho de 1987.)

Em seguida, o sujeito enunciativo apresenta a principal razão pela qual a igreja se apresenta como porta-voz da prevenção à doença ao povo: a visão generalizada, “verdadeira raiz do mal”, que é ir de encontro às campanhas de prevenção difundidas pelo governo de que o uso de preservativo é uma forma eficiente de frear a disseminação do vírus. Para a igreja, de acordo com o discurso do arcebispo, essas campanhas infringem “a moral cristã”, pois incentivam “[...] o relacionamento sexual com indivíduos diversos, multiplicando, assim, uma das fontes da propagação da doença.” (AIDS E CASTIDADE, Jornal O Estado do Maranhão. São Luís, 13 de julho de 1987.), que é o sexo entre homossexuais masculinos. Outra forma de descredibilizar as campanhas e, por consequência, agir como um pastor, é acusá-las de imoral: “[...] despudorada da imoralidade ganha corpo e adquire uma audácia inacreditável. Há o estímulo à depravação e há tentativa de ridicularizar tudo que signifique vida morigerada dos ditames da moral cristã” (AIDS E CASTIDADE, Jornal O Estado do Maranhão. São Luís, 13 de julho de 1987.). Dessa forma, a matéria ganha um tom de denúncia.

Para equilibrar o tom preconceituoso, Dom Eugênio clama o espírito fraterno dos cristãos para o acolhimento dos “aidéticos”, mas ainda assim o aponta como não-vítima e diz que não acolhê-los representa uma “atitude discriminatória” e afirma que a doença é uma prova do que é ir de encontro a tudo que é “divinamente” determinado e que a sua denúncia é pertinente, pois as campanhas trazem em si a “existência de uma atmosfera erótica que penetra em todas as camadas sociais”. (AIDS E CASTIDADE, Jornal O Estado do Maranhão. São Luís, 13 de julho de 1987.).

Assim, Dom Eugênio instaura saberes que compõem essas ideias por meio do dispositivo midiático e do poder pastoral, único – segundo a visão religiosa – capaz de parar a epidemia. É pelas curvas de enunciabilidade que o sujeito doente e homossexual vai se perpetrando como objeto discursivo criado por um dispositivo cujas linhas de força permitem que apenas alguns, aqueles que estão dentro de uma normatização segura, como

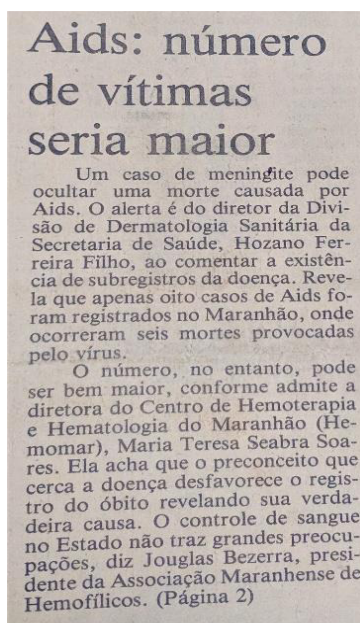
Dom Eugênio, possam efetivamente dizer enquanto a outros a quem cabe apenas o papel de receber.

Como principal mecanismo de controle, há uma tendência a criar normas para objetificar as relações e os sujeitos, principalmente aqueles que cultivam a fé cristã, por meio do poder-saber e das linhas de subjetividade, que proporcionam ao sujeito católico se reconhecer como seguidor da moral e dos bons costumes, portanto, “livre do HIV”. Quem foge a essa norma, é considerado anormal ou alguém que cultiva comportamentos anormais. Segundo a matéria, a normalidade está inserida na ideia de que “somente pela castidade ou pela atividade sexual restrita ao casamento estável, podem-se evitar os principais riscos de contágio” (AIDS E CASTIDADE, Jornal O Estado do Maranhão. São Luís, 13 de julho de 1987.)

A informação, partindo desse lugar institucionalizado, é uma forma de controlar a população e fazê-la perceber, pelos mecanismos da biopolítica, que não seguir determinadas regras de comportamentos empurra os indivíduos a um não-lugar ou a um lugar marginalizado que é o da anormalidade, marcado por um não-pertencer religioso onde impera o mal e o inferno, tudo aquilo que distancia o sujeito dos desígnios de Deus.

Nossa última análise (Figura 15) é uma chamada de primeira página para uma matéria que está na página 2 do jornal e cujo teor destaca doenças oportunistas que se associam ao HIV.

Figura 15: AIDS: número de vítimas seria maior”



Fonte: Jornal Pequeno, São Luís, 18 de janeiro de 1988.

A matéria acima foi publicada no ano de 1988, ano que ficou marcado, mundialmente, por importantes acontecimentos, tais como a criação de programas de conscientização sobre a AIDS em 148 países. O Ministério da Saúde, no Brasil, cria o Programa Nacional de AIDS. Nesse mesmo ano, a Organização Mundial da Saúde-OMS cria o Dia Mundial de Luta contra a AIDS.

No Brasil, esse ano também fica marcado pelas mortes dos dois irmãos do sociólogo Betinho: Henfil e Chico Mário. Herberth José de Souza, o Betinho, era ativista dos direitos humanos. Ficou muito conhecido por idealizar e colocar em prática o projeto Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Seu irmão Henrique de Souza Filho, conhecido como Henfil, era famoso cartunista, quadrinista, jornalista e escritor. Seu irmão, Chico Mário, era músico. Betinho, Henfil e Chico Mário eram hemofílicos e contraíram HIV em uma das transfusões de sangue a que se submeteram por causa da doença.

O título da matéria da matéria (Figura 15), “Aids: número de vítimas seria maior”, alerta para um dos problemas que atrapalham o tratamento: a subnotificação. Doenças oportunistas, como a meningite, citada pelo jornal, hospedeiras de um sistema imunológico fragilizado, preenchiam os atestados de óbitos, o que dificultava a checagem real dos números da epidemia. Tal alerta é feito pelo diretor da Divisão de Dermatologia Sanitária da Secretaria de Saúde, Hozano Ferreira, e pela diretora do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Maranhão (Hemomar), Maria Teresa Seabra Soares, o que coloca em evidência não somente quem enuncia (diretores) como também o lugar de onde enunciam: diretores de centros de referência do Estado do Maranhão (a Divisão de Dermatologia Sanitária da Secretaria de Saúde e o Hemomar).

Conforme dados da Agência Brasil (2013), o programa das Ações Unidas UnaidS fez pesquisa sobre discriminações contra pacientes que têm HIV/aids e os registros de casos de preconceito somam 64,1%. Desse total, 46,3% sofreram preconceitos no ambiente social, 41% sofreram recriminações da família, ¼ sofreu assédio verbal, um número próximo a 20% perdeu emprego ou fonte de renda, 17% foram excluídos de atividades sociais e 6% relataram terem sido agredidos. Esses dados são do ano de 2013, mas na década de 1980 não era diferente, conforme vimos na notícia do cabeleireiro expulso de uma cidade no interior do Brasil.

Ir a óbito em decorrência da AIDS era, e ainda é, uma vergonha para a família e os amigos, fato que daria visibilidade não somente à doença como também à vítima,

que teria, supostamente, sido castigada por seus pecados contra a carne, a moral e os bons costumes. Ficar na invisibilidade seria um recurso de proteção.

O discurso, um dos recursos do dispositivo mídia, é lugar onde se estabelecem relações de poder e saber. Nos textos jornalísticos aqui analisados, o discurso sobre a pandemia do HIV/aids nos anos 80 se apoia, principalmente, no saber da ciência e no saber religioso, de cunho moralista e acusatório. Os sujeitos são vítimas não só do HIV/aids como também do preconceito e da invisibilidade. Em nenhuma das matérias dos jornais maranhenses, por exemplo, eles têm voz. Quem enuncia são profissionais da saúde e um dos principais representantes da igreja: um cardeal arcebispo; quem tem visibilidade é a doença e aquilo que ela traz de consequência para a sociedade, a moral e os bons costumes.

Assim, o dispositivo mídia faz funcionar uma biopolítica, uma governamentalidade que atua sobre o corpo físico e social por meio dos órgãos públicos de saúde e de autoridades competentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final de nossos apontamentos, percebemos que a AIDS não é diferente de tantas outras doenças mortais que marcaram a história da humanidade. A ideia de doença enquanto castigo perpassa os tempos e os povos. As crenças sempre apontam para o corpo doente como fruto de pecado, do modo de vida que se distancia da religião e dos desígnios de Deus.

Para este trabalho, começamos nossas buscas bibliográficas a fim de entender como os pressupostos foucaultianos delineiam e elaboram uma nova forma de pesquisar e compreender os saberes e, metodologicamente, como nossas perguntas poderiam ser respondidas pelo método arqueogenalógico. Nesse sentido, o nosso primeiro capítulo foi dedicado aos postulados de Michel Foucault, principalmente para entendermos as noções de enunciado, discurso, acontecimento, função enunciativa, formação discursiva e dispositivo, focando na Arqueologia. Logo em seguida, dando continuidade aos nossos primeiros passos inscritos no primeiro capítulo desta dissertação, iniciamos o segundo capítulo trazendo as ideias sobre dispositivo e como a mídia é utilizada como um mecanismo de poder e ficou conhecida na história como o quarto poder, aquele que cobra e fiscaliza os outros, tornando-se, ela mesma, um dispositivo de controle social.

No caso da AIDS, a mídia escreve sua história e produz alguns acontecimentos que foram determinantes no desenrolar da epidemia e do vírus que nos assola até os dias atuais, sem que, até hoje, uma vacina ou a cura fossem encontradas, se tornando um fenômeno social e científico.

No segundo capítulo, apresentamos algumas matérias de jornais publicados no Brasil que mostram como a mídia disseminou preconceitos e informações nem sempre verdadeiras. Ainda no segundo capítulo, trazemos um pouco das discussões levantadas por Michel Foucault em História da sexualidade I e como a sexualidade das pessoas se constitui um mecanismo de controle, principalmente por meio da técnica de controle que é o poder pastoral.

Em nosso terceiro capítulo, procuramos entender como os discursos foram traçados, ou recuperados, para controlar a sexualidade e o corpo dos sujeitos por meio da ferramenta de saber-poder que é a biopolítica, a forma moderna vigiar os sujeitos e suas relações. Nesse momento, observamos como o poder soberano foi substituído pelo cuidado com a vida e a segurança da população, inaugurando nova forma de governamentalidade no início do século XIX.

Para nós, a AIDS é uma das formas eficazes de observarmos como os governos utilizam a biopolítica para assegurar a segurança da população e para que seus interesses sejam assegurados, sem que haja revolução.

Ainda no terceiro capítulo, colocamos em discussão os corpos positivos e observamos como a sociedade exigia que os sujeitos fossem taxados a partir de suas aparências e enquadrados em estereótipos que facilitassem o reconhecimento do indivíduo doente, o que resultou em marginalização e cerceamento dos espaços. Como exemplo, vimos o caso da imensa exposição da doença do cantor Cazuza em 1989 na revista *Veja*.

Nessa perspectiva, vimos um resgate a ideias e comportamentos medievais que colocam o corpo como a superfície que traz em si as marcas de todo mal e de todo pecado para que o culpado sirva de exemplo para os outros membros da comunidade, como no caso dos leprosos e da recuperação dessa memória no caso dos indivíduos infectados pelo HIV.

No quarto e último capítulo, analisamos como a mídia anuncia e enuncia a patologia e inaugura regimes de enunciabilidade, dando visibilidade aos profissionais da saúde e da igreja, produzindo a doença como um mal a ser combatido e o doente (homossexual) como o principal responsável pela disseminação da doença. A mídia, em geral, tornou-se um veículo de informação e de disseminação de preconceitos. Ela ocupou, e até hoje ocupa, um lugar importante na produção do que é a doença e quem é o doente.

Como forma de validar esses discursos, a maior parte das matérias publicadas em São Luís eram matérias que já haviam sido publicadas em outros veículos de alcance nacional ou mesmo internacional. Havia uma tendência a valorização do que vinha de fora. Encontramos apenas uma matéria, publicada em 1984, que foi escrita e publicada por um jornal local. O *Jornal Pequeno* foi marcado por inúmeras publicações da ABIM, uma agência que enviava aos jornais textos católicos e que traziam a opinião de líderes religiosos. O *Jornal Imparcial* silenciou o assunto a maior parte dos anos de 1980. O que chegava a ser publicado já, inclusive, havia sido postado pelo *Jornal Pequeno*. Com o *Jornal O Estado do Maranhão* não foi diferente. Eles também publicavam apenas textos que já haviam sido publicados em jornais das grandes capitais e matérias que traziam forte apelo religioso. Nenhum dos jornais pesquisados dá espaço, nos anos que pesquisamos, aos indivíduos doentes em forma de oferecer possibilidade de resposta, de defesa ou mesmo de simples relato.

No momento da chegada da AIDS no Brasil, não foi diferente. O discurso religioso, não único, tomou as páginas dos jornais que disseminavam opiniões que só têm significado se recuperarmos memórias e acontecimentos discursivos que marcam a história e a estrutura da religião católica.

Os saberes perpetrados pela mídia influenciaram a opinião de milhares de pessoas que passaram a culpar a vítima pelo mal que assolava a humanidade. Sem informações, os leigos espalhavam as ideias difundidas pelos discursos jornalísticos, o que fez com que o medo e o preconceito fizessem morada em milhões de casas e pessoas pelo país inteiro.

Este trabalho pontuou alguns acontecimentos que promoveram o surgimento da AIDS, e a forma como a doença é discursivizada nos jornais da década de 1980, sem deixar de acentuar o lugar do dispositivo mídia como um produtor de saberes.

Podemos perceber que são inúmeros os discursos que se atravessam com a intenção de combater a epidemia e, a partir dos textos escolhidos, vemos os atravessamentos discursivos que instauram o saber médico, científico, religioso. A AIDS é um problema também dos discursos porque é por meio deles que ela se constitui socialmente.

Nos anos 80, a mídia impressa da capital São Luís se tornou um dispositivo de produção de saberes sobre a AIDS.

As instituições médico-religiosas se apresentam nas mídias, aproveitando o espaço e criam uma teia discursiva que fomenta a ordem e o preconceito. A liberdade do “dizer” acaba fazendo com que a mídia impressa perca seu caráter apenas informativo e se torne um dispositivo que molda a doença e o comportamento da sociedade em relação a ela e suas vítimas.

Podemos dizer que, por meio de uma pluralidade discursiva, a mídia impressa, representada pelos jornais escolhidos para análise, em São Luís, tratou a doença como um mal, um castigo divino, uma peste, uma moléstia ligada aos homossexuais, a partir de falas autorizadas do saber político, do saber jurídico, do saber médico, do saber pedagógico, do saber religioso.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In: AGAMBEN, Giorgio: **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2010, p. 25-51.

ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. Pesquisadores identificam origem da disseminação do vírus HIV. **Revista Pesquisa da FAPESP**, São Paulo, 2 de outubro de 2014. Infectologia. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2014/10/02/pesquisadores-identificam-origem-da-disseminacao-virus-hiv/> Acesso em: 08/06/2019.

BESSA, Marcelo Secron. **Histórias positivas:** a literatura (des)construindo a AIDS.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra:** quando a vida é passível de luto?. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARVALHO, Pedro Henrique Varoni de; SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. Dispositivo, discurso e produção de subjetividades. In: **Dispositivos de poder em Foucault:** práticas e discursos da atualidade / Organizadores Antônio Fernandes Júnior; Kátia Menezes de Sousa – Goiânia: Gráfica UFG, 2014.

CASTRO, Edgardo. **Lecturas foucaulteanas:** una historia conceptual de las biopolítica. Unipe: Editorial Universitaria, La Plata, 2011

DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana.** Ed. Vega – Passagens. Lisboa, 1996. Tradução e prefácio de Edmundo Cordeiro.

FAUSTO NETO, Antonio. **Comunicação e mídia impressa. Estudo sobre a AIDS/Antônio Fausto Neto.** São Paulo: Hacker Editores, 1999.

FERNANDES, Cleudemar Alves. A noção de Enunciado em Foucault e sua atualidade em Análise do Discurso. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bosco Cabral dos (Orgs.). **Percursos da Análise do Discurso no Brasil.** São Carlos, SP: Claraluz, 2007, p. 47-68.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **O corpo como materialidade discursiva.** Vitória da Conquista, BA: REDISCO, v. 2, n. 1, 2013, p. 77-82.

FOUCAULT, M. 2004a. **Sécurité, territoire, population:** Cours au Collège de France, 1977-1978. Paris, Gallimard/ Seuil, 435 p.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: **Ditos e Escritos V:** ética, sexualidade, política. MOTTA, Manuel Barros da (org.). Tradução de Eliza Monteiro, Inês A. D. Barbosa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p.264-287.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1:** a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber.** Paz & Terra; Edição: 9ª, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal. 27ª reimpressão, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Nietzsche, Freud e Marx - Theatrum Philosophicum.* Porto, Anagrama, 1980.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica.** Tradução: Laura Faga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 17ª Ed. 2008.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais:** Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. Poder e Saber. In: MOTTA, M.B. (Org.). **Ditos e Escritos IV.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p.223-240.

FUNDAÇÃO VERDE HERBERT DANIEL (1989). In: <http://www.fvhd.org.br/page/herbert-daniel>. Acessado em: 07 jun. 2019.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso:** diálogos e duelos. São Carlos: Claraluz, 2004.

HERZLICH, C. & PIERRET, J. **Uma doença no espaço público:** A AIDS em seis jornais franceses. Physis, 1992, p. 2:7-35. Janeiro: Graal, 1981 La Plata: UNIPE, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 4ª ed. Campinas: Unicamp, 1996.

MACHADO, Roberto. **Ciência e Saber – A Trajetória da Arqueologia de Foucault.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

MILANEZ, Nilton. A disciplinaridade dos corpos: o sentido em revista. In:

SARGENTINI, V.; BARBOSA, Pedro Navarro (Orgs.). **M. Foucault e os domínios da linguagem:** discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2007.

MILANEZ, Nilton. **Os sintomas do discurso:** sujeito, corpo e clínica na mídia. Comunicação, mídia e consumo, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 49-64, nov. 2007.

NAVARRO, Pedro. Uma definição da ordem discursiva midiática. In: MILANEZ, Nilton; GASPAR, Nádea Regina (Orgs.). **A (des)ordem do discurso.** São Paulo: Contexto, 2010. p. 79-93.

NORA, Pierre. **O acontecimento e o historiador do presente.** In: LE GOFF, Jacques (Org.) A nova história. Lisboa: Edições 70, 1986.

PELBART, Peter Pál. **Biopolítica.** Sala Preta, n.7, 2007, p. 57-65.

PELBART, Peter Pál. Vida e morte em contexto de dominação biopolítica. In: **O fundamentalismo contemporâneo em questão**. São Paulo: IEA/USP. 2008.

PYNEL, Arletty C.; INGLES, Elisabete. **O que é: AIDS**. São Paulo: Brasiliense, 1996. Rio de Janeiro: Record, 1997.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 15. ed. Petropolis: Vozes, 2014, p.35

UJVARI, Stefan Cunha. **A história da humanidade contada pelos vírus**. Editora Contexto: 2012.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Brasília, Ed. da Universidade de Brasília, 1998.

ANEXO A – IMAGENS UTILIZADAS PARA ANÁLISES

Figura 01



ANEXO B – IMAGENS UTILIZADAS PARA ANÁLISES

Figura 02

...sta bateu sete vezes com
...za no congê, rezou três
...rainhas para Nossa Se-
...sua "parceira" — e jogou
...escrava Anastácia. Para
...Mendes, um parense de
...acreditar "plamente" em
...tudo — não tem papas
...trevista abaixo febu sem
...na dos boatos e lendas

...vez há 18 anos com a aquisição do salão,
...de dinheiro, sexo, e, como não poderia dei-
...xar de ser, de Aids. Para ele, que revela
...estar evitando relacionamento sexual há
...três anos e tem medo até de beijar, não
...fica descartada a hipótese do castigo divi-
...no. "Bicha é a raça mais desgraçada que
...existe", justifica.
...Hoje o mais badalado cabeleireiro da ca-
...pital, Eurico trabalhou no Rio de Janeiro

...e de volta e bem, durante sete anos, com
...a não menos famosa Teresinha. Entre os
...seus "hobbies", a atividade de RP no Hilton
...Hotel, música e plantas. Detesta gente cha-
...ta ou que se incomode com a vida alheia.
...E na clientela não faltam nomes ilustres,
...englobando juizes, políticos, autoridades.
...Idade? Bem, Eurico reconhece que não é
...mais nenhum "bebezinho"... "Mas também
...não sou nenhum anelão!"



Eurico Mendes,
um pioneiro
paraense
nas artes
de estética
facial

Foto: Oirou Fomango



Aids é castigo de Deus, porque bicha é uma raça desgraçada

PARÁ: Eurico, é verdade reiros de Belém você é viciadinho pela sua dis- co — que esse não é se salda de beleza... que a Deus, tenho mus- et. Eu acho que o que se responder. Mas não para fazer análise, jo- querendo e eu procuro explicar. Eu gosto de abrir o jogo.

DIÁRIO DO PARÁ: Eurico, é uma arte o que você faz.

EURICO: Eu considero uma arte. Graças a Deus me sinto orgulhoso de ter- tido grandes profissionais com quem tra- balhei no Rio de Janeiro, como o Re- naut, o Selmar, esses todos que até já

EURICO: Claro que tem porque eu não sei o que você tem na sua casa, o que vo- cê fez essa noite, como você não sabe o que eu fiz. Então a gente tem que se resguardar.

DIÁRIO DO PARÁ: Com certeza são alguns poucos que estão fazendo isso em Belém...

EURICO: Acredito que sou o pioneiro. Sou o pioneiro neste trabalho, eu e a Ter- ceira

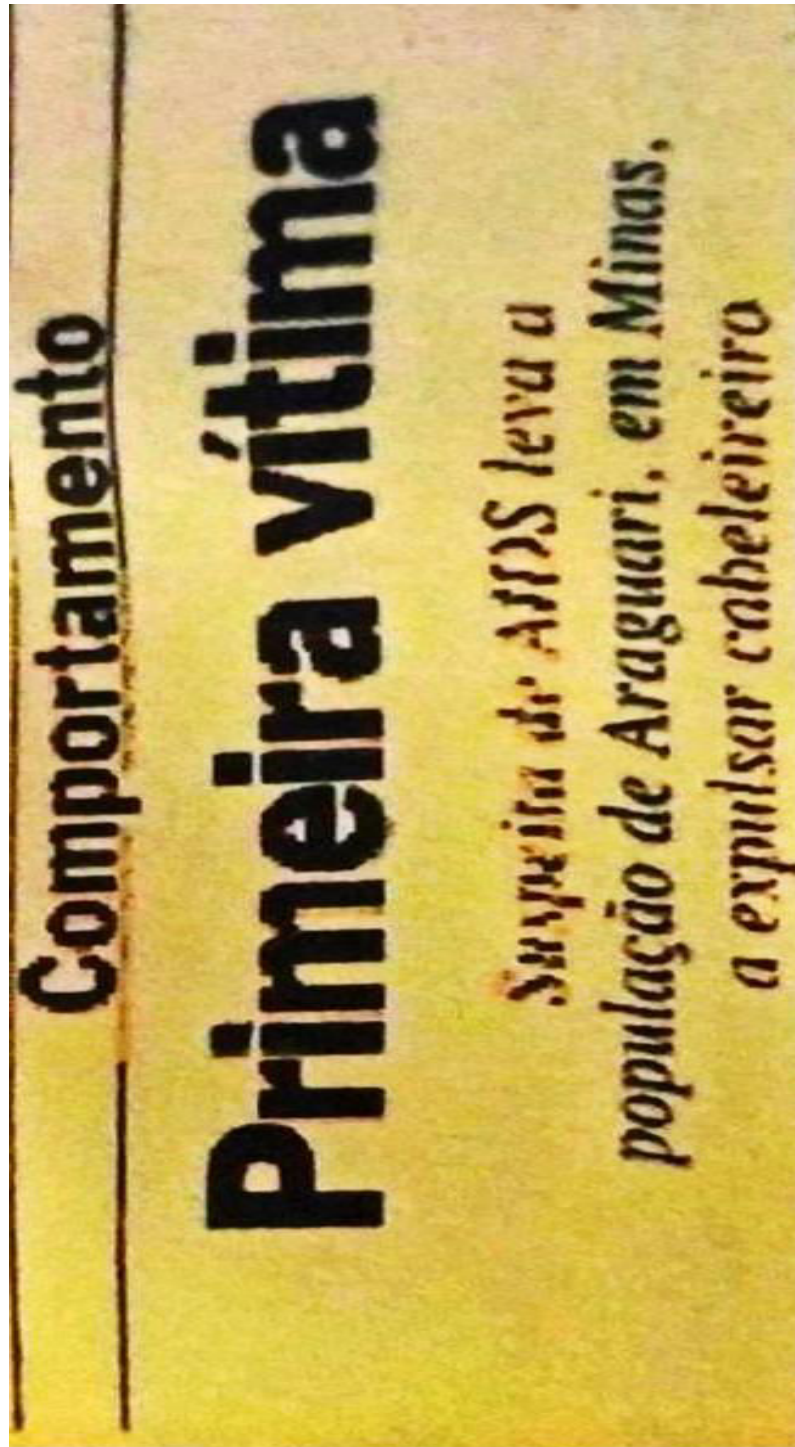
portador de Aids, disse que se "regene- rou" da condição de homossexual e mes- mo com a moléstia acabou casando. In- cluive, com uma brasileira. O que você acha dessa situação?

EURICO: Óh, não existe "ex-bicha". Eu acho a mulher uma conjoia e também que aquilo foi publicidade. Ele não deve ter tido nada com ela. Só se for lousa ou mu- lher

Não vou te dizer que sou pobre ou sou ri- co, que não sou. Sou um operário "classe A". Não tenho fortuna, mas dá para comer meu carter, fazer minhas boas viagens. A minha cruz não é nem de maquerandube, nem de lucrandão. Agora é de inopar.

DIÁRIO DO PARÁ: Você, agora, aqui no seu salão, está bem a vontade, de com-

Figura 03



ANEXO E – IMAGENS UTILIZADAS PARA ANÁLISES

Figura 05

Que fazer com os aidéticos?

“Isolar essas pessoas é uma atitude horrível. Agora, se os médicos provarem que há possibilidade de se contrair Aids por outros canais que não sejam os conhecidos — sangue e esperma —, que um simples beijo ou aperto de mão irá transmitir o vírus, aí sim, é outra história”.

Andréa Beltrão, 23 anos, atriz

Figura 06

“Um isolamento, como leproso, talvez seja uma das coisas a se fazer. Teremos, quem sabe, um aidetário. Acho que se chegar a este número será um trauma tão grande que o isolamento pode ser a saída correta, para que os 50 milhões não se transformem em 100 milhões.”

Alécio Ughini, empresário

Figura 07

“A doença está crescendo tanto que daqui a pouco não vão ter como isolar essas pessoas. Isolar para quê? Acho um absurdo afastar os aidéticos do meio social. Tem que haver um bombardeio de informações, as pessoas têm que ser educadas sobre a Aids, têm que usar camisinha mesmo. Trouxe várias de Nova York, aquelas que têm uma pequena sobra na ponta para evitar que arrebente. Camisinhas já!”

Cazuza, 29, cantor

Figura 08

Grã-Bretanha quer impedir a entrada de portadores do vírus

JÁDER DE OLIVEIRA
Correspondente

LONDRES — As autoridades sanitárias britânicas estão preparando planos para tornar ilegal a entrada no país de portadores do vírus da Aids. Esse esquema, uma das muitas iniciativas que enfatizam as crescentes preocupações com o alastramento da doença, ainda não foi delineado. Já se sabe, porém, que não será tão fácil executá-lo. Há uma série de doenças cujos portadores não podem desembarcar nos portos ou aeroportos britânicos, mas no caso da Aids a regulamentação contraria uma das informações ora veiculadas pelo Governo: a de que contatos sociais não transmitem o vírus da Aids.

Apesar disso, já houve um caso em que um comissário de bordo da companhia americana Delta foi impedido de fazer o pernoite regular da tripulação em Londres, sendo colocado no primeiro avião que saiu de volta aos EUA. O incidente levou a empresa a pedir ao Ministério do Interior esclarecimentos sobre a orientação que prevalece para a entrada de vítimas da Aids na Grã-Bretanha. O comissário



rio não apresentava sintomas visíveis da doença.

A descoberta dessa vítima foi obra do acaso: quando o comandante do avião soube que um dos comissários tinha o vírus, sua decisão imediata foi mandar uma mensagem à sede da companhia, em Atlanta, na Geórgia, para indagar se o fato deveria ser levado ao conhecimento das autoridades aeroportuárias britânicas. A mensagem foi captada pela torre do Aeroporto de Gatwick, onde o avião desceu, e passada para os fiscais de imigração.

Um porta-voz do Departamento da Saúde e Previdência Social explicou

que "um caso normal em que o fiscal médico toma a decisão de aconselhar a proibição da entrada é quando o passageiro tem uma doença séria ou altamente infecciosa que pode alastrar-se".

Vários jornais ingleses referiram-se às informações de que nove comissários da maior empresa aérea nacional, a British Airways, morreram de Aids e que a doença afeta outros 30. Mas os pilotos da companhia estão se opondo a testes compulsórios como parte dos exames médicos de rotina que fazem. A ideia desses testes foi consequência da constatação de que o vírus da Aids pode afetar a memória, o que, no caso de pilotos que tem de tomar decisões rápidas, seria altamente perigoso.

Mas, independente da opinião dos pilotos, os testes serão realizados, ainda mais que a British Airways acaba de ser privatizada. Os primeiros a serem submetidos aos exames serão os cem novos pilotos que a companhia está recrutando, depois de dez anos sem modificar seu quadro.

As preocupações quanto à doença dizem respeito também a quem sai

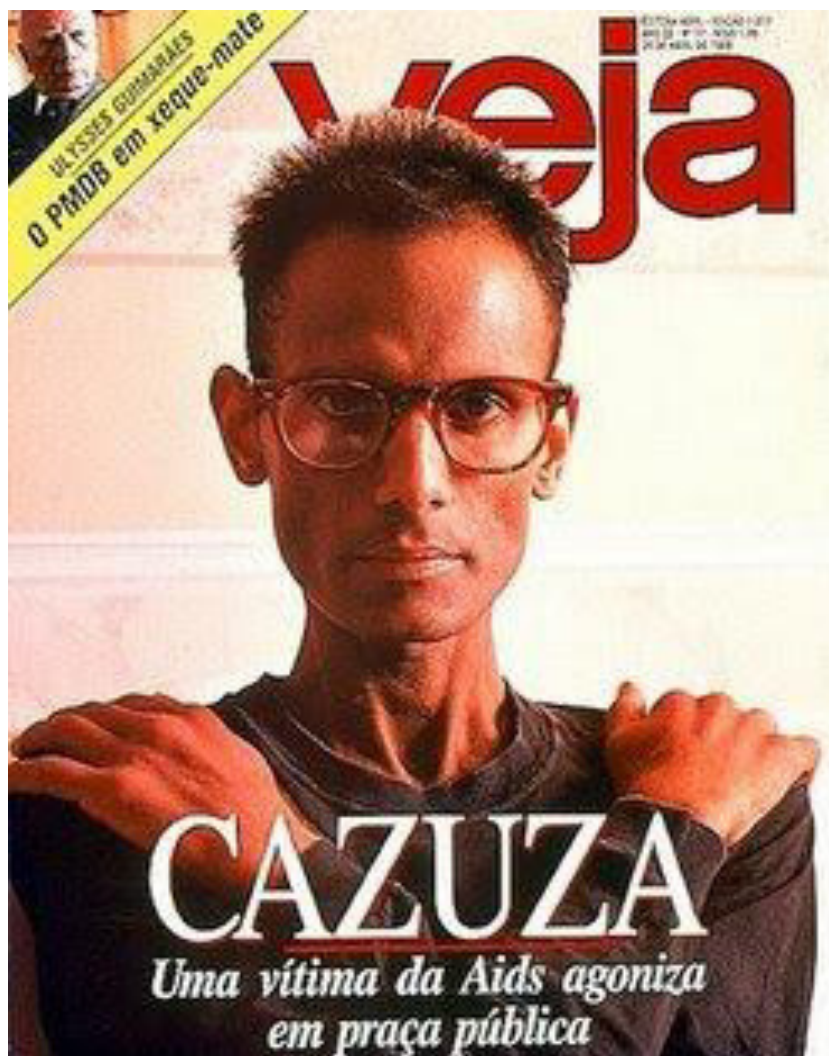
da Grã-Bretanha. Há dias, a Ministra-Adjunta da Saúde, Edwina Currie, aconselhou os homens de negócios que têm de viajar ao exterior a levarem consigo as esposas, para não correr os riscos a que ficam expostos quando procuram outras companhias para fugir da solidão.

Como as estatísticas mostram que duas pessoas estão morrendo de Aids a cada dia no país, as autoridades tomam todas as medidas para evitar que o mal se torne incontrolável. E, nesse contexto, nenhuma precaução é exagerada. Está em estudos, por exemplo, um esquema para que todas as grávidas sejam submetidas a testes, para determinar se são portadoras do vírus. Em caso positivo, segundo o Conselho de Pesquisa Médica, será aconselhado o aborto.

No lado científico da batalha contra a Aids, a companhia britânica de produtos farmacêuticos Wellcome decidiu aplicar 17 milhões de libras (21 milhões de dólares) num novo laboratório destinado a acelerar a produção de Retrovir, a droga que prolonga a vida das vítimas. Cada vidro de 100 pastilhas custará 125 libras esterlinas e a prescrição varia de seis a dez tabletes por dia.

ANEXO G – IMAGENS UTILIZADAS PARA ANÁLISES

Figura 09



ANEXO H – IMAGENS UTILIZADAS PARA ANÁLISES

Figura 10



Figura 11



ANEXO J – IMAGENS UTILIZADAS PARA ANÁLISES

Figura 12



ANEXO K – IMAGENS UTILIZADAS PARA ANÁLISES

Figura 13



Figura 14

Aids: número de vítimas seria maior

Um caso de meningite pode ocultar uma morte causada por Aids. O alerta é do diretor da Divisão de Dermatologia Sanitária da Secretaria de Saúde, Hozano Ferreira Filho, ao comentar a existência de subregistros da doença. Revela que apenas oito casos de Aids foram registrados no Maranhão, onde ocorreram seis mortes provocadas pelo vírus.

O número, no entanto, pode ser bem maior, conforme admite a diretora do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Maranhão (Hemomar), Maria Teresa Seabra Soares. Ela acha que o preconceito que cerca a doença desfavorece o registro do óbito revelando sua verdadeira causa. O controle de sangue no Estado não traz grandes preocupações, diz Jouglas Bezerra, presidente da Associação Maranhense de Hemofílicos. (Página 2)

Figura 15

AIDS e castidade

Dom Eugênio de Araujo Sales

QRAÇAS a colaboração do Ministério da Saúde, foi possível a presença de dois médicos, que trabalham na arquidiocese do Rio de Janeiro, à 3ª Conferência Internacional sobre AIDS, realizada em Washington, Estados Unidos, de 1º a 5 de junho último.

O Banco da Providência, organismo desta arquidiocese, conta, entre seus serviços, o acompanhamento de indivíduos discriminados, especialmente os aidéticos. A atividade inclui a pesquisa científica do ponto de vista epidemiológico e preventivo. Há dois anos, é feito o atendimento com o apoio do Instituto Oswaldo Cruz.

A verdade é que estamos diante de um grave perigo para toda a humanidade. Alguns países refreiam o noticiário verdadeiramente alarmante para evitar as consequências de um pavor coletivo: outros divulgam a realidade na esperança de dar consciência a população dos riscos que pesam sobre todos e, em especial, sobre os chamados "grupos de risco": homossexuais, bissexuais masculinos — mais da metade dos casos, os usuários de drogas nas veias; os enfermos sujeitos à transfusão de sangue, os hemofílicos.

Esse conjunto de pessoas está mais exposto. Embora permaneça desconhecida a origem da doença, sabemos que ela se transmite pelo sêmem ou pelo sangue. Assim, não há medidas eficazes sem uma profunda modificação de costumes morais e controle nas transfusões. E trata-se de impedir a propagação do mal. Por todas as informações confiáveis, não se vislumbra a descoberta de uma vacina e tratamento adequado. Mesmo que surgisse, de imediato, contra as previsões, seriam necessários anos para uma verificação de seus efeitos. Nesse interim, a doença terá atingido elevado número de indivíduos em grande parte do mundo.

Lembro como tudo sucedeu. Entre outubro de 1980 e maio de 1981, o Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos teve ciência de dois grupos compostos de 26 e 5 indivíduos infectados de determinada doença. Havia indício de relaciona-

mento entre os fatos: eram originários das cidades, Los Angeles e Nova Iorque. Os doentes, sem exceção, eram homossexuais masculinos.

No Brasil, os primeiros casos datam de 1982.

A descoberta do vírus causador, no Instituto Pasteur, de Paris, e confirmada por pesquisadores americanos, deu início ao rápido desenvolvimento da luta contra o mal. Contudo, os bons resultados se restringem até agora aos diagnósticos e programas de vigilância em face à epidemia. Uma coisa é certa: a maneira mais comum de contrair AIDS são os contatos sexuais (principalmente homossexuais masculinos) e a transfusão de sangue. E, nesse campo, se trava batalha, da qual dependerá a sorte de milhões de pessoas nos próximos anos.

Acresce o fato de, recentemente, ter surgido novo vírus, o que significa maior dificuldade na obtenção da vacina apropriada.

Qual o interesse do Pastor em abordar semelhante assunto? Não estaria fora de sua alçada?

Não, porque despertar os adormecidos, diante da gravidade da doença é dever de todos. E há a íntima relação da propagação da AIDS com a generalizada rejeição aos preceitos divinos pela sociedade moderna.

A inércia diante do perigo, a insuficiente consciência da excepcional periculosidade do problema, verifica-se também a cegueira em não salientar o que é absolutamente correto. A transmissão do vírus (e milhões podem já estar infectados, pois se desconhece a causa que provoca a eclosão da enfermidade latente) de ordinário ocorre pelas relações sexuais, máxime com homossexuais masculinos, ou por transfusão de sangue.

E o que vemos na parte relacionada com o sexo? Uma lamentável omissão e um criminoso desvio da verdadeira raiz do mal. Dou um exemplo: sem dúvida, ninguém ignora a campanha em favor do uso de preservativos para impedir o contato do sêmem. Além de infringir a moral cristã, vejo um grave erro: favorece o relacionamento sexual com indivíduos diversos, multiplicando, assim, uma das fontes da propagação da

doença. Essa campanha, ao estimular a promiscuidade, difunde o flagelo. O pretexto de preservar o indivíduo, não justifica esse comportamento. Acresce que esse instrumento não é infalível. Aliás, uma publicação elaborada por médicos norte-americanos faz a seguinte reflexão acerca da segurança no uso de preservativos: Dez aviões de uma companhia partem dos Estados Unidos para uma cidade européia. Desses dez, três caem. Se você soubesse que de cada dez aviões dessa companhia, três são acidentados, você utilizaria os serviços dessa empresa?

No momento, o único meio eficaz para evitar a AIDS não custa dinheiro, mas exige profunda modificação de comportamento das pessoas e da sociedade. Somente pela castidade ou pela atividade sexual restrita ao casamento estável, podem-se evitar os principais riscos de contágio. O controle de doadores e dos bancos de sangue eliminaria outro condutor da enfermidade e a suspensão das drogas injetáveis fecharia o cerco?

Mas, o que vemos?

Uma propaganda despuradora da imoralidade ganha corpo e adquire uma audácia inacreditável. Há o estímulo à depravação e há tentativa de ridicularizar tudo o que signifique vida morigerada dos ditames da moral cristã.

Essa denúncia, além do alerta do grave perigo da AIDS, justifica plenamente a palavra do Pastor sobre a matéria e até a exige.

Certamente, alguns protestarão entre os cristãos o sentimento de fraternidade. O aidético não deve ser marginalizado ou segregado como se fosse vítima da peste. Essa atitude discriminatória constitui violação da dignidade humana fundamental.

De mais a mais, uma exortação a um atendimento adequado aos irmãos aidéticos. Uma coisa é constatar a existência de uma atmosfera erótica que penetra em todas as camadas sociais e o fato do terrível flagelo estar intimamente relacionado com essa fronta a Deus. Outra bem diversa, é socorrer com amor o irmão e lutar corajosamente contra o mal que nos ameaça a todos.

Dom Eugênio de Araujo Sales é cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro.